

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



**Hugo Rafael Moreira da Rocha**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

XXIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

## **Violência Doméstica**

A Actuação da Polícia de Segurança Pública  
na Prevenção da Revitimização

Orientador:

**Professora Auxiliar Agregada Doutora Paula Espírito Santo**

**Lisboa, 27 de Abril de 2011**





**Estabelecimento de Ensino** Instituto Superior de Ciências Policiais e  
Segurança Interna

**Curso** XXIII CFOP

**Orientador** Professora Auxiliar Agregada Doutora Paula  
Espírito Santo

**Título** Violência Doméstica – A Actuação da Polícia de  
Segurança Pública na Prevenção da Revitimação

**Autor** Hugo Rafael Moreira da Rocha  
Aspirante a Oficial de Polícia

**Local de Edição** Lisboa

**Data de Edição** Abril de 2011

*À Marlene,  
Pelo amor que Lhe tenho...*

## RESUMO

O presente estudo intitulado *Violência Doméstica - A actuação da Polícia de Segurança Pública na prevenção da revitimização* procura analisar qual o actual procedimento policial aplicado no terreno na prevenção do crime de violência doméstica fora do flagrante delito. Por outro lado, com este estudo procura-se saber ainda até que ponto é que as medidas aplicadas no terreno por parte da PSP se esgotam ou poderão contribuir para melhorar a eficácia policial na prevenção do crime de violência doméstica.

Em termos metodológicos procurou-se, com recurso à técnica de entrevista semi-estruturada, recolher dados junto de informadores policiais qualificados que trabalham directamente com situações de violência doméstica nos vários níveis de intervenção policial. Estes informadores transmitiram-nos para além das realidades experienciadas, o modo da actuação policial desenvolvida bem como as dificuldades sentidas no exercício da actuação policial face à prevenção da revitimização em contextos de violência doméstica. Os resultados obtidos identificam e permitem fundamentar uma realidade na qual a actuação policial para a prevenção passa essencialmente pela adopção de um policiamento de proximidade que se repercute no acompanhamento e encaminhamento da vítima, permanecendo esquecido o plano interventivo policial em torno do agressor.

**Palavras – Chave:** violência doméstica, revitimização, vítima, agressor, risco.

## ABSTRACT

This study is entitled *Domestic Violence – The actions of the Polícia de Segurança Pública in the prevention of revictimization* seeks to analyze current police procedures in the prevention of domestic violence, outside of the blatant crime. Additionally, this study will attempt to determine if PSP's current measures in this field have been exhausted, or may possibly contribute to improving police efficiency in the prevention of the crime of domestic violence.

In terms of methodology, the semi-structured interview technique was utilized in collecting data from police informants who work directly with domestic violence situations at various levels of police intervention. Aside from the actual experiences, these informants provided us with the approach taken by police, and the difficulties encountered in their course of action, against the prevention of revictimization in the context of domestic violence. The results obtained identify and substantiate the fact that preventative actions should include adopting a vision of proximity, by way of monitoring and redirecting victims, leaving behind the idea of police intervention revolving around the aggressor.

# ÍNDICE

<b>Resumo .....</b>	<b>iii</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>iii</b>
<b>Índice de Anexos .....</b>	<b>vii</b>
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>viii</b>
<b>Lista de Siglas .....</b>	<b>ix</b>
<b>Lista de Gráficos .....</b>	<b>x</b>
<b>Lista de Tabelas .....</b>	<b>x</b>

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
-------------------------	----------

## **CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES CONCEPTUAIS EM TORNO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....**

<b>4</b>
----------

1.1 Conceitos .....	4
1.1.1 Definição de violência doméstica.....	4
1.1.2 A dimensão do crime de violência doméstica em Portugal.....	6
1.1.3 A dinâmica cíclica do crime de violência doméstica .....	9
1.2 Breve revisão acerca de fundamentos das teorias compreensivas do crime de violência doméstica.....	10
1.2.1 Concepção bio-genética.....	10
1.2.2 Concepção psicológica .....	11
1.2.3 Concepção familiar.....	12
1.2.4 Concepção sociopolítica .....	13
1.3 A violência doméstica e o risco da revitimação .....	14
1.3.1 A revitimação - a distinção e a concepção de um conceito .....	14
1.3.2 O risco de revitimação na violência doméstica: ESTUDOS .....	16
1.3.3 A representatividade da revitimação em Portugal.....	19

1.4 Projectos policiais de referência na prevenção da revitimação .....	23
1.4.1 O projecto policial de Killingbeck em Inglaterra .....	23
1.4.2 O projecto policial <i>No Domestic Violence</i> da Austrália do Sul.....	25
 <b>CAPITULO 2 – DA TUTELA JUDICIAL E PROTECÇÃO POLICIAL .....</b>	<b>29</b>
2.1 Do crime de maus tratos ao crime de violência doméstica - Evolução jurídica dos regimes implicados .....	29
2.1.1 O crime de maus tratos previsto no Art.º 153.º do Código Penal de 1982.....	29
2.1.2 Alteração introduzida pelo DL 48/95 de 15 de Março .....	30
2.1.3 A Lei 65/98 de 2 de Setembro e a impotência da norma.....	31
2.1.4 A Lei 7/2000 de 27 de Maio – A natureza pública do crime.....	31
2.1.5 A separação do crime de violência doméstica do crime de maus tratos – A Lei n.º 59/2007 de 04 de Setembro .....	32
2.2 Medidas legislativas paralelas ao Código Penal no combate à violência doméstica.	34
2.3 A actuação do Ministério Público - Dificuldades de uma realidade constatada.....	35
2.4 Comentário às medidas de coação urgentes da Lei 112/2009 de 16 de Setembro ....	37
2.5 O Modelo de Duluth – Uma reflexão sobre a sua aplicação .....	39
2.6 A intervenção policial .....	41
2.6.1 O Programa Integrado de Policiamento de Proximidade .....	41
2.6.2 A intervenção da PSP na prevenção e combate ao crime de violência doméstica .....	42
2.6.2 Avaliação do risco .....	43
 <b>CAPÍTULO 3 – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A ACTUAÇÃO POLICIAL NA PREVENÇÃO DA REVITIMAÇÃO.....</b>	<b>45</b>
3.1 Justificação do Estudo .....	45
3.2 Metodologia .....	46
3.3 Apresentação de resultados.....	49

3.3.1 Objectivo 1.º – Identificar vulnerabilidades e dificuldades sentidas pelos profissionais da PSP na prevenção deste fenómeno criminal.....	49
3.3.2 Objectivo 2.º - Percepcionar se existe uma sensibilização por parte dos profissionais da PSP para os cuidados a ter com a vítima.....	51
3.3.3 Objectivo 3.º - Percepcionar se existe, por parte dos elementos policiais uma preocupação com estado do agressor ao nível do seu acompanhamento e encaminhamento.....	52
3.3.4 Objectivo 4.º - Percepcionar se existe troca de informação entre os diferentes departamentos policiais, instituições e entidades judiciais.....	53
3.4 Discussão de resultados .....	54
<b>Conclusão .....</b>	<b>60</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>63</b>

## **ÍNDICE DE ANEXOS**

<b>ANEXO 1 – Guião de entrevista a elementos policiais graduados de serviço/equipas de proximidade e apoio à vítima, que exercem funções na 2.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> Esquadra da 1.<sup>a</sup> Divisão do COMETLIS da PSP. ....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO 2 – Guião de entrevista a elementos policiais que exercem funções na 7.<sup>a</sup> EIC do COMETLIS da PSP. ....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO 3 – Entrevista 1.....</b>	<b>77</b>
<b>ANEXO 4 – Entrevista 2.....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXO 5 – Entrevista 3.....</b>	<b>96</b>
<b>ANEXO 6 – Entrevista 4.....</b>	<b>107</b>
<b>ANEXO 7 – Entrevista 5.....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXO 8 – Entrevista 6.....</b>	<b>127</b>



## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste trabalho não seria possível sem os contributos de algumas entidades e pessoas que, abdicando do tempo que lhes era tão precioso, desde o primeiro momento me auxiliaram e orientaram nesta etapa final que por isso não podem deixar de ser exaltadas. Por esta razão, nunca menosprezando todos aqueles que aqui não forem mencionados, faço questão de deixar aqui expressos os meus sinceros agradecimentos:

À Professora Doutora Paula Espírito Santo, minha orientadora, cujo exemplo, estímulo, conselhos, indicações, celeridade e dedicação, me foram imprescindíveis desde o primeiro momento para a prossecução e finalização deste trabalho.

À Polícia de Segurança Pública instituição a quem pertença há oito anos e que me incutiu valores que honradamente acolhi.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e a todas as pessoas que compõem o seu quadro orgânico, um agradecimento especial por me terem proporcionado uma formação académica e pessoal exímia e me permitiu conhecer pessoas de carácter inigualável com quem tracei amizades e experienciei momentos que nunca mais esquecerei.

Aos meus colegas e amigos do 23.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia que sempre unidos, partilhámos momentos de alegria, ultrapassamos obstáculos e nos construímos uns aos outros.

Aos elementos policiais entrevistados pela disponibilidade demonstrada, que partilharam comigo os seus conhecimentos, opiniões e experiências vividas.

Para o fim deixo-vos a vocês: pai, mãe, irmã, Marlene Marques, André Antunes e Tiago Silva, porque até ao fim e desde o primeiro dia me acompanharam. Traves mestras que me sustentaram para chegar hoje onde cheguei.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

## LISTA DE SIGLAS

APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
APMJ	Associação Portuguesa de Mulheres Juristas
BIC	Brigada de Investigação Criminal
CFIU	Child and Family Investigation Unit
CFOP	Curso de Formação de Oficiais de Polícia
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género
COMETLIS	Comando Metropolitano de Lisboa
C.P	Código Penal
C.P.P	Código Processual Penal
DN PSP	Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública
DGAI	Direcção Geral da Administração Interna
EPAV	Equipa de Proximidade e Apoio à Vítima
EIC	Esquadra de Investigação Criminal
GNR	Guarda Nacional Republicana
INML	Instituto Nacional de Medicina Legal
NDV	No Domestic Violence
NUIPC	Numero Único de Identificação de Processo Crime
OMA	Observatório das Mulheres Assassinadas
ONG	Organização Não Governamental
PIPP	Projecto Integrado de Policiamento de Proximidade
PSP	Polícia de Segurança Pública
PNCVD	Plano Nacional Contra a Violência Doméstica
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
SAPOL	South Australia Police
UMAR	União de Mulheres Alternativa e Resposta

## LISTA DE GRÁFICOS

	<b>Gráficos</b>	<b>Página</b>
Gráfico 1	Evolução gradual dos registos por crimes de violência doméstica efectuados pela PSP e GNR entre 2000 e 2009	7
Gráfico 2	Situações de intervenção policial repetidas ou não repetidas por níveis de intervenção entre Janeiro e Dezembro de 1997	24

## LISTA DE TABELAS

	<b>Tabelas</b>	<b>Página</b>
Tabela 1	Existência ou não de ocorrências anteriores por agressões à vítima e/ou familiar, praticadas pelo/a mesmo/a denunciado/a, segundo o ano de registo e a força de segurança	20
Tabela 2	Número de ocorrências anteriores por agressões à vítima e/ou familiar, praticadas pelo/a mesmo/a denunciado/a indicadas nos autos da PSP registados em 2010	21
Tabela 3	Espaço temporal compreendido entre a data da ocorrência e a data do registo da ocorrência anterior	22
Tabela 4	Resumo das dificuldades/vulnerabilidades sentidas pelos entrevistados	51
Tabela 5	Percepção sobre o padrão de actuação policial aplicado numa primeira, segunda e terceira denúncia por agressões perpetradas pelo mesmo agressor em relação a uma mesma vítima, quando aquela se desloca ao departamento policial	57
Tabela 6	Expressão de opinião quanto ao acompanhamento proactivo da polícia junto do agressor	59



## INTRODUÇÃO

O lar é o lugar mais perigoso das sociedades modernas onde uma pessoa de qualquer sexo ou idade tem maior probabilidade de vir a ser fisicamente atacada do que na rua à noite (Giddens, 2001:196). A violência doméstica é actualmente um dos mais sérios problemas que atormentam as sociedades ocidentais que se confrontam diariamente com situações de violência extrema. Ocorre no contexto de relações íntimas nas quais o agressor, para além de uma particular proximidade afectiva, dispõe de todo um leque de conhecimentos e estratégias para controlar a(s) vítima(s) (Manita, 2005). Segundo Khan (2000, cit. por Freitas, 2008:33) “é um problema legal, económico, educacional, desenvolvimental, de saúde e, acima de tudo, é uma questão de direitos humanos”. Considera-se que a violência doméstica é um problema de género e que afecta sobretudo mulheres atribuindo assim ao acto violento uma componente de domínio sexual. Não é claramente uma impetuosidade de hoje, nem de ontem, é uma violência de longa data imune a todos os tempos, materializando-se pelas mais diversas tradições e concepções estereotipadas tornando-se por isso impossível de a enquadrar no limiar da história.

Durante séculos, muitas das condutas que hoje são consideradas violentas eram vistas com naturalidade, privilegiando-se os valores tradicionais da família e do casamento, em que o “bem comum justificava a aceitação de certos sacrifícios pessoais” (Ferreira: 2005:37). Durante a década de 80 iniciou-se uma consciencialização sobre o fenómeno de violência doméstica e de todos os factores associados a esta no nosso país. No entanto foi sobretudo nos anos 90 que o debate sobre violência doméstica começou a ganhar real ênfase fundamentalmente devido às directivas oriundas da Comissão Europeia e à criação de programas de apoio a organizações não governamentais (Gonçalves, 2007).

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, na sua Recomendação 1582 de 2002 refere que “a violência contra as mulheres no espaço doméstico é a maior causa de morte ou invalidez entre mulheres dos 16 aos 44 anos, ultrapassando o cancro, acidentes de viação e até a guerra.” (Freitas, 2008:33). Trata-se actualmente do quarto crime mais registado em Portugal a seguir ao furto em veículo motorizado, outros furtos e ofensa à integridade física simples e o segundo crime mais registado no enquadramento dos crimes perpetrados contra as pessoas representando em 2009 7,34% da totalidade dos crimes denunciados em Portugal (DGAI, 2010). O Observatório das Mulheres Assassinadas (OMA) da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) registou entre 2004 e 2010 o assassinato de 235 mulheres em contextos de violência doméstica.



Nos últimos decénios, as definições e as teorias explicativas que abordam a violência doméstica têm sofrido evoluções constantes. Verificam-se também alterações legislativas, políticas e estratégias desenvolvidas para o seu combate. Mas o certo é que depois de denunciados os casos às autoridades policiais, a violência, as perseguições, as agressões e os assassinatos continuam a existir. Nesse sentido importa sempre reflectir sobre este fenómeno procurando cada vez mais melhorar a sua prevenção.

A Polícia de Segurança Pública cuja missão compreende a defesa da legalidade democrática e os direitos liberdades e garantias dos cidadãos, não pode passar como instituição alheia a este problema social, devendo procurar sempre apostar em delinear novas estratégias de forma a evitar depois de sinalizados os casos que novas agressões se repitam, uma vez que “a polícia detém a chave para uma resposta efectiva ao problema da violência doméstica<sup>1</sup>”, podendo desempenhar um papel preponderante na protecção das vítimas e na defesa dos seus direitos, “(...) dado que é normalmente a primeira instância de controlo social a ser confrontada com o problema, uma vez que é o único serviço disponível dia e noite com capacidade para usar a força ou a intimidação.” (Silva, 1995:126, cit. por Gonçalves, 2007:1). Neste sentido com o presente trabalho pretendeu-se averiguar qual o actual procedimento policial aplicado no terreno na prevenção do crime de violência doméstica no sentido de saber se aquele consegue ser eficaz para evitar uma nova agressão da vítima ou se mais poderia ser feito no sentido de o complementar. Em termos metodológicos para além do enquadramento descritivo do tema fazemos recurso da utilização da técnica de entrevista junto de informadores qualificados que exercem as suas funções nos vários planos interventivos da prevenção ao crime de violência doméstica. Foi assim nossa intenção identificar limitações procedimentais, vulnerabilidades e dificuldades sentidas na prevenção da revitimização; perceber se existe uma sensibilização por parte dos profissionais da PSP para os cuidados a ter com a vítima; averiguar se existe por parte daqueles uma preocupação com a avaliação presencial do estado emocional do agressor, o seu acompanhamento e encaminhamento; identificar se existe troca de informação relativamente aos processos de violência doméstica entre os diferentes departamentos policiais, instituições e entidades judiciais. E por fim tendo por base as opiniões recolhidas dos entrevistados e a revisão literária procuraremos ser capazes de reflectir e propor

<sup>1</sup> Gabinete das Nações Unidas de Viena – Centro para o desenvolvimento Social e Assuntos Humanitários, Estratégias de Combate à Violência Doméstica: Manual de Recursos, Trad. Direcção-Geral de Saúde, Lisboa, 2003, p.33 (cit. por Gonçalves, 2007:4)



medidas que possam complementar, potenciar e contribuir para uma melhor eficácia policial na prevenção da revitimação do crime de violência doméstica.

A presente dissertação encontra-se dividida em três capítulos. No capítulo 1 começamos por apresentar considerações teóricas e conceptuais em torno da violência doméstica fazendo referência aos períodos de maior risco da revitimação. Apresentamos também dois projectos policiais que consideramos pertinentes. No capítulo 2 foi feita uma análise às evoluções legislativas que ocorreram nos últimos anos ao nível da tutela judicial e da intervenção policial. Por último, o capítulo 3 foi dedicado exclusivamente à abordagem de base empírica onde se pretendeu dar um enquadramento institucional e prático face aos objectivos supracitados.



## CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES CONCEPTUAIS EM TORNO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

### 1.1 Conceitos

#### 1.1.1 Definição de violência doméstica

Quando se procura por uma definição de violência doméstica verifica-se que sobre a sua conceptualização recaem uma multiplicidade de práticas violentas. O espectro da sua análise é vasto. A pesquisa sobre o seu verdadeiro significado recai sobre actos de violência ligados às relações familiares e/ou a vivências conjugais, integrando na dinâmica do seu cenário actores como crianças, idosos, deficientes, dependentes, homens e mulheres. O seu conceito depende dos factores modo, tempo e lugar, indissociáveis de um outro, a cultura onde socialmente o facto se encontra inserido. Para nós importará enquadrar nas definições de violência doméstica que se seguem as noções defendidas pela cultura da Europa Ocidental que nos é mais próxima.

No ano de 1984, o Conselho da Europa no âmbito do Projecto de Recomendação do Comité Restrito de Peritos sobre a Violência na Sociedade Moderna, intitulado *A violência no seio da família* definiu violência como “(...) qualquer acto ou omissão que constitua atentado contra a vida, a integridade física ou psíquica ou a liberdade de uma pessoa ou que comprometa gravemente o desenvolvimento da sua personalidade” (cit. por Matos, 2006:103). No ano de 1993, a Organização das Nações Unidas conceptualiza a violência doméstica ou familiar como “qualquer acto de violência baseado no sexo que dê lugar a um sofrimento físico, sexual ou psicológico das mulheres, incluindo as ameaças da prática de tais actos, a coacção ou a privação arbitrária da liberdade, quer ocorram na vida pública ou na vida privada”<sup>2</sup>. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, por ocasião da aprovação do II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica define violência doméstica como “toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a, maus tratos, abuso sexual de mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica”. Já Ferreira Antunes (cit. por Bravo, 2005:49) define violência doméstica

<sup>2</sup> Cfr. Art.º 1.º da Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, aprovada pela Assembleia Geral em 1993.



como uma “(...) agressão (em sentido amplo) ao cônjuge, ex-cônjuge, ou a pessoa que viva ou tenha vivido com o agressor, ou a uma pessoa com quem o agressor tenha tido, em comum, um filho”.

Num contexto mais aproximado da perspectiva jurídica contemplada no Código Penal português<sup>3</sup>, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) define a violência doméstica como sendo:

“(...) qualquer conduta ou omissão de natureza criminal, reiterada e/ou intensa ou não, que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo directo ou indirecto, a qualquer pessoa que resida habitualmente no mesmo espaço doméstico ou que, não residindo, seja cônjuge ou ex-cônjuge, companheiro/a ou ex-companheiro/a, namorado/a ou ex-namorado/a, ou progenitor de descendente comum, ou esteja, ou tivesse estado, em situação análoga; ou que seja ascendente ou descendente, por consanguinidade, adopção ou afinidade.”

(Manual Alcipe, 2010:11)

Importa também distinguir o conceito de violência conjugal do conceito de violência doméstica. A violência conjugal na sua definição é mais restrita. Ainda que enquadrada dentro do conceito de violência doméstica, refere-se a todos os comportamentos violentos anteriormente mencionados, mas somente na relação entre cônjuges, ex-cônjuges ou companheiros<sup>4</sup>. Os sujeitos intervenientes são aqueles que vivem ou tenham vivido em relações de intimidade incluindo as relações entre homossexuais.

<sup>3</sup> Veja-se o Art.º 152.º do Código Penal português em vigor.

<sup>4</sup> Veja-se também a definição de Rui Abrunhosa Gonçalves: “a violência conjugal abarca um conjunto variado de actos agressivos que se distinguem entre si pela sua gravidade, mas que têm em comum o facto de serem exercidos por um elemento do casal (geralmente o homem) sobre o outro, de forma consciente”, in *Agressores conjugais: investigar, avaliar e intervir na outra face da violência conjugal*, Revista Portuguesa de Ciência Criminal, ano 14, Outubro de 2004, pp. 542 e 543.





### 1.1.2 A dimensão do crime de violência doméstica em Portugal<sup>5</sup>

Ao analisar-se estatisticamente o crime de violência doméstica dever-se-á ter em consideração que independentemente das fontes de recolha de dados serem oficiais, ao guiarmo-nos pelos registos de ocorrências das forças de segurança, Polícia de Segurança Pública (PSP) e Guarda Nacional Republicana (GNR), tais dados não espelham verdadeiramente uma dimensão real do fenómeno. As estatísticas referentes ao crime de violência doméstica são apresentadas num relatório anual realizado pela Direcção Geral da Administração Interna (DGAI). Esta através de uma parceria realizada com as forças de segurança faz uma recolha e análise detalhada da informação constante nos Autos de Notícia/Denúncia<sup>6</sup> por crime de violência doméstica. Neste relatório constam, entre outros dados, o número global de participações e ocorrências registadas pela PSP e GNR, o seu período temporal, a caracterização do denunciante, do denunciado, informações sobre a ocorrência, a distribuição geográfica do crime e as respostas e estruturas especializadas das forças de segurança registadas no ano anterior.

Da análise estatística das ocorrências registadas em 2009 a DGAI<sup>7</sup> conclui que o crime de violência doméstica se posiciona como o quarto crime mais registado em Portugal a seguir ao furto em veículo motorizado, outros furtos e ofensa à integridade física simples<sup>8</sup> e o segundo crime mais registado no enquadramento dos crimes perpetrados contra as pessoas, representando naquele ano 7,34% da totalidade dos crimes denunciados no país<sup>9</sup>. Os números são críticos.

<sup>5</sup> Realça-se que todos os dados estatísticos constantes neste ponto do trabalho têm por fonte e referência os Relatórios de Violência Doméstica publicados pela Direcção Geral da Administração Interna nos anos de 2008, 2009 e 2010 em relação ao ano anterior, bem como nos Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI) referentes aos mesmos períodos.

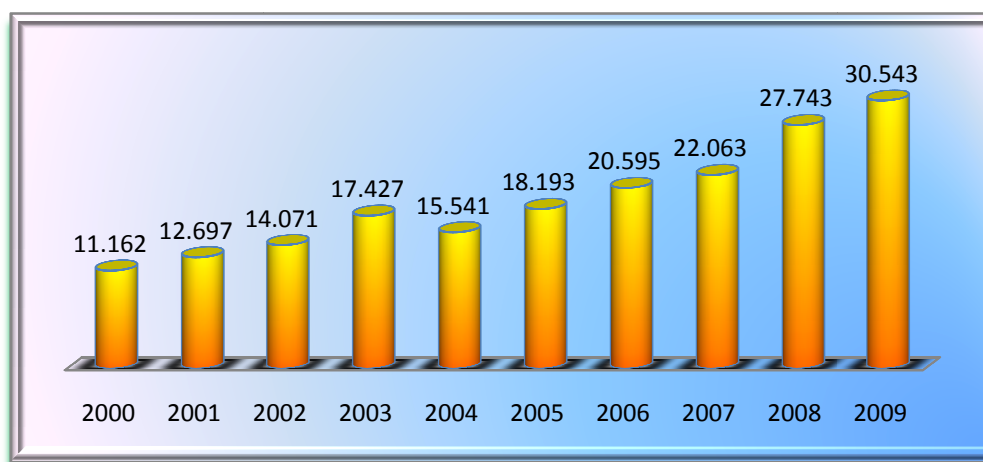
<sup>6</sup> A partir de 2007 graças à criação de um modelo padronizado de registo de ocorrências (Auto de Notícia/Denúncia) comum às duas forças de segurança (PSP e GNR), foi possível fazer uma recolha e tratamento de dados detalhados.

<sup>7</sup> Cfr. Relatório editado a 13 de Abril de 2010 intitulado *Violência Doméstica - Análise das ocorrências participadas às Forças de Segurança durante o ano de 2009*.

<sup>8</sup> No âmbito dos crimes registados pela PSP, GNR e PJ.

<sup>9</sup> No ano de 2009 a GNR e a PSP registaram um total de 416058 participações criminais conforme consta do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) (2009:37). Ao cruzarmos esses dados com os dados constantes no Relatório Anual de Violência Doméstica apresentado pela DGAI (2009:8), verifica-se que do universo total de crimes apresentados no RASI, em relação ao crime de violência doméstica pertencem 30543 registos, o que nos fez chegar à representatividade percentual de 7,34%.

**Gráfico 1** - Evolução gradual dos registos por crimes de violência doméstica efectuados pela PSP e GNR entre 2000 e 2009.



**Fonte** - Direcção Geral da Administração Interna (2010)

No último decénio assistiu-se a um aumento gradual do número de casos participados. Foram registados, entre 2000 e 2009, 190.035 crimes por violência doméstica dos quais 112.272 pela PSP e 77.863 pela GNR. Entre as duas forças de segurança é a PSP quem tem identificado mais situações de crime por violência doméstica. Em 2009 a PSP registou 62,2% (18.998) dos crimes e a GNR 37,8% (11.545), o que pode significar que a área de jurisdição da PSP é mais sensível a este tipo de fenómeno (DGAI, 2010). De 2008 para 2009 registou-se uma subida de 10,1% representando em média 2.545 participações por mês, correspondendo a 84 queixas por dia, o que se repercute entre 3 a 4 queixas por hora (DGAI, 2010).

A justificação que se encontra para este aumento constante do registo de ocorrências é de que existe uma maior “(...) visibilidade do fenómeno, de campanhas públicas de sensibilização, maior consciencialização das vítimas para os seus direitos e maior exposição mediática”<sup>10</sup>. No mesmo sentido concorda Elza Pais (2010:266) quando afirma que tal facto se deve a um “(...) aumento da visibilidade do fenómeno, da diminuição das cifras negras e da aproximação entre a realidade participada e a realidade criminal.”

Embora tais afirmações se possam confirmar face ao aumento exponencial do crime participado, julgamos que será necessário fazer futuramente uma análise mais detalhada da

<sup>10</sup> Cfr. Informação disponível em [www.psp.pt/Pages/programasespeciais/violenciadomestica.aspx](http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/violenciadomestica.aspx), (consultada a 29 de Dezembro de 2010).



evolução deste fenómeno. Isto porque actualmente não se tem uma evidência clarificada do número de casos em que a denúncia é efectuada pela primeira vez e dos casos em que existem novas denúncias sobre o mesmo agressor. Na nossa opinião, enquanto não for feita a separação entre o crime que foi registado pela primeira vez, daqueles que têm mais do que um registo de ocorrências relativas ao mesmo agressor perante uma mesma vítima praticados naquele ano e que são integrados nas estatísticas oficiais como mais um crime, não será possível saber se o crime de facto está a ser mais participado pela primeira vez ou se está a ser mais vezes repetido.

O homicídio é também uma realidade presente neste crime. O Observatório das Mulheres Assassinadas (OMA) da União de Mulheres Alternativa e Resposta<sup>11</sup> (UMAR) registou entre 2004 e 2010 o assassinato de 235 mulheres em contextos de violência doméstica. Relativamente à relação existente entre vítima e homicida, este observatório verificou que em 43 dos homicídios registados em 2010 a maior percentagem concentrava-se entre os indivíduos que detinham relações de intimidade. Do total das vítimas assassinadas naquele ano 67,4% foram mortas pelo indivíduo com quem mantinham uma relação de conjugalidade; 20,9% foram mortas pelo indivíduo do qual já se tinham separado ou mesmo obtido o divórcio; 11,6% foram mortas em contextos intra-familiares: 7% mortas por descendentes directos e 4,6% por outros familiares. A par desta violência no seio da família, o OMA também registou naquele ano 38 tentativas de homicídio onde a relação percentual entre vítima e agressor corresponde a: 56,4% aos maridos ou outros homens com quem tenham mantido relações de intimidade; 33,4% aos casos em que estas relações de intimidade tinham terminado; e 11,4% aos descendentes directos e indirectos<sup>12</sup>.

Tal facto remete-nos para uma realidade preocupante, que, maioritariamente em contextos conjugais, se verifica uma tendência para o homicídio ser perpetrado.

---

<sup>11</sup> Os dados recolhidos pela UMAR são retirados de artigos jornalísticos de visibilidade (televisão, jornais, revistas e outros) tendo fontes cuja a validade não confirmamos, contudo, a crer nas suas tendências estes dados apontam-nos para uma realidade preocupante e contribuem para o aumento da consciência pública deste fenómeno.

<sup>12</sup> Os dados apresentados encontram-se disponíveis em <http://www.umarfeminismos.org/> (consultado a 14 de Março de 2010).



### 1.1.3 A dinâmica cíclica do crime de violência doméstica

O crime de violência doméstica ocorre por circunstâncias de oportunidade. A sua ameaça não é ocasional, temporária, repentina nem imprevisível. Trata-se antes de um acto cometido intencionalmente e de forma continuada perante uma pessoa com quem o agressor detém laços de estreita afinidade (Giddens, 2001; Freitas, 2008; Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009). Porém esta interpretação de continuidade não significa que as vítimas são agredidas constantemente mas antes que são sujeitas a um “ciclo de violência” ocorrida durante a durabilidade da relação familiar/conjugal e em escalada progressiva.

Esse ciclo de violência, mormente conhecido como o “ciclo do abuso” ou “ciclo da violência conjugal”, foi inicialmente definido e caracterizado por Leonore Walker em 1979 no seu livro intitulado *The Battered Woman* (Gonçalves 2007:8; Freitas, 2008: 66-72; Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009:26-28). Este subdivide-se em três fases distintas: a fase do aumento da tensão, a fase do ataque violento e a fase da reconciliação.

Na fase do aumento da tensão começam a surgir discussões crescentes motivadas por situações que se passaram no quotidiano. O agressor aproveita-se de qualquer pretexto para criar a instabilidade familiar e desenvolve discursos de domínio e controlo sobre a vítima que progridem tanto na intensidade como na frequência. Segundo Manita *et al.* (2009:27), situações como a limpeza da casa, o chegar a casa depois da hora estipulada pelo agressor, a acusação de que tem um amante, entre outras, são alguns dos motivos que fomentam um aumento da tensão e originam a discussão. Nesta situação a vítima procura acalmar o agressor (Freitas, 2008:66).

A fase do ataque violento inicia-se normalmente com violência verbal e passa rapidamente para a violência física. A maioria das vítimas não reage porque sabem por experiência anterior que essa acção poderia agravar ainda mais a violência perpetrada. Quando as agressões são verdadeiramente severas e as vítimas necessitam de receber tratamento hospitalar, alguns agressores acompanham-nas no sentido de as manipular para que não o denunciem. Outros recusam mesmo esse tratamento ou só deixam as vítimas receberem cuidados médicos quando percebem que está em causa a sua vida (Pais, 2010; Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009).

Na fase da reconciliação ou do enamoramento as violências físicas e psicológicas cessam. Nesta fase, também conhecida pela fase de “lua-de-mel”, o agressor procura todo o tipo de razões que considera plausíveis para justificar o seu comportamento violento e



invoca motivos para que a vítima o desculpabilize (Freitas, 2008:66; Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009:26-28). Para Manita *et al.* (2009:29) esta é a fase mais ilusória do ciclo da violência já que face à sua mudança radical de comportamento, o agressor consegue penetrar no espaço “cognitivo-afectivo” da vítima fazendo-a crer de que ainda “(...) existe amor na relação (...)” e de que existe a possibilidade de mudança do seu comportamento.

Após a reconciliação a vítima volta a passar sequencialmente pelas fases anteriores vivendo traída pelo antagonismo agressão-sentimento. Tal facto a nosso ver contribui para que a vítima, mesmo depois de denunciar o caso às instâncias judiciais, regresse para junto do agressor retomando o risco de vir a ser novamente agredida.

## **1.2 Breve revisão acerca de fundamentos das teorias compreensivas do crime de violência doméstica**

### **1.2.1 Concepção bio-genética**

A perspectiva biológica está ligada aos enfoques biológicos ou a heranças genéticas e fez parte das justificações do crime violento apresentadas por alguns cientistas como por exemplo Lombroso (1876, cit. por Pais, 2010:48) através da sua obra *O Homem Delinquente*. Para aquele o que distinguia o indivíduo criminoso do não criminoso seriam as características biológicas que estavam correlacionadas com aspectos como por exemplo o tamanho da cabeça e a sua forma, a altura do indivíduo, entre outros, aliados a perfis puros da sua genética. Esta hipótese está desactualizada e faz parte do atraso representativo da época. Outros autores como Bergman e Brismar (1994) apresentam como hipótese que os crimes de agressão ou homicídio estão associados a elevados níveis de testosterona mais existentes no homem do que na mulher o que poderá de algum modo estar relacionado com o facto de o agressor ser normalmente homem e a vítima mulher. No mesmo sentido também Afonso de Albuquerque numa entrevista dada a Freitas (2008:54) nos diz que “o homem é em regra mais agressivo fisicamente do que a mulher por razões bio-genéticas. Sabemos hoje que a testosterona é simultaneamente responsável pela libido e pela agressividade e o seu nível de circulação no sangue é várias vezes superior no homem”.

Na perspectiva psicofisiológica, autores fundamentam que o crime de violência doméstica centra-se numa incapacidade de controlo da ira/zanga por parte dos agressores, havendo uma necessidade de treinar as competências de controlo emocional e



comportamental (Gottman *et al.*, 1995; Gottman Babcock & Jacobson, 1997; cit. por Manita, 2005:14). Por oposição esta autora critica. Primeiro porque não está comprovado que a violência doméstica resulta de défices de gestão de ira/raiva; segundo porque o crime de violência doméstica não se trata de um crime de “situação pontual”, nem um crime de atitude isolada de descontrolo face ao stress. Trata-se antes de um crime continuado de abusos variados com tendências galopantes tanto em frequência como em agressividade em que os agressores, normalmente masculinos, são na sua maioria sujeitos que nas relações de trabalho ou de sociabilidade, têm comportamentos normais que não são violentos ou abusivos. Só são violentos em contextos familiares (Manita, 2005).

### 1.2.2 Conceção psicológica

Numa perspectiva psicológica é defendido que o comportamento violento centra-se na componente individual do sujeito. Pressupõe que os comportamentos violentos resultam de um conjunto de défices comportamentais e competências sociais, designadamente défices no controlo do comportamento/impulsividade com uma tendência para conceber menos soluções alternativas para a resolução dos seus problemas e tendência para não reconhecer as consequências dos seus actos (Manita, 2005:16).

Também nesta perspectiva a teoria da aprendizagem social defende que a violência é um comportamento socialmente aprendido. O indivíduo aprende a ser violento na medida em recebe um reforço positivo face à atitude agressiva que toma, mas assim como é aprendido pode ser desaprendido ou substituído por outro mais adequado (Mihalic & Elliot, 1997; cit. por Manita, 2005:17).

Segundo Manita (2005) perante a revisão da leitura que faz reflecte que o crime de violência doméstica é cometido por indivíduos com baixa auto-estima, com altos níveis de dependência do cônjuge revelando fortes ciúmes e padrões de desconfiança, manipuladores, com uma necessidade avultada de poder e controlo responsabilizando a vítima pela prática dos actos violentos que cometem.

Nas situações um rompimento abrupto da relação face à saturação do comportamento violento do agressor despoleta um aumento exponencial de revolta e agressividade que pode contribuir para situações de delírio/comportamento obsessivo, podendo aquele assumir os contornos extremistas de perseguição constante, ameaças, ofensas corporais mais fortes e no seu limite o homicídio conjugal (Pais, 2010:209;



Mohandie *et al.*, 2006:153). Para Elza Pais (2010:209-210), “(...) os autores deste tipo de crime constituem o protótipo do «homem abandonado», que viram de um momento para o outro frustrado todo o investimento afectivo colocado numa relação que consideram ter sido muito gratificante (...)”. Na nossa opinião estas são as situações mais perigosas uma vez que os indivíduos por situações de amor, de dependências sentimentais procuram superar todos os entraves que lhe são interpostos para não perder a vítima. Não o conseguindo, por uma situação de desespero, cometem actos tresloucados.

### 1.2.3 Conceção familiar

Esta concepção fundamenta que o problema da violência doméstica tem origem na família onde a violência do indivíduo, hoje com idade adulta, se deveu a práticas parentais ou padrões educativos descompensados que outrora foram assimilados. Explica que o recurso assíduo a castigos corporais, um reduzido afecto, a não estimulação intelectual, o embaraço e humilhação, o presenciamento de agressões entre os pais, a sujeição proeminente de atitudes coercivas e controladoras, a falta ou inconstante prática educativa, são aspectos que se transpõem para a realidade e levam o indivíduo a agir conforme aquilo que aprendeu (Patterson, 1992; Gonçalves, 2003b; Machado, Gonçalves & Vila-Lobos, 2002; Perrot, 1994; Lochman & Wells, 1996, cit. por Manita, 2005).

A violência familiar será fruto de uma variedade de factores não só individuais mas também sociais como o desemprego, a insegurança financeira, problemas de saúde afectando não só marido e mulher como também os filhos que para além de crescerem com dificuldades de vida, crescem também com próximos da violência exercida pelos pais quer directa quer indirectamente. Porém segundo Manita (2005), não se pode afirmar que existe uma relação directa entre o mau trato na infância e problemas de comportamento violentos no futuro nem que a violência familiar actual gera violência familiar no futuro. Da revisão literária que faz, a autora constata que os rumos tomados por indivíduos que foram abusados na infância e em contextos familiares são diversos na medida em que recorrendo a estudos com amostras significativas, constata-se que “(...) muitos dos que foram maltratados nunca se tornaram em agressores e muitos dos actuais agressores nunca foram sexualmente abusados ou maltratados na sua infância.” (Manita, 2005:20). Tal facto a nosso ver demonstra-se pelo tipo de agressores que este crime abrange. Pois sabemos que se trata de um fenómeno transversal que não escolhe posições sociais podendo afectar





tanto aquele que durante a infância testemunhou e foi sujeito a situações de violência, como o indivíduo que recebeu uma educação cuidada, rica, fora de atitudes traumatizantes ou coercivas.

#### **1.2.4 Conceção sociopolítica**

A concepção sociopolítica centra-se essencialmente em torno das conjecturas feministas que acrescentam às hipóteses anteriormente enunciadas uma componente de género explicando que a violência doméstica ocorre devido à combinação de aspectos culturais, individuais e situacionais (Manita, 2005). Ao nível cultural porque o homem esteve em tempos no auge da estrutura patriarcal da sociedade<sup>13</sup> confinando-lhe a própria sociedade uma posição de domínio sobre a mulher. Ao nível individual na medida em que procuram relacionar o comportamento agressivo com as disfunções familiares sofridas e presenciadas na infância. E ao nível situacional na medida em que permitem explicar situações em que o risco de ocorrer atitudes violentas em contextos conjugais é mais elevado (Manita, 2005).

Desta forma fundamentam que a escolha do comportamento individual é constrangida pelas normas sociais dominantes, da forma como a sociedade posiciona o homem em relação à mulher e da consciência da sua dominância sobre aquela (Matos, 2001; Abrunhosa Gonçalves, 2004; Manita, 2005). Nesta perspectiva a violência propaga-se e subsiste se na mentalidade social do homem estiverem enraizados valores que o fazem sentir posicionado como o “chefe da casa”. O poder e controlo sobre a família fazem parte de si (Manita 2005), que não estando precavido dessa consciência, quando se sente diminuído nessa relação de poder e controlo, por contraposição ao estatuto social e emancipação adquirida pela mulher, despoleta atitudes de violência.

---

<sup>13</sup> A este respeito veja-se a prova da hierarquia patriarcal representada no Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 31 Março de 1944, fundamentando que “O facto do marido chamar à mulher “senhora” e “feto”, não pode fundamentar o divórcio. O esbofeteamento da mulher pelo marido, Idem.”. Virá também a propósito referir o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 3 de Maio de 1952, que em pleno Estado Novo, parecia admitir a existência de um direito de moderada correcção doméstica ao referir que “Desde que haja ofensa física, maus tratos infligidos pelo marido à mulher e uma vez que esses actos excedam os limites de uma moderada correcção doméstica, está-se em presença de sevícias graves, que ninguém é obrigado a tolerar sem reagir pelos meios que a lei lhe faculta.” (Ferreira 2005:40).





### 1.3 A violência doméstica e o risco da revitimação

#### 1.3.1 A revitimação - a distinção e a concepção de um conceito

O conceito de revitimação ou vitimação repetida é algo complexo, tendo originado entre vários autores divergências quanto à sua definição e abrangência (Cavaleiro, 2003). É definida pelo Home Office como: “quando sobre uma mesma pessoa ou um mesmo local, ocorre mais do que um crime dentro de um determinado período específico de tempo” (Bridgeman & Sampson, 1994 cit. por Hamner, Griffens & Jerwood, 1999:9). A definição reporta-se a um período específico de tempo que, segundo Shaw e Pease, é geralmente de um ano (cit. por Cavaleiro, 2003).

Noutra perspectiva, a de Hope *et al.* (2001, cit. por Cavaleiro 2003), a revitimação é uma subcategoria da vitimação múltipla. A vitimação múltipla abrange por um lado a revitimação e por outro a vitimação sobre tipos diferentes do crime, havendo em ambos a necessidade de existir uma correlação entre as diversas ocorrências criminais. Se não houver essa correlação, os vários crimes sobre um mesmo alvo devem ser considerados crimes fortuitos. Segundo Cavaleiro, da interpretação que retira daquele autor (2003:14) conclui que “(...) a vitimação por múltiplos tipos de crime consiste no facto de algumas pessoas ou propriedades se constituírem como vítimas de mais do que um tipo de ofensa criminal num determinado período de tempo, enquanto a revitimação não é mais do que o fenómeno em que uma pessoa ou lugar sofre duas ou mais ofensas criminais exactamente do mesmo tipo num espaço de tempo muito aproximado”. Naquele entendimento, o autor defende que se um indivíduo foi hoje vítima de um furto, amanhã vítima de uma burla e na semana seguinte for vítima de uma agressão, esse indivíduo está perante uma situação de vitimação múltipla fruto da coincidência momentânea do local, do dia e da hora, independentemente de terem sido cometidos por sujeitos diferentes. No caso da revitimação o mesmo já não acontece. Para haver revitimação é necessário que uma mesma pessoa ou bem patrimonial tenham sofrido dois ou mais crimes do mesmo tipo, num determinado período de tempo.

Dessa análise de conceitos, constata-se que o conceito de revitimação foi criado de uma forma abstracta e generalizada para todo o universo de crimes que embora pese uma ideia de correlação entre o alvo e o meio, fica de fora a correlação com o indivíduo que praticou o crime. Mas quando nos concentramos no crime específico de violência



doméstica, especialmente num cenário de violência conjugal, verifica-se que perante o cometimento de dois ou mais crimes estamos perante um alvo praticamente imutável – a vítima, onde o praticante do crime é sempre o mesmo – o agressor. Exemplificando: se um indivíduo agride a vítima em locais como em casa, na rua, ou à porta do trabalho, o meio pode ser variável. Se o indivíduo em vez de agredir optou por lhe riscar o carro, lhe bloquear as contas bancárias, partir os móveis da residência, retirar-lhe os filhos, o objecto também pode ser variável. Mas quando todos estes factos são cometidos por duas ou mais vezes pelo mesmo indivíduo sobre uma mesma vítima, ainda que de forma indirecta, com o objectivo de lhe provocar danos físicos ou psicológicos, dentro de um determinado período temporal, a vítima depara-se com uma situação de revitimação ou vitimação repetida. Deste modo entendemos que perante um cenário de violência doméstica o conceito de revitimação abrangia cinco factores indissociáveis: 1.º- dois ou mais actos criminais; 2.º- um perpetrador imutável; 3.º- uma intenção fixada; 4.º- uma vítima normalmente invariável; 5.º- um curto espaço de tempo (igual ou inferior a um ano).

Após as considerações feitas entendemos que a revitimação ou vitimação repetida num contexto de violência doméstica/conjugal ocorre quando: depois do registo da primeira agressão pelas autoridades policiais/judiciais, houve a prática de um ou mais actos criminosos, ainda que diferentes no tipo (ex. injúria, ameaça, agressão, destruição do património), cometidos intencionalmente por um mesmo indivíduo (ex. marido ou ex-marido) sobre a mesma vítima e/ou outro familiar num período igual ou inferior a um ano. Quando isto acontece dizer-se-á que a vítima foi revitimada.

Enquanto a situação de violência doméstica não tiver sido denunciada às autoridades policiais/judiciais tal facto deverá interpretar-se como uma situação de vitimação continuada. Se a vítima depois de denunciar os factos a essas instâncias se depara com um mau atendimento e falta de sensibilidade por parte daquelas para a resolução do seu problema, está perante uma situação de vitimação secundária<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup>Sobre esta definição foi tomada em consideração a definição dada por Crucho de Almeida e Alão (1994:97; cit. por Cavaleiro, 2003:14), quando referem que é vitimação secundária “(...) as dificuldades que as vítimas sofrem, não já como consequência directa dos crimes, mas por força da insensibilidade com que são tratadas, em especial pelas instâncias de justiça criminal”.



### **1.3.2 O risco de revitimação na violência doméstica: ESTUDOS**

Para Giddens (2001:218), mesmo que o crime seja “(...) apenas uma subcategoria do comportamento desviante, cobre uma forma tão grande de actividades (...)”, que vai desde “(...) o levar um chocolate sem pagar até ao genocídio (...)”. Porém existem determinados grupos e indivíduos que correm maior risco de se tornarem novamente vítimas ou praticantes de um determinado tipo de crime do que outros, dependendo directamente da zona onde vivem, do espaço que partilham, com quem se relacionam e das motivações que incorporam. É exemplo disso o crime de violência doméstica (Miilbank, Riches & Prior, 2000:2; Giddens, 2001:226).

No estudo de Farrell e Pease (1993), baseado nos pedidos que chegam telefonicamente à polícia a requerer a sua intervenção, concluíram que de entre o universo de crimes como o assalto a residências, crimes nas escolas, crimes raciais e o crime de violência doméstica, é neste último, e distinto de todos os outros, que se concentram o maior número de pedidos de intervenção policial face a situações de vitimação repetida. Estes autores constataam que no crime de violência doméstica existe um período elevadíssimo de risco de aquele voltar a acontecer. Das cento e sessenta e duas famílias que avaliam, os autores chegam à conclusão que nas primeiras cinco semanas após o primeiro incidente, em 35% dos casos as vítimas sofrem um segundo incidente; e em 45% dos casos, depois do segundo incidente, as vítimas sofrem um terceiro. Deste modo, os autores calcularam que o período de maior risco para ocorrer uma segunda ou terceira situação de violência doméstica será nas cinco semanas subsequentes ao registo da primeira agressão (Farrel & Pease, 1993; Loyld, Farrel & Pease, 1994).

Na semelhança do estudo realizado pelos autores supracitados, no ano de 1997 Hamner, Griffens e Jerwood (1999) verificam que a divisão policial de West Yorkshire registou duas mil cento e sessenta e três chamadas por crimes por violência doméstica, envolvendo mil duzentos e quarenta e nove homens. Do total desses registos, verificaram que 42% (respeitante a novecentos e catorze casos) deveram-se a situações repetidas de violência doméstica. Por causa de trezentos e oitenta e sete homens foram solicitadas à polícia duas ou mais intervenções durante os primeiros doze meses. Estes trezentos e oitenta e sete homens foram responsáveis por mil trezentas e uma chamadas, o que significara que ao longo de doze meses cerca de um terço (31%) dos homens denunciados



por situações de violência doméstica, foram responsáveis por quase dois terços (60,14%) das chamadas policiais (Hamner, Griffens & Jerwood, 1999).

Outro estudo que nos dá boas referências caracterizadoras do risco de revitimação em contextos de violência doméstica foi o estudo realizado por McFarlane *et al.* (1999) relativamente ao *stalking*<sup>15</sup>. McFarlane *et al.* (1999) fizeram uma análise a duzentos e seis casos de mulheres vitimadas: cento e quarenta e uma assassinadas pelo seu companheiro íntimo; e sessenta e cinco sobreviventes a atentados contra a vida praticados por aquele. Com esta amostra os autores procuram relacionar esses homicídios com o registo de queixas por *stalking* e chegam à conclusão que 76% das mulheres vítimas de homicídio conjugal foram anteriormente perseguidas pelo seu companheiro íntimo; 67% já haviam sido violentadas fisicamente; 79% das mulheres vítimas de homicídio e que tinham sofrido agressões físicas, já tinham apresentado queixa por perseguição e/ou expiação do seu companheiro; 89% das mulheres vítimas de homicídio e que foram agredidas fisicamente, foram perseguidas nos 12 meses anteriores ao seu assassinato; e em 54% dos casos antes de serem mortas as vítimas já se tinham queixado à polícia que estavam a ser perseguidas pelo seu companheiro (McFarlane *et al.*, 1999:300-316).

Em Espanha, um estudo da Associação de Mulheres Juristas Themis e do Observatório sobre Violência Doméstica do Conselho Geral do Poder Judicial revela que entre os anos de 2001 e 2002, foram assassinadas setenta e cinco mulheres por situações de violência doméstica – vinte e nove em 2001 e quarenta e seis em 2002. Dessa análise, os autores verificaram que em 2001, 42% das mulheres assassinadas tinham apresentado a sua denúncia às autoridades no mesmo dia ou no dia anterior à sua morte; 34% tinham-no feito na mesma semana; 7% nos quinze dias anteriores; 10% dentro desse mês. Em 2002, 48% no mesmo dia ou no dia anterior à morte; 24% dentro da semana; 11% nos quinze dias antes; 9% dentro do mesmo mês. Relativamente ao número de vezes que denunciaram as suas situações às autoridades, no ano de 2001, 47% tinham-no feito uma vez; e 15% duas; 15% tinham-no feito três vezes; e 23% tinham-no feito mais que três vezes. Em 2002,

<sup>15</sup> Embora não exista um sinónimo equivalente na língua portuguesa para a palavra *Stalking* a etimologia da palavra é de origem anglo-saxónica. É criminalizado em alguns países e é definido pela Comissão para a Cidadania (CIG) como “(...) um padrão de comportamentos de assédio persistente, podendo ser consumado através de formas diversas de comunicação, contacto, vigilância e monitorização da pessoa-alvo”. Disponível em [http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/Stalking\\_Intervencao.pdf](http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/Stalking_Intervencao.pdf), consultado a 08 de Janeiro de 2010.



64,8% tinham feito uma vez a denúncia; 11,7% três vezes; e 23,5% mais de três vezes (Marin & Collado, 2003:45).

Em adição, Mohandie *et al.* (2006) ao estudar quatro tipos de *stalkers*<sup>16</sup>, afirmam que o grupo de *stalkers* que perseguiram as vítimas com quem tinham tido relações de afectividade ou intimidade, designados por *intimate stalkers*, é de longe “o grupo mais maligno e perigoso”. Face a uma amostra de quinhentos e dois casos, os autores caracterizaram os *intimate stalkers*, como pessoas que abusam de estimulantes, drogas ou álcool, insultam, interferem, ameaçam e são violentos, mas raramente sofrem de psicopatia. Perseguem o seu alvo e têm uma tendência crescente para aumentarem essas perseguições tanto em frequência como em intensidade. Quase metade desses sujeitos ataca fisicamente as suas vítimas e cerca de um terço evidenciam tendências suicidas no seu comportamento. Praticamente todos voltam a atacar a vítima e fazem-no com maior rapidez do que os outros tipos de *stalkers*. Um em cada três, ameaça recorrer a uma arma de fogo ou utiliza arma de fogo.

A evidência mais desconcertante que os autores constataram no seu estudo, embora coincidente com outras investigações que apresentam, foi que para aquele universo, nos casos em que tinham havido relações sexuais, o risco de violência aumentava em cerca de 50%. Para os indivíduos que viviam em relações de intimidade com a vítima, a perseguição assumia contornos obsessivos e os actos eram cada vez mais violentos nos dias ou semanas imediatamente a seguir ao rompimento da relação. Desta forma os autores afirmam que existe uma necessidade urgente, face ao elevado risco que a quebra da relação comporta, de se desenvolver nos dias e semanas imediatamente após a separação, uma protecção da vítima e uma supervisão intensiva do agressor (Mohandie *et al.*, 2006:147-155), no sentido de o dominar emocionalmente, desmotivar-lhe comportamentos violentos e com isto evitar que uma nova agressão se repita.

O período de maior risco de um homicídio conjugal, também é compreendido por Cousson e Marleau (2006, cit. por Gonçalves, 2007) entre o momento imediatamente seguinte à ruptura da relação e os dois ou três meses seguintes.

É-nos assim possível concluir que relativamente aos períodos de maior risco todos os estudos enunciados são consensuais – a maioria das vítimas quando não são mortas, são

---

<sup>16</sup> Mohandie *et al.* estudaram 4 tipos de *stalkers*, nomeadamente aqueles que perseguiram as figuras públicas (*Public Stalkers*), os que perseguiram as pessoas com quem tinham tido relações de intimidade (*Intimate Stalkers*), os que perseguiram as pessoas conhecidas e os que perseguiram pessoas desconhecidas.



novamente agredidas, mesmo depois de denunciados os casos à tutela judicial e existem períodos temporais em que o risco de uma nova agressão ou morte é mais elevado<sup>17</sup>, destacando-se desse período os dias imediatamente a seguir ao rompimento da relação.

### **1.3.3 A representatividade da revitimação em Portugal**

Em Portugal não temos conhecimento da existência de estudos científicos idênticos aos que temos vindo a anunciar que nos permitam saber quais os períodos de maior risco para uma nova situação se despoletar, ou afirmar que uma segunda ou terceira agressão são realidades fortemente constatadas em cenários de violência doméstica depois de registado o crime às autoridades.

Os dados oficiais apresentados pela DGAI (2010) no que concerne à análise do registo de “ocorrências anteriores”, referem que no ano de 2009 “em 51% das situações reportadas existiram ocorrências anteriores por agressão à mesma vítima e/ou a outro familiar praticadas pelo/a mesmo/a denunciado/a” (DGAI, 2010:37)<sup>18</sup>. Contudo da análise de conteúdo relativamente a situações de “reiteração” que a DGAI efectua perante uma amostra de 21.691 registos (validados) de violência doméstica (33% da GNR e 67% da PSP), constata que em 90,4% dos casos registados “a descrição da ocorrência continha informação que indicava a existência de situações de violência doméstica praticadas pelo/a mesmo/a denunciado/a em relação à mesma vítima”. Neste sentido, os 90,4% quando comparados com os 51% da variável “ocorrências anteriores”, pode denotar que “a avaliação feita é mais conservadora no sentido de serem assinaladas situações anteriores reportadas à polícia e/ou uma definição mais restrita de “ocorrências anteriores” e não tanto uma definição mais alargada como a que foi usada na análise de conteúdo (que visa perceber se a situação de violência foi a primeira ou se enquadra num “histórico” de violência, independentemente do tipo).” (DGAI, 2010:42).

<sup>17</sup> A este propósito veja-se o Relatório de Acompanhamento do II PNCVD, que menciona que “Estudos indicam que as mulheres separadas de facto, ou em vias de separação ou recém divorciadas se encontram em maior perigo face a uma agressão, que as mulheres que continuam a coabitar com os potenciais agressores.” (cit. por Ferreira, 2005:165). Também Manita (2008:24) refere que “(...) quando as vítimas decidem romper com a situação violenta e afastar-se do agressor, essa ruptura não elimina o risco – por vezes, o período pós-ruptura é mesmo o mais perigoso para a vítima, ocorrendo, não raras vezes, escaladas de violência, quando não homicídios, no momento em que o agressor compreende que, não obstante as estratégias de controlo e dominação que implementou, não obstante o medo, as ameaças, o isolamento, não obstante os anos de submissão silenciosa, a vítima tomou a decisão de se afastar e romper a relação consigo”.

<sup>18</sup> Sobre este cálculo/análise, a DGAI em relação ao ano de 2009 refere-se unicamente aos casos registados pela GNR, não tendo os mesmos dados disponíveis da PSP.



De forma a tentar apurar a existência de uma ou mais ocorrências anteriores cometidas por o mesmo agressor, após a denúncia às autoridades do crime de violência doméstica, foram recolhidos junto da DGAI dados<sup>19</sup> relativos ao registo de ocorrências no ano de 2010. Na tabela seguinte, a DGAI constata que existe uma discrepância percentual elevada entre os dados recolhidos da GNR e da PSP. Tal discrepância é apontada pela DGAI, ainda que a carecer de confirmação, como uma diferente interpretação sobre a existência de ocorrências anteriores, sendo mais abrangente na GNR do que na PSP. No caso da PSP esta distinção parece estar efectivamente ligada à existência de participações anteriores, o que não sucede exactamente assim na GNR.

**Tabela 1** – Existência ou não de ocorrências anteriores por agressões à vítima e/ou familiar, praticadas pelo/a mesmo/a denunciado/a<sup>20</sup>, segundo o ano de registo e a força de segurança

Ano	Força de Segurança	Ocorrências Anteriores		Total de Casos Válidos
		Sim	Não	
2010	GNR	4.399	3.571	7.970
		55,2%	44,8%	100,0%
	PSP	3.444	14.132	17.576
		19,6%	80,4%	100,0%
	Total	7.843	1.770	25.546
		30,7%	69,3%	100,0%

**Fonte** - Direcção Geral da Administração Interna (2011)

De forma a analisar os dados de revitimação foi-nos disponibilizado pela DGAI uma amostra de 3.309 casos válidos dentro dos 3.444 casos relativos ao registo de ocorrências anteriores na PSP. No quadro abaixo, podemos verificar que desses casos, 25,9% já tinham tido 2 ocorrências anteriores e 15,1% tinham tido 3 ou mais ocorrências anteriores.

<sup>19</sup> Todos estes dados inerentes às Tabelas 1,2,3, segundo a DGAI devem ser considerados como provisórios sendo-nos fornecidos por aquela entidade a 15 de Fevereiro de 2011, antes da saída do relatório anual de violência doméstica em 2011 relativo aos dados oficiais de 2010.

<sup>20</sup> Dados extraídos pela DGAI do campo “Observações” existente no âmbito da alínea i) bloco 5 do Auto de Notícia/Denúncia por violência doméstica padronizado, onde é feita referência ao Número Único de Identificação de Processo Crime (NUIPC) anterior relativamente ao campo preenchido designado como “ocorrências anteriores por agressões à vítima e/ou outro familiar, praticadas pelo mesmo denunciado”.



**Tabela 2** – Número de ocorrências anteriores por agressões à vítima e/ou familiar, praticadas pelo/a mesmo/a denunciado/a indicadas nos autos da PSP registados em 2010 (N=3.309)

<b>1 Ocorrência Anterior</b>	<b>2 Ocorrências Anteriores</b>	<b>3 ou Mais Ocorrências Anteriores</b>	<b>Total</b>
1.954	856	499	3.309
59,1%	25,9%	15,1%	100%

**Fonte** - Direcção Geral da Administração Interna (2011)

De forma a analisar o espaço temporal das ocorrências relativas à violência doméstica, de entre os 1.954 casos registados como uma ocorrência anterior da tabela 2, recolhemos junto daquela entidade uma amostra de 1.547 casos dos quais foi-nos possível obter a data do registo dessa ocorrência anterior<sup>21</sup> e a data da última ocorrência por agressão. Enquadrando este aspecto no conceito concebido anteriormente para a definição de “revitimação em contexto de violência doméstica”<sup>22</sup> e comparando a data da ocorrência (última) com a data do registo da ocorrência anterior podemos constatar desta amostra, que depois de ter sido denunciada uma primeira agressão às autoridades judiciais: no período igual ou inferior a um ano em 64,6% dos casos houve o registo de uma nova denúncia/ocorrência por agressão sobre a mesma vítima e/ou outro familiar praticada pelo mesmo agressor; em 45,4% dentro dos primeiros 6 meses; em 30,6% nos primeiros 3 meses; em 15,2% num espaço de trinta dias; e em 10,5% nos primeiros 15 dias.

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> Conceito de revitimação: quando, depois do registo da primeira agressão pelas autoridades policiais/judiciais, houve a prática de um ou mais actos criminosos, ainda que diferentes no tipo (ex. injúria, ameaça, agressão, destruição do património), cometidos intencionalmente, por um mesmo indivíduo (ex. marido ou ex-marido) sobre a mesma vítima e/ou a outro familiar, no espaço de um ano.





**Tabela 3** – Espaço temporal compreendido entre a data da ocorrência e a data do registo da ocorrência anterior<sup>23</sup>

<b>Espaço Temporal do registo da 2ª agressão</b>	<b>Nos primeiros 15 dias</b>	<b>Nos primeiros 30 dias</b>	<b>Nos primeiros 3 meses</b>	<b>Nos primeiros 6 meses</b>	<b>No primeiro ano</b>	<b>Mais de 1 ano</b>
Casos	163	235	474	702	1000	547
%	10,5%	15,2%	30,6%	45,4%	64,6%	35,4%

Ainda que não subsista uma percepção real do número de casos de uma segunda, terceira ou mais agressões, os dados ainda que provisórios apontam para uma elevada probabilidade da vítima e/ou familiar voltar a ser agredida, mesmo depois de apresentada a denúncia às forças de segurança, num curto espaço de tempo. O que nos pode fazer percepcionar que a revitimação em contextos de violência doméstica poderá ser um fenómeno frequente em Portugal.

Os próprios procedimentos legais parecem indiciar que esse perigo subsiste. Fixando-nos no exemplo das medidas preventivas constantes da lei, ainda que de forma tácita, é-nos possível concluir que existe uma forte consciência de que esse risco permanece. Se assim não o fosse não havia a necessidade de acolher imediatamente a vítima em casas de abrigo; de classificar o crime como crime de natureza urgente, para uma maior celeridade processual<sup>24</sup>; de o tribunal ponderar e aplicar no prazo máximo de quarenta e oito horas sobre as medidas de coação urgentes a impor ao agressor<sup>25</sup>; da capacidade do órgão de polícia criminal poder deter o agressor mesmo fora do flagrante delito desde que exista perigo de continuação da actividade criminosa<sup>26</sup>; da possibilidade, desde que consentida pelo arguido, da aplicação imediata de meios técnicos de controlo à distância ou de frequentar imediatamente programas de tratamento<sup>27</sup>. Estas são de facto, medidas que procuram evitar num futuro imediatamente a seguir à denúncia que um novo ataque seja perpetrado.

<sup>23</sup> Estes dados foram calculados com base nas datas fornecidas pela DGAI relativamente a uma amostra de 1552 casos dos quais 5 tivemos que invalidar por a data do registo anterior não se compatibilizar com a data da última ocorrência.

<sup>24</sup> Cfr. Art.º 28.º da Lei 112/2009, de 16 de Setembro.

<sup>25</sup> Cfr. Art.º 31.º da Lei 112/2009, de 16 de Setembro.

<sup>26</sup> Cfr. Art.º 30.º da Lei 112/2009, de 16 de Setembro.

<sup>27</sup> Cfr. Art.º 35.º e 36.º da Lei 112/2009, de 16 de Setembro.



## **1.4 Projectos policiais de referência na prevenção da revitimação**

### **1.4.1 O projecto policial de Killingbeck em Inglaterra**

Na tentativa de diminuir o risco de revitimação no crime de violência doméstica, no ano de 1997 em Inglaterra, foi implementado um modelo policial na Divisão de Killingbeck da West Yorkshire Police em Leeds. O modelo baseia-se no facto de que aumentar a guarda da vítima e desmotivar o comportamento do agressor são elementos necessários para melhor prevenir que o crime se repita. Suporta-se na máxima de que “proteger a vítima é desmotivar o agressor e desmotivar o agressor é proteger a vítima”.

A intervenção policial era feita em três níveis. Consoante o grau de ameaça, o historial de agressões do indivíduo e dependendo da gravidade da violência aplicada sobre a vítima a situação era enquadrada no nível um, dois ou três repercutindo-se numa maior ou menor intervenção policial. Nos casos em que no momento da aplicação do projecto, os agressores não tinham ainda sofrido nenhuma intervenção relativa a este a situação era classificada no nível zero. Caso tornassem a agredir, consoante o grau de ameaça/agressão ou repetição do acto, passavam a ser enquadrados num dos três níveis.

Na aplicação do projecto assim que era detectada a agressão a intervenção policial era imediata. Perante uma denúncia feita pela vítima ou por terceiros se a situação fosse enquadrada no nível um, era feita uma averiguação e recolha de informação sobre o sucedido, fornecia-se à vítima uma carta que a informava das instituições que a podiam ajudar e era informada igualmente sobre o que aconteceria ao agressor. A vítima era encaminhada e passava a ser acompanhada pela polícia pelo menos duas vezes por semana durante um período de seis semanas. Relativamente ao agressor, também havia uma preocupação imediata de contacto e posterior acompanhamento por igual período. Era advertido verbalmente e por carta, era informado de que estava referenciado como um praticante daquele crime e se eventualmente volta-se a reincidir as medidas judiciais e a intervenção policial agravavam-se. Ao mesmo tempo que o faziam sentir que estava sobre a observância policial, os agentes procuravam-no consciencializar e confrontar com a má conduta do seu comportamento. A ideia era quebrar-lhe o espírito, desmotivá-lo e fazê-lo sentir que a vítima estava a ser apoiada (Hanmer, Griffiths & Jerwood, 1999; Hamner & Griffiths, 2000; Bridgeman & Hobbs, 1997; Manita, 2005).

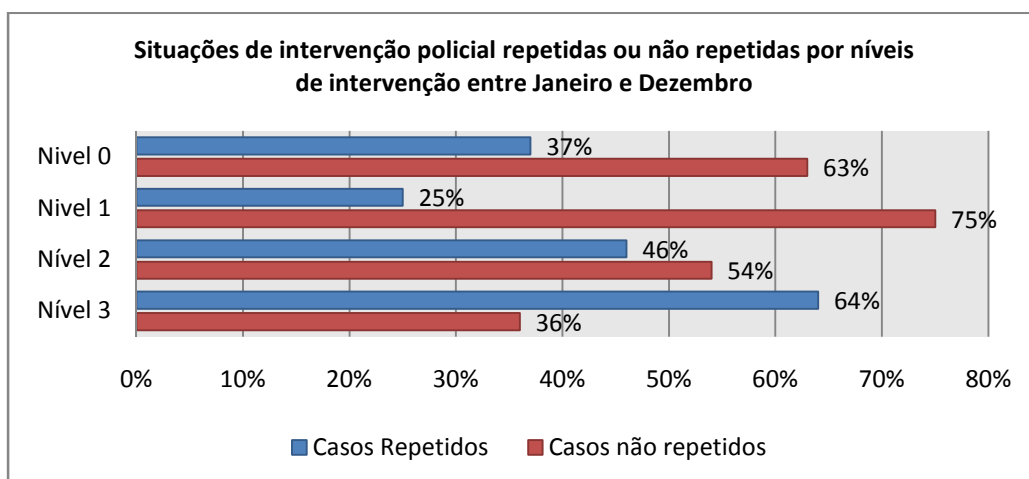


Se houvesse uma segunda agressão a intervenção policial era reforçada. No nível dois, a vítima passava a ser visitada não só pela polícia mas também por outros organismos. Era activado o *cocoon watch*<sup>28</sup> e quer a vítima quer a sua residência eram sinalizadas pela polícia como alvos vulneráveis. Relativamente ao agressor, o mesmo era novamente advertido sobre a reiteração das forças policiais caso o seu comportamento não alterasse. Eram enviadas novamente cartas informativas quer à vítima, quer ao agressor.

No nível três os procedimentos eram os mesmos que no nível dois acrescentando a possibilidade de fornecer à vítima um sistema de alarme (*panic button*) que lhe permitiria entrar em contacto imediato com a polícia caso estivesse em perigo.

A selecção dos casos para estudar a eficácia da aplicação do projecto foi feita sobre 1200 homens e respectivas vítimas, que foram responsáveis por 1870 intervenções das autoridades policiais. Os resultados foram bastante positivos. A intervenção nos casos classificados no nível um reduziu em 75% a necessidade de uma segunda intervenção, nos casos classificados no nível dois reduziu em 54% e para os casos de nível três reduziu em 36%.

**Gráfico 2:** Situações de intervenção policial repetidas ou não repetidas por níveis de intervenção entre Janeiro e Dezembro de 1997



**Fonte:** Hamner, Griffins & Jerwood (1999) - *Arresting Evidence: Domestic Violence and Repeat Victimization*.

<sup>28</sup> O *cocoon watch* tratava-se de um procedimento adoptado pela polícia onde, desde que houvesse o consentimento da vítima, eram contactados os vizinhos, a família e outras agências de relevância, para que assim que verificassem alguma proximidade, discussão ou contacto com a vítima ou situações de agressão, informassem imediatamente a polícia da situação e onde o crime estava a ocorrer, permitindo à polícia actuar de uma forma célere e direccionada. Quando o *cocoon watch* era aplicado fazia-se questão de dar conhecimento ao agressor dessa “vigilância” no sentido de o desmotivar. Esta aplicação introduzida pela polícia era feita não só no sentido de proteger a vítima mas ao mesmo tempo permitir que a vítima se sentisse apoiada motivando-a a denunciar o crime.



O programa exigiu que houvesse uma grande interacção por parte dos elementos policiais e não policiais envolvidos activamente comprometidos na troca de informações e a uma rigorosa aplicação no terreno da missão que lhes era destinada. Os próprios agentes envolvidos tiveram uma percepção do impacto positivo que aquele projecto teve. Denotaram um aumento do sentimento de segurança da vítima, ao mesmo tempo que assistiram a uma maior consciencialização e desmotivação do comportamento violento do agressor.

Com a aplicação deste programa foi possível concluir-se que para além de ter reduzido a revitimização, contribuiu para aumentar a denúncia de novas situações; aumentou o intervalo entre novas agressões, permitiu a identificação de agressores crónicos; encorajou as mulheres a procurar auxílio; identificou factores que poderiam estar ou não associados à revitimização, (Hanmer, Griffiths & Jerwood, 1999; Hamner & Griffiths, 2000; Bridgeman & Hobbs, 1997; Manita, 2005) e deixou de limitar a actuação policial ao simples registo e encaminhamento da denúncia para os tribunais.

#### **1.4.2 O projecto policial *No Domestic Violence* da Austrália do Sul**

Na Austrália do Sul, com base no projecto policial de Killingbeck foi implementado o projecto-piloto intitulado *No Domestic Violence* (NDV). Este projecto foi desenvolvido em parceria com o sistema criminal da justiça que envolvia a *South Australia Police* (SAPOL) e dentro desta a equipa especializada em violência doméstica designada *Child and Family Investigation Unit*<sup>29</sup> (CFIU), e a *Crime Prevention Unit*, sendo aplicado em duas partes distintas da cidade de Adelaide. Foi implementado por um período de doze meses com o objectivo de prevenir que uma nova agressão se perpetrasse, através de uma intervenção imediata e pró-activa quer sobre a vítima quer sobre o agressor. A necessidade da criação deste projecto partiu das principais conclusões de investigação internacionais de que o crime não é meramente aleatório ou uniformemente distribuído pela sociedade. Algumas pessoas correm um maior risco de se tornarem novamente vítimas de um crime do que outras e num crime como o de violência doméstica essa é uma realidade constatada (Millbank, Riches & Prior, 2000). A intervenção precoce quer na vítima quer no agressor

---

<sup>29</sup> Entre 1998 e 1999, o Departamento da SAPOL passou por uma reestruturação substancial dos seus serviços e criou as actuais CFIU, que incluem investigadores criminais especializados em abuso de menores e violência doméstica. A criação destas unidades foi fundamental para o desenvolvimento posterior do projecto NDV (Golding, 2002:10).



era necessária. Neste sentido o projecto foi criado com quatro objectivos primordiais: reduzir a revitimação/vitimação repetida, diminuir a severidade do comportamento violento, aumentar os intervalos de tempo entre novos incidentes e reduzir a capacidade do agressor voltar a agredir novamente, mesmo que incidindo em diferentes vítimas. Partiu do princípio de que o crime de violência doméstica cai na teoria da actividade rotineira (tal como em Killingbeck), onde estavam encontrados os três elementos necessários para o crime ocorrer: uma vítima disponível, uma falha na sua guarda e um agressor motivado. Neste sentido o NDV partilha da mesma ideologia progressiva de medidas de intervenção policial desenvolvidas pelo seu projecto similar. Suporta-se igualmente no princípio de que reduzir a disponibilidade da vítima e desmotivar o seu agressor requer a aplicação de medidas progressivas de intervenção em ambos<sup>30</sup>. Esta intervenção no agressor, para além das medidas de supervisão do seu estado/intenção que procuravam constranger o seu comportamento, visava igualmente dar-lhe a perceber de que a sua atitude estava incorrecta tentando persuadi-lo a modificar o seu comportamento (Millbank, Riches & Prior, 2000; Maynard, 2002; Manita, 2005; Golding, 2002).

Na símile da estrutura desenvolvida pelo seu projecto de base, o NDV previa uma evolução gradativa em níveis de intervenção consoante a repetição de uma nova agressão, ou o tipo de violência. Perante os casos em que havia uma primeira agressão ou um historial com mais denúncias, dependendo igualmente da violência do acto perpetrado, para prevenir uma nova agressão a situação era enquadrada num dos três níveis de intervenção policial. Deste modo para a aplicação de medidas de nível um, no plano de assistência à vítima, a polícia fornecia-lhe uma carta e um kit de informação, elaborava-lhe um plano de segurança pessoal e telefonava-lhe um elemento policial especializado em violência doméstica (CFIU *investigator*) para lhe fornecer apoio e explicar o ciclo da violência doméstica<sup>31</sup>. No plano interventivo do agressor também lhe era fornecido uma carta e um kit de informação no sentido de o advertir e ajudar, recolhia-se prova e se fosse detido era-lhe recusado o pagamento da caução antes de ser submetido a uma intervenção judicial. No nível dois, o elemento policial entrava em contacto pessoal com a vítima e

<sup>30</sup> Sobre este projecto Celina Manita (2005:41) refere que “(...) serão estes os objectivos, ao nível preventivo, que os serviços formais da justiça (polícia aí incluída) poderão abarcar (evitando e reduzindo a reincidência) (...)”

<sup>31</sup> Este ciclo foi explanado no ponto anterior do presente trabalho designado por “A dinâmica cíclica do crime de violência doméstica”.



fornece-lhe informação sobre providências cautelares, aconselhava-a sobre segurança e procurava sensibilizar a vizinhança a denunciar possíveis situações de violência e a colaborar com a segurança da vítima. O agressor que fosse incorporado no nível dois recebia novamente uma carta informativa. Era visitado por um polícia especializado no campo da violência doméstica no sentido de lhe fornecer conselhos, encaminhá-lo para instituições de apoio, ao mesmo tempo que procurava consciencializá-lo e adverti-lo das consequências dos seus actos. Era recolhida novamente a prova, passava a ser acompanhado por patrulhas direccionadas durante duas semanas, assim como passava a receber chamadas telefónicas de seguimento/acompanhamento (*follow up phone calls*) durante igual período. Com isto a polícia obtinha uma percepção do estado emocional do agressor, fazia-o sentir-se controlado ao mesmo tempo que o procuram estabilizar emocionalmente, desmotivando-o de agressões futuras. No caso de vir a ser detido em flagrante delito era-lhe recusada a condição de libertação sob pagamento de fiança. Numa intervenção do nível três, no plano interventivo da vítima o procedimento era idêntico aos anteriores acrescentando-lhe uma reunião com um advogado para identificar possíveis soluções e em circunstâncias específicas era-lhe oferecido um sistema de alarme conectado a agências de segurança que informava imediatamente a polícia caso algo acontecesse. No plano do agressor este era novamente informado, recolhia-se e reunia-se todas as provas das queixas anteriores e juntava-se ao processo. Passava a haver um desenvolvimento do processo mesmo contra a vontade da vítima, mantinham-se os patrulhamentos direccionados para o agressor durante duas semanas, aplicava-se-lhe medidas de vigilância e acompanhamento mais intensivas designadamente a implementação de escutas e voltava a receber uma visita pessoal por um polícia especializado para debater as consequências dos seus actos. (Millbank, Riches & Prior, 2000; Maynard, 2002; Manita, 2005; Golding, 2002).

Com a aplicação deste projecto, os seus coordenadores temiam que uma intervenção policial precoce tanto na vítima como no agressor pudesse sobre este último provocar uma escalada na violência. Tal facto não aconteceu. Na semelhança do que ocorrera com o projecto de Killingbeck, constataram que houve um aumento do número de denúncias à polícia, uma redução da revitimação, um aumento do intervalo entre segundas ou terceiras agressões e permitiu identificar agressores crónicos (Millbank, Riches & Prior, 2000; Maynard, 2002; Manita, 2005; Golding, 2002). Ao contrário do projecto de



Killingbeck o projecto NDV não se limitava somente à advertência por carta escrita ou a provocar no agressor a sensação de que estava a ser observado. Tratava-se de um projecto com uma componente não tanto coerciva mas mais proactiva, onde existia um polícia especializado que o advertia ao mesmo tempo que o procurava consciencializar e sensibilizar para a situação.



## CAPITULO 2 – TUTELA JUDICIAL E PROTECÇÃO POLICIAL

### 2.1 Do crime de maus tratos ao crime de violência doméstica - Evolução jurídica dos regimes implicados

#### 2.1.1 O crime de maus tratos previsto no Art.º 153.º do Código Penal de 1982

Em Portugal o crime de violência doméstica teve a sua origem no Código Penal de 1982 aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82 de 23 de Setembro, intitulado no seu artigo 153.º por *Maus tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados ou conjugues*<sup>32</sup> (Nunes & Mota, 2010). Este artigo previa um conjunto de situações praticadas por acção ou omissão no seio da relação familiar em que o autor do crime e a vítima se encontravam interligados por laços de consanguinidade ou afinidade marital. Do texto que constituía os seus números 1 e 2, o artigo 153.º punia aqueles que provocassem comportamentos violentos (maus tratos físicos, tratamentos cruéis) ou numa relação de subordinação ou guarda (pai, mãe, ou tutor de menor de 16 anos) submetesse a pessoa que se encontrava ao seu cuidado a situações que lhe provocassem danos físicos ou psíquicos. Já no seu n.º 3, o artigo 153.º incorporava igualmente a punição para um dos elementos do cônjuge que sujeita-se o outro a maus tratos físicos, tratamentos cruéis ou não lhe prestasse cuidados ou assistência na saúde. Em termos legais os conjugues eram enquadrados numa situação de igualdade, no entanto nas palavras de Nunes e Mota (2010: 134) “(...) na prática, não se verificava, já que um deles era frequentemente dominado de facto pelo outro”. Teresa Pizarro Beleza<sup>33</sup> (cit. por Nunes & Mota, 2010) numa análise feita ao Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 04 de Julho de 1984 defende que o pressuposto do n.º 3 não poderia ser remetido para o n.º 1 do artigo 153.º. Na opinião da autora, o referido Acórdão

<sup>32</sup> Da redacção do preceituado no Art.º 153.º do Código Penal de 1982 lê-se: N.º 1- O pai, mãe ou tutor de menor de 16 anos ou todo aquele que o tenha a seu cuidado ou à sua guarda ou a quem caiba a responsabilidade da sua direcção ou educação será punido com pena de prisão de 6 meses a 3 anos e multa até 100 dias quando, devido a malvadez ou egoísmo: a) Lhe infligir maus tratos físicos, o tratar cruelmente ou não lhe prestar os cuidados ou assistência à saúde que os deveres decorrentes das suas funções lhe impõem; ou b) O empregar em actividades perigosas, proibidas ou desumanas, ou sobrecarregar, física ou intelectualmente, com trabalhos excessivos ou inadequados de forma a ofender a sua saúde, ou o seu desenvolvimento intelectual, ou a expô-lo a grave perigo. N.º 2- Da mesma forma será punido quem tiver como seu subordinado, por relação de trabalho, mulher grávida, pessoa fraca de saúde ou menor, se se verificarem os restantes pressupostos do n.º 1. N.º 3- Da mesma forma será ainda punido quem infligir ao seu cônjuge o tratamento descrito na alínea a) do n.º 1 deste artigo.

<sup>33</sup> Teresa Pizarro Beleza, in *Maus Tratos Conjugais*: art.º 153.º, 3 do Código Penal, Materiais para o estudo da parte especial do Direito Penal, Estudos Monográficos: 2, A.A.F.D.L. 1989, pp. 57 a 60.





ao prever que os maus tratos estivessem associados a um juízo de “malvadez ou egoísmo” e fosse admissível o poder de “moderada correcção doméstica” dos pais para com os filhos, não se poderia aplicar aos maus tratos entre cônjuges já que nem o marido nem a mulher têm o dito “poder de moderada correcção doméstica” de um para com o outro. Na altura este crime tinha a natureza pública mas a jurisprudência do supramencionado Acórdão levou ao entendimento que o crime de maus tratos praticados entre cônjuges poderia ser subentendido tacitamente como de natureza semipública estando por isso sujeito ao manifesto do desejo de procedimento criminal por parte da vítima “uma vez que estariam em causa apenas ofensas corporais”, a não ser que se estivesse sobre a prática de um tipo de dolo específico: a “malvadez ou egoísmo”. (Nunes & Mota, 2010).

### **2.1.2 Alteração introduzida pelo DL 48/95 de 15 de Março**

Com a revisão de 1995 o crime de maus tratos passa a figurar no artigo 152.º do Código Penal. Naquele a referência que até então interligava o crime de maus tratos à necessidade de um dolo específico “a malvadez ou egoísmo” desaparece e passa a prever para além dos maus tratos físicos, os maus tratos psíquicos. A este crime foi-lhe dado um reconhecimento de maior importância e a moldura penal de 6 meses a 3 anos que previa o antigo artigo 153.º do Código Penal de 1982, foi alterada e passou a prever uma pena de prisão de 1 a 5 anos. Previa igualmente que, se da conduta do agente resultarem ofensas à integridade física grave ou morte, o agente é punido com uma pena de prisão de 2 a 8 anos ou de 3 a 10 anos, respectivamente. Passou a incluir para além da figura do cônjuge aquele que “com ele conviver em condições análogas à dos conjugues”.

No seu n.º 2 do artigo 152.º<sup>34</sup>, em confirmação da circunstância tácita prevista pelo Código Penal anterior passou a assumir de forma expressa que o procedimento criminal só se desenvolveria se houvesse um manifesto de “queixa”, atribuindo-lhe daquela forma um cunho irrevogável de natureza semi-pública. Tal facto implicava que o crime de maus tratos conjugais surgisse em paralelo com o crime de ofensas à integridade física (previsto no artigo 144.º), só se aplicando o artigo 152.º se os maus tratos não preenchessem o tipo legal do artigo 144.º (Nunes e Mota, 2010).

---

<sup>34</sup> Substituindo o n.º 3 do artigo 153.º do Código Penal de 1982.



### 2.1.3 A Lei 65/98 de 2 de Setembro e a impotência da norma

Com a alteração de 1998 o artigo 152.º do Código Penal Português muda de nome e passa a designar-se *Maus tratos e infracção de regras de segurança*. Das suas alterações mais significativas, no âmbito do cometimento conjugal, as alterações à norma no seu n.º 2 e embora se mantivesse o crime como de natureza semi-pública, atribui ao Ministério Público a possibilidade de dar início ao procedimento se o interesse da vítima o impuser e não houver oposição do ofendido antes de ser deduzida a acusação. No entanto, muitas vítimas raramente deixavam o processo chegar à fase de julgamento<sup>35</sup> devido ao medo de ameaças, de perseguições constantes, dependências económicas, ou porque acreditavam no arrependimento do agressor (fase do enamoramento). (Nunes & Mota, 2010; Ferreira, 2005; Matos, 2001).

### 2.1.4 A Lei 7/2000 de 27 de Maio – A natureza pública do crime

Com a redacção da Lei 7/2000 de 27 de Maio foram trazidas mudanças significativas. Para além de passar a compreender na norma “descendente comum em 1.º grau”<sup>36</sup> atribuiu ao crime de maus tratos praticados contra o cônjuge a natureza de crime público. Na sua redacção também passou a constar a pena acessória de proibição de contacto com a vítima até um período máximo de dois anos. Para Taipa de Carvalho<sup>37</sup> (cit. por Nunes & Mota, 2005: 136-137) em comentário a esta alteração, considerava que se previa naquele tipo de ilícito criminal “(...) uma reiteração das respectivas condutas. Um tempo longo entre dois ou mais dos referidos actos afastará o elemento reiteração ou habitualidade pressuposto, implicitamente, por este tipo de crime”. Com esta lei instaurava-se pela primeira vez uma medida que procurava evitar que aquele tipo de crime se viesse a repetir e combater a impunidade<sup>38</sup> do agressor, já que ao atribuir-se ao crime de maus tratos entre cônjuges a natureza semi-pública levava a maior parte das vezes a uma

<sup>35</sup> Segundo Maria Rosa Crucho de Almeida (cit. por Ferreira, 2005:97), entre os anos de 1993 e 1994, no total de suspensões provisórias do processo aplicadas, 75% resultaram em arquivamento e somente 2% é que resultaram no prosseguimento do processo.

<sup>36</sup> Cfr. n.º 3 do artigo 152.º do Código Penal – alteração introduzida pela Lei n.º 7/2000 de 27 de Maio.

<sup>37</sup> Cfr. Taipa de Carvalho in *Comentário Conimbricense do Código Penal* - Parte Especial Tomo I, dirigido por Figueiredo Dias, Jorge, Coimbra, Coimbra editora, 1999, p. 334.

<sup>38</sup> Num comentário feito por Carracedo, num estudo realizado em Espanha pela Association de Mujeres Juristas Themis, numa análise de 2500 processos judiciais chegaram à conclusão de que em mais de metade dos casos as mulheres desistem dos processos por falta de mecanismos de apoio e protecção. Concluindo ainda esse estudo que 51% das sentenças foram absolutórias e só em 18% dos casos é que o agressor foi condenado. (cfr. Carracedo, Lola Pérez, 2000, in *Maltrato- del miedo a la denuncia*, disponível em <http://www.nodo50.org/mujeresred/violencia-oenege.html>, consultado a 24 de Dezembro de 2010).



desistência do procedimento criminal por iniciativa da vítima, pondo em causa se a mesma o faria de forma livre e consciente ou se o fazia perante a atitude coerciva do agressor. Com a classificação do crime como público, esse problema deixava de existir podendo o procedimento criminal ser movido pelo Ministério Público independentemente da vontade da vítima (Ferreira, 2005:85).

Não menos importante foi a alteração ao artigo 281.º do Código de Processo Penal na redacção que lhe foi conferida pela Lei acima mencionada, em que lhe foi adicionado o seu n.º 6. Neste ponto, passou-se a prever que em processos por crime de maus tratos entre cônjuges, entre quem conviva em situações análogas ou seja progenitor de descendente comum de 1.º grau, pode optar pela suspensão provisória do processo atendendo à sua especial situação e desde que ao arguido ainda não tivesse sido aplicada uma medida similar por infracção da mesma natureza. Transpunha-se assim a barreira de discricionariedade da suspensão provisória do processo até então atribuída ao Ministério Público com “a concordância do juiz de instrução”, alargando-se a possibilidade de à vítima ser dada a oportunidade para desencadear por sua livre vontade a suspensão provisória do processo<sup>39</sup>. Desta forma Torrão e Costa Andrade (cit. por Ferreira, 2005:89-90) defendiam que a “suspensão provisória do processo apresentava vantagens, do ponto de vista político-criminal, designadamente no que concerne aos interesses da vítima, do Estado, e do delinquente”.

### **2.1.5 A separação do crime de violência doméstica do crime de maus tratos – A Lei n.º 59/2007 de 04 de Setembro**

Com a alteração redigida pela Lei n.º 59/2007 de 04 de Setembro, o crime de *Maus tratos e infracções de regras de segurança* previsto no Código Penal anterior, foi subdividido em três tipificações penais distintas e que se mantêm até à actualidade. O artigo 152.º passa a designar-se por *Violência doméstica*, o artigo 152.º-A passa a designar-

---

<sup>39</sup> Antes da alteração conferida pela Lei n.º 7/2000 de 27 de Maio, o Código de Processo Penal anterior não integrava na sua redacção o n.º 6 do artigo 281.º. A decisão sobre a suspensão provisória do processo era da exclusiva competência do Ministério Público e em último caso do juiz de instrução conforme constava da redacção do seu n.º 1 no texto que se segue: “1. Se o crime for punível com pena não superior a cinco anos ou com sanção diferente da prisão, pode o Ministério Público decidir-se, com a concordância do juiz de instrução, pela suspensão do processo, mediante a imposição ao arguido de injunções e regras de conduta, se se verificarem os seguintes pressupostos: a) Concordância do arguido e do assistente; b) Ausência de antecedentes criminais do arguido; c) Não haver lugar a medida de segurança de internamento; carácter diminuto da culpa; e ser de prever que o cumprimento das injunções e regras de conduta responda suficientemente às exigências de prevenção que no caso se façam sentir.”



se por *Maus tratos* e o artigo 152.º-B passa a designar-se por *Violação de regras de segurança*.

Este artigo 152.º passa a criminalizar e a punir em específico todos os agentes que mantenham ou hajam mantido uma relação de intimidade, de consanguinidade, coabitação e que de modo reiterado ou não lhe infligirem maus tratos físicos ou psíquicos, pressupondo-se que foi intenção do legislador elevar a importância do crime perpetrado no seio familiar a uma forma mais abrangente, passando o crime de maus tratos a enquadrar na sua base de existência uma relação de direcção ou dependência do agente para com a vítima, ou ainda numa relação de subordinação daquela (Nunes & Mota, 2010). Segundo aqueles autores (2010:138), a desagregação do crime de violência doméstica deveu-se essencialmente à pressão que tinha vindo a ser exercida pela Associação Portuguesa de Mulheres Juristas (APMJ) quando defendiam que naquela norma<sup>40</sup> estavam incluídas “quatro diferentes formas de violação de distintos direitos pessoais”, isto porque consideravam “desadequado agrupar na mesma previsão legal acções essencialmente distintas, quer pela natureza dos bens e valores tuteláveis, quer ainda pela qualidade dos agentes e das vítimas, quer também pelo contexto em que podem ocorrer”<sup>41</sup>. Com a autonomização da norma após esta revisão do Código Penal, Teresa Pizarro Beleza<sup>42</sup> (cit. por Nunes & Mota, 2010:139), vem dizer que esta autonomização era necessária porque a mistura dos preceitos relativos aos maus tratos conjugais com os maus tratos de menores, subordinados laborais e outros, criavam uma fundamentação duvidosa quanto aos bens jurídicos protegidos pelo que tornava a redacção do antigo artigo 152.º “obscura e confusa”.

<sup>40</sup> Referente à alteração do artigo 152.º do Código Penal introduzida pela Lei n.º 7/2000 de 27 de Maio in APMJ, direcção da APMJ, *Do crime de Maus tratos*, cadernos Hipátia, n.º1, Lisboa: APMJ, 2001, p.8.

<sup>41</sup> A própria APMJ (cit. por Ferreira, 2005) chega mesmo a entender que a concepção que presidiu à redacção do normativo da lei anterior é “(...) própria de uma visão patriarcal da família, na qual a mulher surge com um estatuto menor, idêntico ao das crianças e ao dos trabalhadores subordinados.”. Concordando com os autores anteriormente referidos, julgamos que perante esta situação estaríamos a colocar os cônjuges ao nível dos seus filhos, impugnando-lhes um grau de dependência, de insuficiência decisória e de autonomia.

<sup>42</sup> Teresa Pizarro Beleza, in: *Violência Doméstica*, Revista do CEJ, Jornadas sobre a revisão do Código penal, 1.º Semestre 2008, n.º 8, p. 288.



## 2.2 Medidas legislativas paralelas ao Código Penal no combate à violência doméstica

Com a Lei 61/91 de 13 de Agosto inicia-se um ciclo multiplicativo de medidas que visam proteger as vítimas de crimes violentos, quando da motivação desse crime resulte uma “(...) atitude discriminatória relativamente à mulher estando nomeadamente abrangidos os casos de crimes sexuais e de maus tratos a cônjuge, bem como o crime de rapto, sequestro ou ofensas corporais<sup>43</sup>” (Lisboa *et al.*, 2009:16).

Da leitura da sua redacção relativamente às medidas de “prevenção e apoio” esta lei estabelece como principais medidas: o desenvolvimento de campanhas de sensibilização, a distribuição de guias de informação sobre os direitos das mulheres quando vítimas dos tipos de crime anteriormente referidos, a criação de centros de estudo e de atendimento, a criação de um gabinete SOS e de secções de atendimento directo às mulheres vítimas de crime por parte dos órgãos de polícia criminal, a suspensão provisória do processo e a medida de coacção de afastamento da residência que podia ser acumulada com a prestação de caução quando houvesse perigo de revitimação. Com a intenção do Estado em proteger estas vítimas as medidas preventivas foram sendo multiplicadas. São exemplos disso<sup>44</sup>:

- O Decreto-Lei n.º 423/91 de 30 de Outubro que prevê por parte do Estado a indemnização às vítimas de crimes violentos;
- A Lei n.º 59/98 de 25 de Agosto que procedeu à alteração do Código de Processo Penal e passou a prever a medida de afastamento do agressor da residência partilhada com a vítima;
- A Lei n.º 93/99 de 14 de Julho que regula a aplicação de medidas de protecção para as vítimas de violência;
- A Lei n.º 107/99 de 3 de Agosto que aprova a criação de casas de apoio a mulheres vítimas de violência;
- A Lei n.º 129/99 de 20 de Agosto que confere a possibilidade de adiantamento pelo Estado de uma indemnização às vítimas de violência conjugal;
- A Lei n.º 6/2001 de 11 de Maio que adopta medidas de protecção para as pessoas que vivam em economia comum;

<sup>43</sup> Cfr. n.º 2 do Artigo 1.º da Lei 61/91 de 13 de Agosto.

<sup>44</sup> Este levantamento foi feito com base na informação disponível em [www.psp.pt](http://www.psp.pt) a 13 de Outubro 2010 e do levantamento efectuado por Lisboa *et al.* (2009:16-19).



- A Lei n.º 7/2001 de 11 de Maio que adopta medidas de protecção para os casais que vivam em união de facto;
- A Lei n.º 112/2009 de 16 de Setembro que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à protecção e assistência das suas vítimas;
- A Portaria n.º 220-A/2010 de 23 de Abril que define que a vítima passa a deter um estatuto próprio mediante documento oficial reconhecido legalmente;
- A Lei n.º 26/2010 de 30 de Agosto que vem alterar o n.º 1 do artigo 257.º que permite às autoridades policiais deter o agressor, mesmo fora do flagrante delito, quando tal se mostrar imprescindível para a protecção da vítima, que no fundo se assemelha ao previsto no n.º 3 do artigo 30.º da Lei 112/2009 de 16 de Setembro.

### **2.3 A actuação do Ministério Público - Dificuldades de uma realidade constatada**

Perante os crimes de violência doméstica o Ministério Público goza de uma posição privilegiada para cooperar no processo podendo, através dos poderes que lhe estão atribuídos, recorrer a contactos com instituições públicas ou privadas ou até mesmo a Organizações Não Governamentais (ONG) de forma a dinamizar espaços de colaboração na detecção, acompanhamento e resolução dos casos (Bravo, 2005:58).

Numa fase inicial, logo após a denúncia, a vítima é aconselhada e motivada pelas polícias ou outras instituições a prosseguir com o processo e a abandonar a residência que até então partilhava com o agressor. Por vezes acontece os abrigos estarem lotados obrigando a vítima a socorrer-se das habitações de outros familiares. Quando não os tem ou vai para uma residência arrendada ou não detendo possibilidades para pagar a renda, provavelmente vê como única solução voltar para junto do agressor<sup>45</sup>. Quando isto acontece quebra-se-lhe todo o sentimento de segurança que lhe tinha sido incutido até então aliado à probabilidade consciente de que irá ser novamente agredida.

De acordo com a experiência que possui com a resolução de crimes de violência doméstica, Jorge dos Reis Bravo (2005:59) refere que as situações que chegam ao conhecimento do tribunal são já situações que estão no “fim da linha” ou seja, a vítima

---

<sup>45</sup> Testemunho relatado por uma vítima de violência doméstica durante o estágio por nós realizado na 51.ª Esquadra – Estoril, Divisão de Cascais do COMETLIS, por ocasião da realização de um inquérito sobre a qualidade dos serviços prestados por aquela Esquadra.



fartou-se de estar sempre a ser agredida e face ao apoio de terceiros ou de familiares decide avançar com a denúncia. Quando o faz traz no seu pensamento que a máquina judicial lhe vai solucionar de “forma cabal e em tempo útil” o risco de uma nova agressão, mas o que acontece, se a tramitação urgente não impuser uma aplicação de uma medida de coação como a prisão preventiva ou domiciliária, é que apenas se inicia aquilo que o autor chama um “calvário judicial”. Segundo o autor a produção da prova torna-se desde logo algo difícil de se fazer. Perante um crime que maioritariamente ocorre no interior da residência familiar<sup>46</sup> “onde mais ninguém o vê”, ou perante a prática de um crime de agressão psicológica suportado pelo exemplo de injúrias ou ameaças, essa prova torna-se logo à nascença difícil de se conceber. Primeiro porque não existem testemunhas, segundo porque se não houver marcas físicas visíveis o exame pericial nada apura e terceiro porque contrapondo o testemunho afirmativo da vítima com o discurso de negação do agressor não se consegue chegar a uma concepção da realidade criminal. Perante tais factos, segundo o supracitado autor (2005:59) a vítima sente-se insegura por saber que ao agressor nada acontece; começa a ser pressionada para acabar com o processo. Não havendo outros elementos de prova o processo normalmente é arquivado perante uma negação ou silêncio por parte do denunciado. Mesmo que haja outros elementos de prova, a prerrogativa processual que possibilita o silêncio das pessoas que melhor poderiam ajudar a vítima (art. 134.º do C.P.P.<sup>47</sup>) acaba por defraudar qualquer tentativa séria nesse sentido, pelo menos na fase de julgamento. Tudo isto demora tempo. É por isso compreensível que a vítima deixe de colaborar vivendo no impasse do que ainda irá acontecer. Note-se que estamos perante uma “vítima especial” que denunciou um companheiro de anos, com quem casou, e/ou teve filhos” (Bravo, 2005:62). Nesse sentido importa ampliar o sentimento de acreditação da vítima na máquina judicial, importa manter os mecanismos que até então foram criados para acolher e acompanhar a vítima, mas importa igualmente intervir no outro lado do problema - o agressor que carece igualmente de acompanhamento e de terapia (Bravo,

<sup>46</sup> Segundo os dados da DGAI relativamente ao ano de 2009 perante um universo de 30.543 crimes de violência doméstica, 80,4% foram praticados no interior da residência familiar.

<sup>47</sup> Segundo o artigo 134.º do actual C.P.P “N.º 1. - Podem recusar-se a depor como testemunhas: a) Os descendentes, os ascendentes, os irmãos, os afins até ao 2.º grau, os adoptantes, os adoptados e o cônjuge do arguido; b) Quem tiver sido cônjuge do arguido ou com quem, sendo de outro ou do mesmo, com ele conviver ou tiver convivido em condições análogas às dos cônjuges, relativamente aos factos ocorridos durante o casamento ou coabitação. N.º 2. – A entidade competente para receber o depoimento adverte, sob pena de nulidade, as pessoas referidas no número anterior da faculdade que lhes assiste de recusarem o depoimento.”





2005:62) que na nossa opinião deverá ser feito no período imediatamente a seguir à sua denúncia e/ou consequente separação<sup>48</sup>.

## **2.4 Comentário às medidas de coação urgentes da Lei 112/2009 de 16 de Setembro**

Face ao desenvolvimento criminal da violência doméstica registado nestes últimos dez anos, tem-se procurado colmatar as falhas da morosidade e eficácia da máquina judicial perante um risco eminente que a vítima corre de vir a ser novamente agredida. Nesse sentido foi criada a Lei 112/2009 de 16 de Setembro, sob um conjunto de finalidades que visam na sua essência prevenir o crime de violência doméstica. No descortinar dos artigos da lei, verifica-se que a vítima é abrangida pelo “princípio do respeito”, “princípio da autonomia da vontade”, “princípio da confidencialidade”, “princípio do consentimento”, “princípio da informação”, “princípio do processo equitativo aos cuidados de saúde”, tem direito à “atribuição do estatuto de vítima”, “direito à informação”, “direito à audição e à apresentação de provas” e outros mais. A lei intitula a prevenção do crime de violência doméstica, no entanto, esta lei concentra-se essencialmente na atribuição de um conjunto de direitos direccionados para a vítima.

No outro lado do problema (o agressor) esta lei prevê medidas de coação urgentes aplicadas após a constituição de arguido, numa fase inicial do processo, ponderando o tribunal no prazo máximo de 48 horas a sua aplicação (n.º 1 do art.º 31.º). Essas medidas que recaem sobre a esfera do agressor caracterizam-se por serem medidas que visam proibi-lo de “(...) não adquirir, não usar ou entregar, de forma imediata, armas ou outros objectos e utensílios que detiver, capazes de facilitar a continuação da actividade criminosa” (al. a) do n.º 1 do art.º 31); de sujeitar o agressor a frequência de programas de tratamento, mediante consentimento prévio (al. b) do n.º 1 do art.º 31); não permanecer na residência onde o crime tenha sido cometido ou onde habite a vítima (al. c) do n.º 1 do art.º 31); não contactar com a vítima, com determinadas pessoas ou frequentar certos lugares ou meios (al. d) do n.º 1 do art.º 31). O art.º 35 desta lei prevê também a aplicação de meios de controlo à distância mas dependendo igualmente do consentimento do arguido (art.º 36.º n.º 1).

---

<sup>48</sup> Sobre esta afirmação veja-se os estudos que apresentamos no primeiro capítulo deste trabalho, onde estão retratados os períodos de maior risco de agressão.





Porém, o problema poderá prender-se também com a dinâmica que todo o processo comporta. Enquanto é feita a recolha da prova, feito o exame pericial das marcas corporais deixadas na vítima, enquanto são feitas as diligências no sentido de apurar se há testemunhas, se de facto o crime ocorreu, inquéritos de vizinhança entre outras diligências, um longo período de tempo poderá decorrer. As medidas identificadas no art.º quando aplicadas poderão ser insuficientes no sentido de travar uma nova agressão. Primeiro porque mantêm em liberdade o agressor e face ao número de processos que alguns tribunais comportam julgamos que independentemente do carácter urgente que este tipo de crime detém, não sejam aplicadas em tempo útil as medidas de coação urgentes previstas pela lei supracitada<sup>49</sup>. Segundo porque se estivermos perante um agressor motivado, munido de um sentimento de revolta e destabilizado emocionalmente, até que seja tomada uma medida, um novo ataque pode ser despoletado. Não importa se a vítima é albergada numa casa de acolhimento, porque o agressor sabe onde a vítima trabalha, sabe quem são os seus amigos, onde residem os pais, que locais de lazer frequenta, entre outros aspectos que foram partilhados ao longo da vivência familiar.

As únicas medidas que eventualmente poderiam ser capazes de o fazer sentir controlado/desmotivado (aplicação de meio técnico de controlo à distância) ou pelo menos estabilizado/consciencializado (frequência de programas de controlo comportamental para agressores), são medidas que estão na dependência do seu consentimento. Tais medidas, para além de estarem limitadas por esse seu poder discricionário, pode ainda o agressor presumir que ao concordar com a sua aplicação, tal facto poderá despoletar junto dos tribunais um juízo de presunção sobre a sua culpa, sobre a sua agressão, que o poderá levar posteriormente à condenação. Logo muito provavelmente não as irá aceitar.

Julga-se que as medidas que estão na dependência do consentimento do agressor, ainda que não tenhamos dados do número de casos em que a sua aplicação foi feita, raramente conseguem ser aplicadas. Assim, se não é possível controlar os movimentos do agressor, numa fase precoce após denúncia/separação, por estarem as medidas que consideramos capazes dependentes da sua vontade, pelo menos dever-se-á criar naquele uma percepção constante da gravidade do seu acto. E isso consegue-se com proximidade,

---

<sup>49</sup> Repare-se que em 2009, só no Comando Metropolitano da Polícia de Segurança Pública foram registadas 7522 participações por crime de violência doméstica (DGAI, 2010:10). Na nossa opinião, por muito que a aplicação de medidas de coação urgentes possam ser aplicadas pelos tribunais, presume-se que a sua capacidade de resposta, ainda que exista um esforço sobrelevado, é reduzida.



com proactividade, desmoralizando-o, ouvindo-o, percepcionando-o, aconselhando-o, procurando desviá-lo para outros caminhos que não o da violência.

## 2.5 O Modelo de Duluth – Uma reflexão sobre a sua aplicação

O modelo de Duluth, denominado na sua designação completa por *Duluth Domestic Abuse Intervention Project*, tratou-se de um projecto pioneiro na luta contra a violência doméstica realizado nos Estados Unidos em 1980, sendo posteriormente implementado e tomado por referências em outros países<sup>50</sup>. O projecto centraliza-se numa prospectiva preventiva, assente não só na aplicação de medidas centradas no apoio à vítima, mas igualmente em medidas centralizadas numa intervenção interactiva da comunidade e direccionada para a reeducação do agressor. O objectivo primário é proteger a vítima (Manita, 2005; Ferreira; 2005). O seu objectivo secundário foca-se numa relação coordenada entre serviços como o Ministério Público, forças de segurança, serviços de saúde, centros de acolhimento e casas de abrigo para mulheres maltratadas, serviços de liberdade condicional, em suma, toda uma rede que se correlaciona na prevenção da reincidência, intervindo tanto na protecção e na criação de mecanismos de apoio à vítima, como na destruição das concepções que giram em torno dos actos violentos do agressor (Manita, 2005; Ferreira, 2005). O modelo parte do pressuposto de que não basta proteger a vítima se de outro lado temos um agressor que mantém interiorizado no seu espaço cognitivo-comportamental, uma ideia de razão, de intencionalidade, de controlo sob todos os aspectos da sua companheira, com quem detém laços de estreita afinidade, com quem partilhou vivências e a quem se sente vinculado. Parte do pressuposto de que se ao agressor não lhe for incutida “uma cura” ele vai voltar a agredir. Segundo Pence e Paymar (1990, cit. por Manita, 2005:35) “(...) apesar do agressor se encontrar emocionalmente descontrolado no momento da agressão, tal não significa que esta seja desprovida de intenção”. O modelo baseia-se no encaminhamento dos agressores por parte dos tribunais para instituições com programas de intervenção em agressores, com a duração de 24 semanas (Manita, 2005).

Podemos observar através dos exemplos que se seguem, que este modelo tem vindo a ser transposto para a realidade portuguesa.

---

<sup>50</sup> Segundo Ferreira (2005:214) foi tomado como referência e posteriormente implementado em países como o Reino Unido, a Austrália e a Alemanha.



A Lei n.º 112/2009 de 16 de Setembro prevê na redacção das medidas de coacção urgentes (n.1 al. b) do art.º 31.º a possibilidade de “sujeitar mediante consentimento prévio, a frequência de programas para arguidos em crimes no contexto de violência doméstica.”<sup>51</sup>.

A redacção do C.P.P prevê no seu n.º 2 al. e) do art. 281.º, para os casos em que haja a suspensão provisória do processo, a possibilidade, oponível ao arguido, de este frequentar certos programas ou actividades. Não sendo explícito na caracterização dos programas, pressupõe-se que neles se poderão integrar a frequência de programas para agressores<sup>52</sup>.

Mais recentemente, o ante-projecto do IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica na definição dos seus objectivos estratégicos para 2011-2013 prevê em cooperação com as mais diversas entidades (ONG; Universidades; CIG e outros), a implementação de modelos de intervenção e tratamento em agressores.

Porém o problema que se levanta reflecte-se sob o tempo que medeia entre o cometimento do crime e a decisão judicial no encaminhamento do agressor para a frequência dos programas de tratamento. Pondo de parte a medida de coacção urgente, (que como já vimos depende da vontade do agressor), até que seja tomada atempadamente uma decisão por parte do tribunal, seja feita a prova ou haja concordância pela suspensão provisória do processo, muito tempo passa. Ora isto, quando coadunado com o risco de uma nova agressão, que como já verificamos subsiste nos momentos imediatamente seguintes à denúncia/separação da vítima do agressor, poderá contribuir para que até lá o agressor agrida novamente, se para tal não se sentir coagido e observado. Nesse sentido impera logo numa fase imediata do problema intervir sobre a esfera cognitivo-comportamental do agressor, papel esse que na nossa opinião não poderá deixar de ser desenvolvido no imediato, pelo menos até que seja tomada a decisão judicial nesse sentido.

<sup>51</sup> Antes disso, em 2005 já existiam no nosso país, duas Universidades, a do Porto e a do Minho que integravam programas de intervenção quer em vítimas quer em agressores (Manita 2005).

<sup>52</sup> Segundo Manita (2005;2008) este é um rumo que actualmente deverá e está a ser tomado em consideração em Portugal, porém ainda são insuficientes ou praticamente inexistentes face à necessidade actual.



## **2.6 A intervenção policial**

### **2.6.1 O Programa Integrado de Policiamento de Proximidade**

A Directiva Estratégica n.º 10/2006 de 15 de Maio estabelece institucionalmente a implementação do PIPP na PSP traçando vários objectivos operacionais, de entre os quais se destaca a necessidade de focalizar a intervenção/atenção policial nos grupos de maior risco. A génese do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) começou inicialmente por ser construída em torno de pequenos projectos de policiamento de proximidade criados por livre iniciativa dos comandantes das unidades e subunidades da PSP e da GNR (Ferreira de Oliveira, 2006). Partiu de uma perspectiva inovadora de procurar aproximar a polícia do cidadão em busca de uma maior protecção e reforço do sentimento de segurança dos grupos mais vulneráveis (Ferreira de Oliveira, 2006). A sua filosofia interventiva perfilhava do entendimento de que determinados problemas e grupos específicos necessitavam de uma atenção reforçada, especialmente os grupos mais vulneráveis: as crianças criando-se o programa “escola segura”; os idosos criando-se o programa “idoso em segurança”; os comerciantes criando-se o programa “comércio seguro” e o projecto INOVAR, que fora criado com o objectivo de qualificar e especializar as forças de segurança no atendimento às vítimas de crime (Ferreira de Oliveira, 2006), inclusive as vítimas de violência doméstica redobrando esforços na prevenção e investigação deste tipo de crime (DN PSP, 2006).

Porque, muitas vezes, é precisamente na componente humana que se concentram os desvios causadores de instabilidades pessoais, que transporta o indivíduo para a prática de incivildades ou até mesmo crimes individuais ou grupais, não resta alternativa às Forças de Segurança que não seja o estabelecimento de parcerias com instituições das diferentes áreas sociais, para com elas actuar proactivamente (Guinote, 2008).

Ao contrário de aguardar por o cometimento de um crime para depois reagir, a polícia agora e mais do que nunca, procura detectar o problema, identificar as causas e procura eliminar o risco que possa levar o indivíduo a reincidir ou a redireccionar-se para o plano da delinquência/crime (Guinote, 2008). O programa visa nesse sentido potenciar e reforçar a relação entre polícia e cidadão e detectar situações que possam constituir problemas situacionais, locais, sociais, entre outros, dos quais possam resultar práticas criminais. Distingue-se do antigo policiamento direccionado para o incidente, procurando



mobilizar a comunidade na prevenção e combate da criminalidade, prevenir e combater as causas do crime e utiliza a comunidade como fonte de informação e apoio (DN PSP, 2006).

O PIPP remete-nos para uma perspectiva de prevenção primária quando actua junto dos grupos mais jovens procurando prevenir a sua entrada no “mundo delinquente” e num futuro mais avançado da idade, no “mundo do crime”. Também parece que poderá ser sua pretensão deixar em aberto, que deverá subsistir igualmente uma expansividade a outros actores com quem intervêm os agentes de proximidade. Ou seja, poderá procurar intervir precocemente sobre o indivíduo ainda que adulto, remetendo-nos para o plano da prevenção secundária (quando já houve pelo menos o registo de um crime e o indivíduo já está referenciado). Poderá com isto perspectivar-se sobre uma actuação que não deve ser estanque, ao ponto de este tipo de policiamento poder igualmente intervir não só em vítimas ou em cidadãos mais vulneráveis à delinquência ou à vitimação criminal, mas também conceber na sua operacionalidade que este tipo de policiamento pode igualmente acarretar na sua componente proactiva uma maior abrangência. Uma intervenção junto dos próprios delinquentes, agressores de violência doméstica aí incluídos, que no fundo, por dependências alcoólicas, de drogas, de instabilidades comportamentais, não deixam de ser um cidadão vulnerável e membro de uma comunidade. No entanto passará por tentarmos perceber isso no nosso estudo, ou seja, saber-se se existe um acompanhamento ou a sensibilização para um encaminhamento do agressor.

### **2.6.2 A intervenção da PSP na prevenção e combate ao crime de violência doméstica**

Foi através desta Directiva Estratégica n.º 10/2006 de 15 de Maio que estabelece o PIPP que a PSP criou e formou as Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima (EPAV's). Estas EPAV's focam-se, na sua componente operacional, na prevenção e vigilância em áreas comerciais, residenciais, identificação de cifras negras e (na perspectiva que a nós nos importa) na prevenção do crime de violência doméstica (DN PSP, 2006). Constituem deste modo a primeira linha de intervenção, de protecção e segurança, de atendimento, de acompanhamento, de apoio e de encaminhamento das vítimas de violência doméstica fazendo também a apreensão de objectos (armas, roupas, entre outros), para que possam ser usados no processo como meio de prova (Elias, 2006:22). Sobre esta primeira linha de



intervenção, nos casos em que se está perante uma situação de flagrante delito, torna-se necessário tomar uma serie de procedimentos que começam desde logo por identificar o suspeito, retirar a vítima do raio de acção do agressor, nomeadamente retirá-la da residência, prestar cuidados médicos se necessário, notificá-la para ser submetida a exame pericial médico-legal, deter o agressor, fazer-lhe uma revista de segurança, informá-lo do motivo da sua detenção, constitui-lo arguido e informá-lo dos seus direitos e deveres perante a justiça (Elias, 2006:22). Numa segunda linha de intervenção, as equipas de investigação criminal da PSP são responsáveis pelo local do crime (normalmente a residência), recolher os meios de prova; averiguar se existem testemunhas, para além da vítima, (algo na nossa opinião difícil de obter, já que se trata de um crime cometido normalmente no interior da residência); fazer um inquérito de vizinhança junto dos vizinhos da família/casal, no sentido de recolherem informações sobre o historial ou antecedentes daquele tipo de situações (Elias, 2006).

### **2.6.2 Avaliação do risco**

O crime de violência doméstica tem vindo a ter uma grande visibilidade na actualidade que se tem manifestado pelo aumento das denúncias às forças de segurança. Nesse sentido, para prevenir situações de revitimação urge a necessidade de tentar perceber o risco que a vítima corre relativamente a uma nova agressão. A PSP em cooperação com a tutela judicial passou a integrar a par da elaboração do Auto de Notícia/Denúncia, a elaboração de um formulário designado por “Avaliação do Risco” que passou a ser integrado na parte operacional do elemento policial que se depara com situações de violência doméstica. Com a Directiva Operacional n.º 23/2005 de 19 de Dezembro, a PSP a partir de 01 de Janeiro de 2006 passou a desenvolver o seu preenchimento (DN PSP, 2005). O seu objectivo fundamental visa avaliar cada situação em concreto de forma a informar as autoridades judiciais de informação relevante, que visa uma intervenção célere e adequada sobre a vítima (DN PSP, 2005), mas ao mesmo tempo, em nossa opinião, produzir no agente uma percepção para um risco futuro.

Trata-se de uma avaliação que será preenchida numa fase de inquérito (nos inquéritos delegados pelo Ministério Público às equipas de investigação criminal da PSP), nas situações de manifesta urgência em que está em perigo a vida da vítima, principalmente nos casos de violência extrema, utilização de armas brancas, de fogo, ou



nos casos em que envolvam uma elevada agressividade por parte do agressor, por iniciativa das forças de segurança, ou a pedido das autoridades judiciais (DN PSP, 2005).

Porém a literatura indica que o risco de uma nova agressão está sempre iminentemente presente, sejam eles factores relacionados com o abuso de álcool, por factores accidentais designadamente a separação, o desemprego, a violência na família de origem, ciúmes excessivos, ameaças de morte, de suicídio entre outros, tornando-se então necessário que cessem iminentemente os comportamentos abusivos sobre a vítima (Abrunhosa Gonçalves, 2004). Neste sentido impera identificar atempadamente factores de risco, devendo ser feita essa identificação não somente junto daquilo que vítima nos diz, mas também junto do agressor (Abrunhosa Gonçalves, 2004:551) no sentido de o perceber. O princípio que impera de proteger a vítima alicerça-se na prioridade de intervir com os agressores (Manita, 2008:23).



## **CAPÍTULO 3 – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A ACTUAÇÃO POLICIAL NA PREVENÇÃO DA REVITIMAÇÃO**

### **3.1 Justificação do Estudo**

O crime de violência doméstica tem tomado na actualidade uma grande notoriedade evidenciada pelas constantes medidas de intervenção de diversos organismos e das evoluções legislativas no sentido de o prevenir. Os números sobre o seu cometimento têm vindo a revelar-se imponentes. Trata-se de um dos crimes mais registados em Portugal (DGAI, 2010). Graças ao esforço desenvolvido pelas entidades públicas e privadas na criação de mecanismos de apoio às vítimas de violência doméstica, este fenómeno tem tomado cada vez mais visibilidade tendo-se vindo a quebrar as cifras negras que até aos dias de hoje se mantinham escondidas no seio da família (Pais, 2010; Elias, 2006). Este crime reflecte cenários violentos onde os homicídios estão fortemente presentes tanto em tentativa como em consumação.

A literatura em referência demonstra-nos que o risco de revitimação se dá nos momentos imediatamente a seguir ao rompimento da relação ou após a denúncia às autoridades policiais. As motivações que o despoletam são ambíguas. No entanto julgamos que as medidas policiais se concentram essencialmente numa protecção e acompanhamento da vítima ficando de algum modo esquecido o plano do agressor.

É certo que a PSP só poderá actuar preventivamente no durante e no após acontecimento criminal. No entanto, ao contrário de outros crimes, dispomos da enorme vantagem de sabermos sempre quem o praticou permitindo-nos deste modo intervir de uma forma direccionada sobre quem o cometeu. Em muitas situações independentemente de o crime já ter sido denunciado, continua a ser repetido.

Porém, importa-nos saber se as actuais medidas policiais preventivas adoptadas para as situações fora do flagrante delito se esgotam ou se contribuem na sua vertente preventiva para que esse crime não se volte a repetir (por parte do mesmo agressor em relação a uma mesma vítima). Nesse sentido e tendo por base as ideias que temos vindo a desenvolver com opiniões pessoais e de outros autores ao longo do nosso trabalho procuraremos analisar qual o actual procedimento policial aplicado no terreno na





prevenção do crime de violência doméstica. Percepcionar se aquele consegue ser eficaz para evitar uma nova agressão da vítima e até que ponto as suas medidas se esgotam. Pelo referido, os objectivos que se pretendem atingir com a realização deste trabalho são:

- ✓ Identificar vulnerabilidades e dificuldades encontradas pelos profissionais da PSP, na prevenção deste fenómeno criminal, que poderão estar na origem de uma nova agressão.
- ✓ Percepcionar se existe uma sensibilização por parte dos profissionais da PSP para os cuidados a ter com a vítima.
- ✓ Percepcionar se existe, por parte das forças policiais, uma avaliação presencial e precoce do estado emocional do agressor, o seu acompanhamento e encaminhamento.
- ✓ Percepcionar se existe troca de informação entre os diferentes departamentos policiais, instituições e entidades judiciais.
- ✓ Ser capaz de propor medidas que possam complementar, potenciar e contribuir, para uma melhor eficácia policial no combate ao crime de violência doméstica.

Procuraremos assim com este trabalho contribuir para uma melhor reflexão sobre as formas de actuação da PSP no combate a este tipo de crime que mesmo depois de denunciado às autoridades policiais/judiciais continua a assombrar lares, famílias e vidas.

### 3.2 Metodologia

A abordagem utilizada para a sistematização das tendências de conteúdo da entrevista baseou-se num levantamento exploratório das ideias consideradas pertinentes face aos objectivos propostos. As entrevistas reflectem as opiniões e percepções dos informadores qualificados sobre a prevenção deste tipo de crime<sup>53</sup>. Com este tipo de investigação, ao contrário dos métodos quantitativos (normalmente baseados em inquéritos por questionários), não se procura a representatividade nem é apropriado para uma interpretação em termos extensivos, privilegiando-se antes a qualidade da informação (Espírito Santo, 2010:31), perante informadores experientes e capazes de nos responderem às necessidades em estudo. Ao nível da técnica recorreu-se a entrevistas semi-estruturadas, ligeiramente adaptadas para cada um dos diferentes entrevistados, mas privilegiando-se sempre a recolha da informação pretendida. Este tipo de entrevista foi trazida para a

<sup>53</sup> Para mais detalhes acerca do guião de entrevista e do seu conteúdo integral consultar anexos.



investigação porque permite dar ao entrevistador uma boa percepção dos diferentes pontos de vista individuais de cada entrevistado (Reis, 2010:86). Permite igualmente a utilização de perguntas abertas, onde o discurso do entrevistado pode ser interrompido com outras questões, no sentido de proporcionar ao entrevistador uma recolha mais aprofundada dos dados e procurar obter a informação que lhe seja conveniente (Reis, 2010:86). Este tipo de entrevista permite aos indivíduos discursar livremente (Devine, 1995, cit. por Espírito Santo, 2010:31), no sentido de explorar no seu conteúdo ideias, percepções e realidades vividas em torno da temática proposta. Nesse sentido as entrevistas foram construídas para corresponderem aos objectivos específicos do trabalho, procurando-se formular as perguntas de uma forma clara, não tendenciosa, começando-se por aspectos de carácter geral no sentido de se estabelecer uma relação de empatia e de à vontade com o entrevistado (Espírito Santo, 2010:30) progredindo para questões mais específicas. A entrevista subdividiu-se em sete partes distintas: 1) Experiência profissional; 2) Percepção da dimensão criminal; 3) Retrato da actuação policial durante a denúncia; 4) Avaliação do risco; 5) Retrato da actuação policial pós-vitimação; 6) Opinião sobre as medidas de coação urgentes aplicadas pelo tribunal; 7) Considerações finais. Recorreu-se a um guião exaustivo para que se pudesse recolher o máximo de informação possível procurando rumar perante os objectivos acima indicados.

Para a realização do nosso estudo foram escolhidos seis elementos policiais com vasta experiência no que diz respeito ao crime de violência doméstica. Não buscamos a representatividade, todavia a opinião destes elementos policiais pode ilustrar a identidade e o espírito de uma equipa ou até de uma esquadra, onde estão incutidos valores, opiniões e realidades pesadas de violência doméstica. São indivíduos que ocupam funções em planos distintos do atendimento, acompanhamento, prevenção e investigação deste tipo de crime, que por desempenharem diferentes funções nos conseguem dar uma perspectiva mais abrangente sobre os objectivos que pretendemos perceber. Nesse sentido, com o objectivo de recolher uma informação de qualidade, foram seleccionados para a entrevista, numa perspectiva da actuação ao nível de esquadra policial de competência genérica, quatro elementos pertencentes ao efectivo da 2.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> Esquadra<sup>54</sup> da 1.<sup>a</sup> Divisão do

<sup>54</sup> A 2.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> Esquadras tratam-se de dois departamentos policiais que dispõem actualmente do mesmo efectivo liderados por um único comandante, que num esquema de rotatividade alterna o seu efectivo na execução de serviços entre ambas. Na 2.<sup>a</sup> Esquadra efectuam serviço numa área mais comercial abrangendo essencialmente a zonas como a Praça do Comercio, caracterizando-se por ser menos residencial. Já a 6.<sup>a</sup>



COMETLIS por se tratar da primeira divisão policial a implementar o PIPP. Pela sua constituição, formação e envolvimento do efectivo, achamos que nos poderiam dar, em melhor qualidade, informação sobre este tipo de crime. Foram então realizadas duas entrevistas aos dois graduados de serviço mais antigos daquelas esquadras. Estes entrevistados foram seleccionados porque coordenam e são responsáveis pela gestão dos elementos operacionais num turno de serviço, ajudam os elementos do grupo na resolução de todas as ocorrências (violência doméstica aí incluída) e porque normalmente são, na ausência das EPAV's as primeiras pessoas a receber as denúncias das vítimas de violência doméstica. Ainda sobre o plano das supra referidas esquadras foram também seleccionados dois dos elementos com mais experiência que constituem as EPAV's, por se tratar de elementos especializados, vocacionados e que intervêm numa primeira fase do problema com vítimas de violência doméstica, e numa fase pós vitimação fazem um acompanhamento a estas vítimas. No plano da investigação criminal foram entrevistados dois dos elementos pertencentes à 7.<sup>a</sup> Esquadra de Investigação Criminal (EIC), onde está incluída uma equipa unicamente vocacionada para os crimes de violência doméstica. Por eles passam todos os processos de violência doméstica provenientes das esquadras/divisões integradas e pertencentes à Comarca de Lisboa. Estes elementos ouvem em diligência processual todas as testemunhas e vítimas, bem como mantêm contacto com os agressores, tendo portanto uma perspectiva mais abrangente do fenómeno. Todos eles se deparam com a realidade multifacetada dos vários contextos de violência doméstica. Estes no nosso entendimento, não menosprezando o trabalho desenvolvido por outros profissionais, são os primeiros a “dar a cara”, são os “primeiros psicólogos” a deparar-se com as situações de fim de linha, de morte, de agressões violentas, que nos poderão dar certamente uma percepção e opinião válida sobre a pretensão que queremos atingir.

---

Esquadra tem adjacente à sua área de jurisdição zonas essencialmente residenciais e carenciadas como por exemplo o Largo do Intendente e a zona da Mouraria, onde se registam mais situações de violência doméstica.



### 3.3 Apresentação de resultados

#### 3.3.1 Objectivo 1.º – Identificar vulnerabilidades e dificuldades sentidas pelos profissionais da PSP na prevenção deste fenómeno criminal

Ao longo das entrevistas realizadas foram percepcionadas várias dificuldades encontradas pelos profissionais. Uma das dificuldades sentidas pelos agentes perante um crime de violência doméstica é o de raramente conseguirem deter o agressor: “ (...) *é a impotência que a PSP sente na maior parte das vezes porque **nunca há o flagrante delito, nunca se apanha o agressor a agredir a vítima em flagrante para que o mesmo pudesse ser detido.***” (Vide E1, P7). Embora a Lei n.º 112/2009 de 16 de Setembro o permita fazer fora do flagrante delito nos casos em que há risco, prevalece a impotência de deter o indivíduo mesmo depois de se ter recebido mais do que uma denúncia por agressão: (...) *Se o indivíduo se mantiver calmo a polícia pouco pode fazer **a não ser identificá-lo e deixá-lo na sua residência.***” (Vide E1, P12; Vide E6, P15); “***Nunca fiz (a detenção) e dificilmente o irei fazer. São situações muito complicadas. Temos receio porque hoje está tudo bem e depois amanhã é a nós que nos pedem contas.***” (Vide E3, P23); “*Fora do flagrante delito é muito difícil de deter um agressor (...)*” (Vide E4, P15).

Outra das dificuldades encontradas e evidenciada por todos os entrevistados é a **morosidade** dos tribunais na resolução célere na tomada de medidas sentindo que não existe uma resposta atempada na resolução do crime: “***os processos demoram muito tempo a serem resolvidos pelo Ministério Público. Este facto desenvolve no agressor um sentimento de impunidade o que o leva a cometer o crime novamente***” (Vide E2, P32). “***A inépcia do sistema (...)***” (Vide E3, P8). Essa realidade também é comprovada pelos elementos da 7.ª EIC: “*Recebemos telefonemas em que as vítimas dizem **que foram a tribunal, que lhes foi indicado para aguardar mas entretanto (...)** queixam-se porque **nada está a ser feito e continuam sob risco (...)***” (Vide E6, P8). No entanto também estão consciencializados de que as diligências desenvolvidas pelos elementos da investigação criminal também não são céleres. Para investigar os crimes de violência doméstica existem somente três elementos destinados ao efeito que detêm uma carga processual mensal entre 50 a 60 processos, onde ouvem cerca de dez pessoas por dia (Vide E6, P12). Para além disso o agressor é sempre o último a ser ouvido (...) ***um processo é recebido aqui com o prazo de 90 dias, o agressor só será contactado quando vierem as testemunhas e o***



queixoso, sendo o arguido o último a vir **que por norma é sempre 1 ou 2 meses após a entrada do processo (...)** “**Até lá não existe uma percepção sobre a intenção do agressor em perpetuar o crime**”(Vide E6, P12).

Ao nível das EPAV's também subsiste uma dificuldade em por vezes acompanhar as situações de violência doméstica, sendo desviadas para outros serviços fora do contexto para o qual foram criadas: “(...) neste momento tanto as **EPAV's como os PIPP's não estão a desempenhar a função (...)** são **desviados para muitos outros serviços (...)**”(Vide E1, P18); (...) **não estão a conseguir funcionar na forma como estão instituídas porque os elementos estão constantemente a ser deslocados para operações e para outros serviços e portanto raramente podem efectuar o acompanhamento destas situações.** (Vide E4,P18; E4,P9). Ao nível da Esquadra de Investigação Criminal também é sentido esta sobrecarga: “**Com a carga processual que os agentes têm, não se consegue avaliar se a vítima corre perigo de vida no momento (...)** (Vide E6,P14).

Uma outra dificuldade identificada é a realização de uma **avaliação do risco** eficiente. Só é feita na esquadra de competência genérica se a situação for grave. Para além disso, segundo os elementos entrevistados esta avaliação pouco efeito surte no momento da denúncia uma vez que só se houve uma das partes - a vítima: **Não consigo avaliar porque não tenho contacto pessoal (...). Na denúncia apenas é ouvida uma versão (...)** (Vide E1,P14). As EPAV's também sentem essa dificuldade: **Se a vítima se desloca à esquadra nós só ouvimos uma parte nunca vamos ouvir a outra, fora do flagrante delito é sempre assim.**” (Vide E4,P16). (...) **mediante o que a vítima diz faz-se uma avaliação do risco mas se não há contacto com o agressor, (...) se não sabemos outros dados que se podiam recolher por exemplo de moradores ali perto, de familiares, é impossível fazer uma correcta avaliação do risco** (Vide E4,P17). A mesma dificuldade é sentida pelos elementos da 7.<sup>a</sup> EIC quando se queixam que fazem a avaliação do risco já muito tarde e com base naquilo que a vítima lhes diz: “(...) **Quando nos chega o processo já muitos dias passaram, muita coisa aconteceu, e portanto a avaliação que é feita pelos investigadores não surte o efeito que nós gostaríamos.**”(Vide E6,P17). Também existem dificuldades pelos investigadores em recolher **a prova**: “**Fazemos também o inquérito de vizinhança, mas neste caso deparamo-nos com outra dificuldade que é o facto de as pessoas terem medo das represálias, não se quererem meter em apuros, e dizem que não sabem nada.** Mesmo ao nível da própria vítima existe essa dificuldade: “ **existem ameaças por parte**



*deste* (o agressor) *para que a vítima não faça queixa ou a retire. Existem muitos casos em que as vítimas desistem da queixa mas uns dias mais tarde tornam novamente a efectuar nova queixa*” (Vide E6,P7). Ao nível do agressor “(...) *ele é constituído arguido pode falar ou não sobre os factos, regra geral nunca fala (...)*” (Vide E6, P9) .

**Tabela 4** – Resumo das dificuldades/vulnerabilidades sentidas pelos entrevistados

	Vulnerabilidades/Dificuldades
<b>Factores Sociais</b>	Dependência económica da vítima face ao agressor
	Medo e pressão sofrida pela vítima
	Medo da vizinhança que interpõe dificuldades em recolher informação para o inquérito de vizinhança
<b>Factores Institucionais</b>	Dificuldade do flagrante delito
	Morosidade processual
	Desvio de funções dos elementos das EPAV's
	Avaliação do risco focada no discurso da vítima
	Dificuldade na recolha de prova

### 3.3.2 Objectivo 2.º - Percepcionar se existe uma sensibilização por parte dos profissionais da PSP para os cuidados a ter com a vítima

A sensibilização por parte dos profissionais que lidam diariamente com este tipo de crime permite que a vítima se sinta acolhida, informada e orientada. São a primeira linha interventora. A qualquer momento do dia prestam segurança, proporcionam o acompanhamento, encaminhamento e tratamento condigno. Num segundo plano, a investigação criminal também desempenha um papel preponderante no acompanhamento da situação. Neste sentido imperou procurar saber se existiria ou não uma sensibilização por parte desta amostra tripartida (graduados de serviço, EPAV's e investigadores criminais) no apoio às vítimas de violência doméstica. Foi verificado em todos os entrevistados que essa preocupação subsistia. Ao nível dos graduados de serviço obteve-se os seguintes resultados: “*A prioridade é retirar a vítima da alçada do agressor (...)*”“(…) *entra-se em contacto com as linhas de emergência 144* (Vide E1,P7); *A preocupação que tenho é que a vítima continue a ser agredida.*” (Vide E2,P7); “(…) *tentar salvaguardar a integridade física da vítima tentando-lhe mostrar que não deve continuar a viver com o*



*agressor, que corre risco de vida e se possível encaminhá-la para uma instituição que a acolha* . Ao nível das EPAV`s também se assiste a essa sensibilização: “(...) procuramos saber se a situação melhora e se a vítima não quiser estar em contacto com o agressor, **direccioná-la para instituições** informando-a das diferentes alternativas (Vide E3, P7); (...) “*tentar encaminhar a vítima (...), dar apoio psicológico (...)*” (Vide E4, P21). Ao nível dos entrevistados na Esquadra de Investigação Criminal esta preocupação também permanece: “*No nosso núcleo de investigação, a nossa primeira preocupação é saber se a suposta vítima é realmente vítima. Depois, caso seja uma situação de violência doméstica, saber se existem crianças ou pessoas idosas em perigo. Tentamos pôr a vítima a salvo.*” (Vide E6,P7); “*A principal preocupação é a vítima.*”, “(...) *tentamos dar todo o apoio à vítima dentro das nossas possibilidades, por exemplo relativamente aos filhos, fazer o seu encaminhamento (...)*”(Vide E5,P7).

### **3.3.3 Objectivo 3.º - Percepcionar se existe, por parte dos elementos policiais uma preocupação com estado do agressor ao nível do seu acompanhamento e encaminhamento.**

No sentido de se tentar percepcionar se existe uma preocupação para a percepção do estado do agressor foram feitas um conjunto de questões junto dos entrevistados, que se interpunham com os procedimentos aplicados em relação à vítima e em relação ao agressor, numa primeira denúncia, numa segunda e numa terceira, intervaladas num período de 30 dias. Esta foi uma das falhas mais evidentes que constatámos relativamente aos procedimentos policiais aplicados fora do flagrante delito, uma vez que não se verificou a realização de uma avaliação presencial ao estado emocional do agressor nem qualquer tipo de acompanhamento: “*Identifica-se o indivíduo e deixa-se o indivíduo em casa.*” (Vide E1, P9); “*Em relação ao agressor uma vez que já está identificado, não se faz mais nada*” (Vide E1,P9); “*Em relação ao agressor, fora do flagrante delito, o único procedimento adoptado é a identificação do mesmo*” (Vide E2, P9); Ao nível das EPAV`s: “*Em relação ao agressor não fazemos qualquer acompanhamento, não temos nenhuma apreciação deste, nem temos directivas para o fazer.*” (Vide E3,P9); *Em relação ao agressor não se faz praticamente nada.*” (Vide E3, P9). “*Junto do agressor não há nenhuma* (intervenção). *A única situação que pode haver é se ele estiver lá em casa nós contactamos com ele isto se eles ainda estiverem juntos. Se não estiverem ele anda à*





*vontade.*” (Vide E4,P22); “*Quando a vítima está separada do agressor as equipas só contactam a vítima.*” (Vide E4, P19). Ao nível dos elementos da investigação criminal esta situação também se verifica: “*Não se toma nenhuma decisão, nenhuma medida em relação ao agressor*” (Vide E5, P9); “*O agressor vem à sede de inquérito, responde às questões que lhe são colocadas e pouco mais se faz*” (Vide E6, P22). “*Em relação ao agressor, ele é novamente convocado para vir aqui, presta ou não declarações e não se faz muito mais do que isso*” (Vide E6, P10); “*Na nossa fase de inquérito repetimos sempre o mesmo processo independentemente do número de denúncias efectuadas*” (Vide E6,P11).

### **3.3.4 Objectivo 4.º - Percepcionar se existe troca de informação entre os diferentes departamentos policiais, instituições e entidades judiciais**

Um dos factores que contribui para o sucesso na prevenção do crime de violência doméstica no nosso entender é a existência de uma boa troca de informação entre os diversos organismos envolvidos. Deste modo procurou-se tentar percepcionar junto dos elementos entrevistados se existia efectivamente essa troca de informações. A noção com que ficamos foi que existia uma falha na transmissão da informação por exemplo relativamente às medidas aplicadas ao agressor pelo tribunal e o local para onde a vítima foi encaminhada: “*A partir do momento em que a vítima sai da esquadra perde-se o Norte da vítima e do agressor. Perco completamente o contacto com a vítima. Inclusivamente o local para onde a vítima é encaminhada pela linha 144 é secreto*” (Vide E1,P16); “*tive conhecimento de um ofício (do tribunal) (...) Foi a única medida de coação que tive conhecimento*” (Vide E1,P16). “*Só muito raramente temos conhecimento (...) das medidas de coação aplicadas pelo Ministério Público*” (Vide E2, 19, 20, 21). “*Não*” (Vide E3,20); “*Não são. Quando nós temos conhecimento é por parte da vítima que nos diz que o agressor foi por exemplo proibido de permanecer junto dela. Normalmente é sempre assim.*” (Vide E4, P20). Ao nível da investigação criminal esta dificuldade também é sentida: “*Nós não temos conhecimento da maioria das medidas de coação aplicadas pelo tribunal. E quando nos chega alguma informação, ela não é transmitida às EPAV’s*” (Vide E5, P19).





### 3.4 Discussão de resultados

A consciencialização e a preocupação para com as vítimas de violência doméstica esteve presente durante todo o discurso dos entrevistados como se constata na apresentação dos resultados. Pelo que se percebe que os mesmos se encontram sensibilizados e preocupados com o estado e segurança da vítima. No entanto por vezes sentem-se impotentes porque existem muitas limitações de carácter operacional e legal que os impedem de efectuar uma verdadeira acção preventiva.

Ao nível das vulnerabilidades e dificuldades sentidas pelos profissionais da PSP entrevistados, os relatos apontam que em contextos de violência doméstica a prova e a detenção fora do flagrante delito é algo que se revela muito difícil de efectuar e que se interpõe com a eficácia e prevenção do combate ao fenómeno. Independentemente de se depararem com indivíduos que agredem as vítimas mais do que uma vez e num curto espaço de tempo, nada mais fazem do que identificá-los e deixá-los em casa. A Lei n.º 112/2009 de 16 de Setembro que mais tarde foi incorporada na alteração do C.P.P com a Lei n.º 26/2010 de 30 de Agosto permite a detenção fora do flagrante delito “por mandado do juiz ou do Ministério Público se houver perigo de continuação de actividade criminosa, ou pelas autoridades policiais, quando não for possível, dada a situação de urgência e perigo na demora, esperar pela intervenção da autoridade judiciária”. No entanto reconhece-se que existe uma dificuldade na actuação das autoridades policiais na detenção do agressor mesmo perante um histórico de agressões reiteradas sobre vítimas que demonstrem marcas evidentes dessas agressões, porque esta definição de perigo da continuação da actividade criminosa é muito ambígua nos casos fora do flagrante delito. Sem o contacto presencial com o agressor não se consegue avaliar o perigo e portanto não se consegue avaliar se é necessário efectuar a detenção.

Também se verifica que independentemente deste tipo de crime ter um carácter urgente, a percepção que daqui se retira é a de que não só existe morosidade por parte dos tribunais na tomada de decisão como também o efectivo actual ao nível da investigação criminal empenhado para a resolução deste tipo de crime é muito reduzido face ao número de processos que lhes são imputados. Assiste-se assim a uma falta de efectivo policial para o combate a este crime (facto evidenciado pelos profissionais entrevistados), o que poderá estar na origem de não conseguirem dar um andamento mais célere aos processos (ao nível da investigação criminal). Ao nível das EPAV's no nosso entender, estas não deveriam ser



desviadas para outros serviços mas sim somente dedicadas para o fim para que foram criadas como anteriormente foi referido, porque só desta forma é que conseguiriam fazer um melhor acompanhamento e efectiva prevenção das situações de violência doméstica.

Os entrevistados também revelam uma certa dificuldade em conseguir percepção o risco que a vítima corre fora do flagrante delito. Primeiramente pelos motivos acima expostos, segundo face ao que conseguimos perceber porque esta avaliação do risco é feita somente com base naquilo que a vítima lhes transmite quando se desloca à esquadra ficando por avaliar presencialmente o estado emocional do agressor. Segundo Rui Abrunhosa Gonçalves (2004:551) esta avaliação do risco não deverá basear-se unicamente naquilo que a vítima nos diz, mas também deverá ser feita junto do agressor. Deste modo somos da opinião que sempre que se receba uma denúncia de violência doméstica, ainda que a mesma seja efectuada dois ou três dias depois da agressão subsiste a necessidade imediata da polícia se deslocar junto do agressor, no sentido de o avaliar podendo com isso retirar uma interpretação mais fiável do risco que a vítima corre. É certo que por vezes este facto pode levantar alguma controvérsia relativamente ao medo que subsiste em o agressor se tornar ainda mais violento ao sentir que a vítima o denunciou e possa voltar a agredi-la. Mas as evidências demonstradas pelos projectos policiais de Killingbeck de Inglaterra e o de NDV da Austrália enunciados anteriormente constataram que uma intervenção precoce quer na vítima quer no agressor, advertindo este último das consequências dos seus actos, acompanhando-o e consciencializando-o das suas atitudes consegue contribuir para a redução da revitimação. Porém, como já referido anteriormente e constatado nos resultados apresentados, o agressor acaba por ser uma parte desconhecida por parte dos elementos policiais. Isto porque face aos procedimentos que estão instituídos não existe uma avaliação presencial, encaminhamento ou acompanhamento da sua pessoa. Alguns dos entrevistados (EPAV's) referiram-nos que quando se deslocam à residência para fazer o acompanhamento à vítima, se esta estiver em casa a residir com o agressor, por iniciativa própria advertem-no para não a voltar a agredir, mas se o agressor estiver fora da residência essa advertência não é feita nem se procura fazê-la. Trata-se de um procedimento que não está instituído. Verifica-se assim que a actuação policial torna-se essencialmente reactiva e não consegue ser propriamente preventiva porque, a nosso ver, não se incide sobre a verdadeira arma do crime: o agressor. Se a vítima residir sozinha só se acompanha e tranquiliza a vítima e fica ignorado o controlo sobre o agressor. Perde-se



assim a máxima defendida pelos projectos policiais enunciados de que “proteger a vítima é desmotivar o agressor e desmotivar o agressor é proteger a vítima”. Leva-nos isto então a reflectir e a levantar a questão: de que nos vale proteger e acompanhar uma vítima se do outro lado temos um agressor motivado, destabilizado emocionalmente sobre o qual não temos qualquer percepção sobre as suas segundas intenções, nos momentos imediatamente seguintes à separação ou denúncia?

É algo que pretendíamos saber quando nos comprometemos a perceber qual o procedimento policial adoptado pela PSP para prevenir as situações de revitimação em contextos de violência doméstica fora do flagrante delito. E a percepção a que chegámos foi a de que o procedimento policial adoptado numa primeira denúncia é normalmente o mesmo que o adoptado nas denúncias seguintes face a novos episódios de violência. Numa situação de pós vitimação a PSP só se incide no plano da vítima. Isto provoca de certa forma uma estanquicidade na actuação policial ficando de algum modo esquecido, como já o referimos o plano proactivo e interventivo na esfera do agressor. Veja-se o que conseguimos perceber no quadro que se segue relativamente à actuação policial retirada da informação fornecida pelos entrevistados perante uma primeira, segunda e terceira denúncia apresentada por uma vítima relativamente a um mesmo agressor fora do flagrante delito:



**Tabela 5:** Percepção sobre o padrão de actuação policial aplicado numa primeira, segunda e terceira denúncia por agressões perpetradas pelo mesmo agressor em relação a uma mesma vítima, quando aquela se desloca ao departamento policial

Actuação policial	Intervenção na Vítima	Intervenção no Agressor
<b>1.ª Denúncia por agressão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Elaboração do Auto de Denúncia.</b></li> <li>- <b>Avaliação do risco (formulário).</b></li> <li>- <b>Notificação para recolha de prova pericial junto do INML.</b></li> <li>- <b>Esclarecimento de direitos e atribuição do estatuto de vítima.</b></li> <li>- <b>Encaminhamento da vítima/menores para instituições de apoio (Linha144).</b></li> <li>- <b>Acompanhamento da vítima.</b></li> <li>- <b>Inquirição de testemunhas.</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Identificação.</b></li> <li>- <b>Recolha de prova.</b></li> <li>- <b>Inquérito de vizinhança.</b></li> <li>- <b>Ouvido em sede de inquérito.</b></li> <li>- <b>Em caso de denúncia da existência de armas em casa efectua-se busca domiciliária.</b></li> <li>- <b>Nos casos mais graves, proposta de medidas de coação urgentes/mandados de detenção.</b></li> </ul>
<b>2.ª Denúncia por agressão</b>	- <b>Elaboração de um aditamento ao Auto de Denúncia</b> (e repetem-se os procedimentos anteriores).	- Uma vez identificado o agressor, o procedimento repete-se.
<b>3.ª Denúncia por agressão</b>	- <b>Elaboração de novo aditamento ao Auto de Denúncia</b> (e repetem-se os procedimentos anteriores).	- Uma vez identificado o agressor, o procedimento repete-se.

**Notas:** A laranja – Indica a responsabilidade das EPAV's

A azul – Indica a responsabilidade do Investigador Criminal

A verde - Indica a responsabilidade dos Agentes/Graduados de Serviço/EPAV's/Investigadores Criminais

Com esta tabela conseguimos perceber que fora do flagrante delito, por parte dos elementos policiais, não é aplicada qualquer intervenção policial junto do agressor a não ser a sua identificação, pelo menos até que seja tomada uma decisão do tribunal. Tal decisão nem sempre é conhecida devido à falha de *feedback* informativo das medidas de coação urgentes aplicadas pelos tribunais. Neste sentido importa, tomando por base as ideias defendidas por Celina Manita (2005; 2008) e Rui Abrunhosa Gonçalves (2004), que o agressor deve ser sujeito a tratamento no sentido de lhe inculcar no seu espaço cognitivo-comportamental uma capacidade de controlo da agressividade, dos sentimentos, da raiva



ou hostilidade, consciencializando-o para as consequências dos seus actos, procurando-se depois criar estratégias de aprendizagem como alternativas à agressão. Segundo Manita (2005) o indivíduo ao tomar consciência da gravidade dos seus actos e da sanção que sobre ele pesa ou pode vir a pesar, caso reincida no comportamento abusivo ou criminoso, sente-se coagido a não continuar a reincidir.

Ainda segundo aquela referência, este princípio de coercibilidade (2005:77) “(...) contribui para uma maior responsabilização do agressor pelo que fez no passado, pelo que se encontra actualmente a fazer e pelo impacto que isso terá na sua vida futura e na comunidade”. Porém ficámos com a percepção, da leitura que fizemos sobre estes autores que defendem uma intervenção/tratamento em agressores, de que aqueles defendem primeiro a frequência em programas de tratamento terapêutico e só depois um controlo por parte dos mecanismos formais (polícia, tribunais, segurança social, entre outros) (Abrunhosa Gonçalves, 2004:555; Manita, 2005:77). No entanto consideramos que esse controlo/acompanhamento deve ser antecipado e integrado logo numa fase inicial pós denúncia pelas forças de segurança, ao mesmo tempo que se espera que o tribunal se decida pelo seu encaminhamento e frequência de programas de tratamento.

Justificamos esta posição com a análise atrás efectuada que demonstra a morosidade existente pelos tribunais em dar uma resposta atempada às situações de violência doméstica e face à dificuldade da actuação policial devido ao desconhecimento das medidas ou encaminhamento que está a ser dado ao processo. Ao mesmo tempo que relacionamos esta morosidade e falta de informação (conforme informação dos entrevistados) com o risco eminente de uma nova agressão (apresentados nos estudos de referência no nosso primeiro capítulo) julgamos que se torna necessário esse controlo e tratamento logo no imediato. Com a indicação para uma actuação policial nesse sentido logo numa fase precoce do problema, estes profissionais da PSP também poderiam certamente contribuir para uma redução do risco de uma nova agressão. Não só pela própria capacidade coerciva transmitida pela presença policial mas também como possíveis orientadores e estabilizadores dos comportamentos do agressor.

Pelo exposto aproveitámos para recolher junto dos entrevistados uma opinião relativamente à intervenção policial junto do agressor numa fase precoce no momento imediatamente seguinte à denúncia, no sentido de o dissuadir, estabilizar e consciencializar do seu comportamento. A resposta foi afirmativa conforme se verifica na tabela que se



segue onde os entrevistados partilham da opinião dos vários autores que temos vindo a enunciar e com a nossa própria opinião no sentido de que uma intervenção policial, logo numa fase precoce, junto do agressor, contribuía certamente para reduzir o risco de uma nova agressão pelo menos no curto prazo.

Tabela 6: Expressão de opinião quanto ao acompanhamento proactivo da polícia junto do agressor

Comente a seguinte afirmação: “Nos dias seguintes à agressão, um acompanhamento/supervisão policial junto do agressor, no sentido de lhe estabilizar e consciencializar do seu comportamento contribuía, pelo menos no curto prazo, para diminuir o risco de uma nova agressão.”	
Graduado de serviço (Entrevistado 1)	<i>Sim. Porque o agressor é uma parte esquecida. Eu considero que o agressor é um doente que sente falta de qualquer coisa, de apoio, sente-se discriminado e muitas vezes agarra-se ao álcool, à droga para tentar esquecer algo. Se o agressor tiver um acompanhamento por parte das entidades competentes que são as instituições de apoio ou polícia, provavelmente ele poderia ser recuperado evitando uma nova agressão (Vide E1,P33)</i>
Graduado de serviço (Entrevistado 2)	<i>Penso que um acompanhamento policial feito junto do agressor, através da presença policial e por exemplo chamadas telefónicas o ia dissuadir de voltar a agredir novamente a vítima. Ele iria saber e sentir que a autoridade se está a preocupar com a vítima, está a proteger a vítima e que os seus passos estão a ser vigiados (Vide E2,P33)</i>
Elemento das EPAV's (Entrevistado 3)	<i>Sim, acho que sim. Actualmente, em matéria de violência doméstica, penso que há muita preocupação com a vítima e pouca com o agressor. E acho que uma coisa leva à outra porque nós ao estarmos a acompanhar a vítima estamos a esquecer-nos do agressor e agora eu ponho uma pergunta: e o que é que levou o agressor a agredir a vítima? Normalmente nós só ouvimos um lado (...). (Vide E3,P33)</i>
Elemento das EPAV's (Entrevistado 4)	<i>Sim. E eu até tenho experiência nessa situação. Em muitas situações em que nós fazíamos o acompanhamento à vítima e a vítima vivia com o agressor, a nossa ida ao local desmotivava o agressor. Ele não gostava de ver lá a polícia, sentia-se incomodado. E depois em contacto com a vítima ela informava-nos que ele estava muito mais calmo, que não gostava de ver lá a polícia e que se sentia pressionado a não voltar a agredir (Vide E4,P33)</i>
Elemento policial da 7.ª EIC (Entrevistado 5)	<i>Concordo com essa afirmação. Após a denúncia se, além da preocupação de proteger a vítima, houver a preocupação de analisar a situação da parte agressora no sentido de verificar e apoiar nas suas dificuldades, iria com certeza diminuir a revitimação. Existe um certo esquecimento da parte agressora, dos seus problemas e das causas que o levaram a proceder à agressão. Podem ter problemas de várias ordens que poderão ser resolvidos com tratamentos ou serem encaminhados para determinadas instituições. Penso que a maioria dos crimes de violência doméstica passa não só pela punição do agressor, como também pelo apoio ao agressor. Só assim a polícia conseguia prevenir o crime. Se a polícia tiver um controlo na parte agressora consegue prevenir mais eficazmente o crime. Chego a esta conclusão devido à vasta experiência que possuo pela análise de milhares de inquéritos relativos a este tipo de crime. (Vide E5,P33)</i>
Elemento policial da 7.ª EIC (Entrevistado 6)	<i>Arranjar maneira de tentar perceber o que é que se passa com o agressor, porque é que ele agride a vítima. Existem factores sociais que “justificam” essa violência doméstica e é necessário perceber quais são. Assim como é feito um acompanhamento junto da vítima, deveria haver uma intervenção policial junto do agressor. É importante aconselhá-lo e demonstrar que aquele não é o melhor caminho e que há outras formas de resolver os problemas. Consciencializar e advertir o agressor de que poderá sofrer consequências se continuar com as agressões seria uma mais-valia. Mas nós aqui não temos tempo para isso. Penso que deveria haver nas esquadras equipas de proximidade e apoio à vítima e equipas de proximidade e apoio ao agressor (Vide E6,P33).</i>



## CONCLUSÃO

O crime de violência doméstica está longe de ser um crime fácil de se prevenir e por isso torna-se importante reflectir sobre as dificuldades sentidas no seu combate. O crescimento do crime participado tem sido justificado não pelo maior número de crimes cometidos mas sim devido a um aumento da visibilidade do fenómeno através dos diversos esforços desenvolvidos por diferentes organismos que têm vindo a contribuir para a diminuição das cifras negras. Esta visibilidade contribui para que as vítimas se sintam mais apoiadas quer ao nível das instituições de apoio social, quer ao nível das próprias polícias, levando-as, muitas vezes, a optar por se libertarem do indivíduo e a decidir pôr termo à relação de maus tratos físicos e/ou psicológicos a que estiveram sujeitas. Porém, em regra, o que usualmente sucede é que independentemente do número de casos denunciados, depois de terem sido accionados todos os mecanismos de apoio estadual, de instituições não governamentais, muitas vítimas continuam a ser novamente perseguidas, agredidas e em alguns casos assassinadas.

Até à presente data, não existe uma visão clara dos números e dos motivos da repetição deste fenómeno mas os dados existentes, ainda que contenham lacunas, criam-nos a percepção de que segundas ou mais agressões são perpetradas em números consideráveis. Pelo que conseguimos recolher dos dados estatísticos disponibilizados, da literatura e das entrevistas realizadas, a dificuldade de combater a revitimação poderá dever-se: à dificuldade da recolha de prova que se poderá repercutir na impossibilidade de condenação; ao facto de a vítima voltar a residir novamente com o agressor; à morosidade processual ainda que a lei confira ao crime de violência doméstica o carácter urgente; à falta de uma avaliação presencial do estado emocional do agressor durante os dias imediatamente a seguir à separação e/ou à denúncia; ao empenho das EPAV's noutro tipo de funções, que não aquelas para as quais foram concebidas, que as limitam no acompanhamento das vítimas de violência doméstica; à pressão exercida pelo agressor para que a vítima não testemunhe, entre outros. Mas acima de tudo uma nova agressão acontece porque, por alguma razão, o agressor se sente motivado. Essa motivação poderá resultar de uma incapacidade de gestão da ira, do consumo de álcool, drogas, de problemas económicos, da própria aprendizagem social, cultural ou familiar a que o agressor foi sujeito, entre outros.





Nesse sentido importa começar logo numa fase precoce do problema a instruir o agressor, a desmoralizá-lo, a fazê-lo sentir-se observado e ao mesmo tempo coagido, pelo menos até que seja tomada uma decisão atempada pelos tribunais. Importa então à PSP delinear novas estratégias que contribuam para que a repetição deste crime diminua. A posição defendida passa essencialmente por no futuro acreditar que se pode fazer mais. Concluimos então, que não permitir que as EPAV's sejam desviadas para outros serviços de esquadra que não os serviços para os quais foram criadas trata-se de uma necessidade imprescindível na prevenção deste fenómeno. Recomendamos ainda que a actual avaliação do risco não seja feita somente com base naquilo que a vítima refere ao elemento policial, primeiro porque poder-se-á estar perante uma situação simulada de crime, segundo porque sendo aquele verdadeiramente agressor, uma primeira abordagem policial, ainda que fora do flagrante delito, poder-nos-á dar uma real percepção do seu estado emocional e com isto antever-se as suas intenções futuras possibilitando uma intervenção imediata sobre aquele. Importa igualmente numa fase precoce (seguinte à denúncia) que a PSP intervenha no acompanhamento/supervisão dos agressores procurando dissuadi-los de cometer novas agressões, por exemplo: tentar que abandonem dependências alcoólicas ou drogas, tentar encaminhá-los e motivá-los a frequentar voluntariamente programas de tratamento/intervenção em agressores (já existentes em algumas instituições), demonstrar que a agressão não é a solução para os seus problemas e que a vítima está a ser acompanhada. Nesse sentido, deveriam ser criadas equipas policiais especializadas de apoio e acompanhamento ao agressor que efectuassem patrulhamentos direccionados, que fizessem chamadas telefónicas de seguimento (*follow up phone calls*), que fornecessem planos/kits informativos sobre instituições que o pudessem ajudar, tudo isso numa fase precoce do problema. Estes procedimentos fazem parte de um conjunto de medidas, aplicadas noutros projectos policiais, que demonstraram ser capazes de contribuir para uma redução da revitimação e cuja aplicação está ao alcance das polícias.

Torna-se assim urgente na nossa opinião que o posicionamento estratégico policial na prevenção do crime de violência doméstica não se baseie unicamente em procedimentos focados essencialmente na vítima. O actual posicionamento preventivo da PSP passa essencialmente pelo acompanhamento e encaminhamento desta. No entanto pode e deverá direccionar-se também para o plano interventivo junto dos agressores. Certamente que esta intervenção contribuiria para uma melhor eficácia no combate a este tipo de crime ou, pelo





menos, para o alargamento do intervalo temporal entre uma primeira e uma segunda agressão.

O anteprojecto do IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica de 2011 a 2013 (p.21) prevê na sua área estratégica de intervenção que reduzir ou eliminar o risco de revitimação passa por uma melhoria dos actuais mecanismos que estão à disposição da vítima, mas passa igualmente pela criação de medidas que procurem intervir junto dos agressores. Reconhece que actualmente é insuficiente trabalhar apenas com as vítimas importando alterar estereótipos e crenças socialmente enraizados que contribuem para o perpetuar de novas situações de violência. Nesse sentido, a nosso ver, as forças de segurança, mais do que qualquer outro organismo, são uma peça indispensável, essencialmente nos períodos de maior risco de agressão, na intervenção proactiva e coerciva junto do agressor.

Realizado por:

---

***Hugo Rafael Moreira da Rocha***

Aspirante a Oficial de Policia n.º 254/150560



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amâncio**, Lígia, Manuela Tavares, Teresa Sousa de Almeida, *O Longo Caminho das Mulheres*, (2007), Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Bergman**, Brismar, *Characteristics of imprisoned wife beaters* in Forensic Science International, Volume 65, Issue 3, Elsevier Ireland Ltd, 1994, pp. 157-167.
- Bravo**, Jorge dos Reis, *A actuação do Ministério Público no âmbito da violência doméstica*, in Revista do Ministério Público n.º 102, Lisboa, Editorial Minerva, 2005, pp. 45-79.
- Bridgeman**, Cressida, Louise Hobbs (1997), *Preventing Repeat Victimization: police officers guide*, London, Home Office Police Research Group.
- Canço**, Dina, Fernanda Santos (2009), *Igualdade de Género em Portugal 2009*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Presidência do Conselho de Ministros.
- Cavaleiro**, Rodrigo (2003), *O Fenómeno da Revitimização – Numa Perspectiva Policial*, trabalho final de Licenciatura em Ciências Policiais, Lisboa, ISCPSI.
- Carmo**, Hermano, Manuela Ferreira (2008), *Metodologia Da Investigação - Guia para Auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Corroza**, Elena Iñigo, *La violencia doméstica en España: El delito de malos tratos en el seno familiar*, in Revista do Ministério Público n.º 102, Lisboa, Editorial Minerva, 2005, pp. 7-44.
- Dias**, Jorge de Figueiredo, Manuel da Costa Andrade (1992), *Criminologia – O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Elias**, Luís, *Problemática da Violência Doméstica. Reflexões sobre o papel da polícia* in Revista Policia Portuguesa, nº 1, III Série, Direcção Nacional da PSP, Lisboa, 2006, pp. 18-23.
- Espírito Santo**, Paula (2010), *Introdução à Metodologia em Ciências Sociais – Génese, Fundamentos e Problemas*, Lisboa, Sílabo.
- Ferreira de Oliveira**, José (2006), *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento – A Emergência do Policiamento de Proximidade*, Coimbra, Almedina.



- Ferreira, Maria Elizabete** (2005), *Da Intervenção Do Estado Na Questão da Violência Conjugal em Portugal*, Coimbra, Almedina.
- Freitas, Fernanda** (2008), *Sem Medo Maria*, Alfragide, Caderno Editora.
- Giddens, Anthony** (2004), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, traduzido do original inglês intitulado *Sociology*, 4.ª Edição (2001), publicado pela Polity Press em associação com a Blackwell Publishers Ltd.
- Golding, Steve** (2002), *National Crime Prevention- Towards a Safer Australia*. Paper presented at the Crime Prevention Conference convened by the Australian Institute of Criminology and the Crime Prevention Branch, Commonwealth Attorney-General's Department, Sydney, 12 e 13 de Setembro.
- Gonçalves, Rui Abrunhosa**, *Agressores Conjugais: investigar, avaliar e intervir na outra face da violência conjugal*, in Revista Portuguesa de Ciência Criminal n.º 4, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pp. 541-558.
- Gonçalves, Rui Abrunhosa, Carla Machado**, *Abuso sexual de menores: intervenção nas vítimas e nos agressores*, in Revista do Ministério Público n.º 106, Lisboa, Editorial Minerva, 2006, pp. 25-81.
- Gonçalves, Nuno** (2007), *O Serviço Prestado Pela PSP às Mulheres Vítimas de Violência Conjugal*, trabalho final de Licenciatura em Ciências Policiais, Lisboa, ISCPSI.
- Guerra, Isabel Carvalho** (2010), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*, Parede, Principia Editora.
- Guinote, Hugo**, *PIPP – Uma Realidade?*, in Boletim do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Outubro / Novembro 2008, Lisboa, 2008, pp. 16-19.
- Hamner, Jalna, Sue Griffiths, David Jerwood** (1999), *Arresting Evidence: Domestic Violence and Repeat Victimisation*. Police Research Series Paper, 104, London, Home Office.
- Hamner, Jalna, Sue Griffiths** (2000), *Reducing domestic violence. What Works? Policing Domestic Violence*, London: Leeds Metropolitan University (Crime Reduction Series)



- Hope**, Tim Jane Bryan, Alan Trickett, Denise Osborn, *The Phenomena of Multiple Victimization: The Relationship between Personal and Property Crime Risk*, British in Journal of Criminology, Vol.41, 2001, p.595.
- Lisboa**, Manuel, Zélia Barrozo, Joana Patrício, Leandro Alexandra (2009), *Violência e Género – Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens*, Coleção Estudos de Género, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Presidência do Conselho de Ministros.
- Lloyd**, Sam, Graham Farrel, Ken Pease (1994), *Preventing Repeated Domestic Violence: A Demonstration Project on Merseyside*, Police Research Group. Crime Prevention Unit Series, Paper 49, London, Home Office.
- Machado**, Carla, *Psicologia forense: desenvolvimentos, cientificidade e limitações*, in Revista do Ministério Público n.º 106, Lisboa, Editorial Minerva, 2006, pp. 5-23.
- Macfarlane**, Judith, Jacquelyn Campbell, Susan Wilt, Carolyn Sachs, Yvonne Ulrich, Xiao Xu, *Stalking and Intimate Partner Femicide*, in Homicide Studies, Vol. 3 N.º 4, Novembro, 1999, Sage Publications, pp. 300-316
- Manita**, Celina (2005), *A Intervenção em Agressores no Contexto da Violência Doméstica em Portugal – Estudo Preliminar de Caracterização*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Manita**, Celina, *Programas de intervenção em agressores de violência conjugal – Intervenção psicológica e prevenção de violência doméstica*, in Ousar e Integrar – Revista de reinserção social e prova, n.º1, 2008, pp. 21-32.
- Manita**, Celina, Catarina Ribeiro, Carlos Peixoto (2009), *Violência Doméstica: compreender para intervir: guia de boas práticas para profissionais das forças de segurança*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género, Presidência do Conselho de Ministros.
- Marin**, Milagro, Sara Collado, *Sur la violence domestique au sud de l'Europe*, in Rapport Penélope, Comissão Europeia – Projecto DAFNE, 2003, p. 45.
- Maynard**, Philip (2002), *The NDV Update*, Australian Domestic and Family Violence, Clearinghouse Newsletter, issue n.º 11, Sydney, NSW 2052, Junho.



- Matos, Marlene**, *Retratos da Violência na Conjugalidade*, in Revista Portuguesa de Ciência Criminal, Fasc. 1.º, Coimbra, Coimbra Editora, 2001, pp. 99-128.
- Matos, Ricardo**, *Dos maus tratos a cônjuge à violência doméstica: um passo à frente na tutela da vítima?*, in Revista do Ministério Público n.º 107, Lisboa, Editorial Minerva, 2006, pp. 89-119.
- Millbank, Sue, Michael Riches, Bill Prior** (2000), *Reducing repeat victimisation of domestic violence. The NDV Project*. Paper presented at Conference “Reducing Criminality: Partnerships and Best Practice”, Perth - Austrália, 31 de Julho a 1 de Agosto.
- Mohandie, Kris, Reid Meloy, Mila Green McGowan, Jenn Williams**, *The RECON Typology of Stalking: Reliability and Validity Based upon a Large Sample of North American Stalkers*,” in Journal of Forensic Sciences, 51, n.º 1, 2006, pp. 147-155.
- Nunes, Carlos C., Maria Mota**, *O crime de violência doméstica: a al. b) do n.1 do art. 152º do Código Penal*, in Revista do Ministério Público n.º 112, Lisboa, Editorial Minerva, 2010, pp. 133-175.
- Pais, Elza** (2010), *Homicídio Conjugal em Portugal – Rupturas Violentas da Conjugalidade*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Reis, Felipa** (2010), *Como elaborar uma Dissertação de Mestrado Segundo Bolonha*, Lisboa, Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.

## LEGISLAÇÃO E RELATÓRIOS TÉCNICOS CONSULTADOS

*Anteprojecto do IV Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica*, disponível em [http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/PCM/Anteprojecto\\_IV\\_PNCVD.pdf](http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/PCM/Anteprojecto_IV_PNCVD.pdf) (acedido a 20 de Outubro de 2010)

Directiva Estratégica 10/2006, de 15 de Maio de 2006 (Programa Integrado de Policiamento de Proximidade na PSP)



Directiva Operacional 23/2005, de 28 de Dezembro (Auto de Noticia Padronizado e Formulário Avaliação do Risco para Ocorrências de Violência Doméstica)

Lei n.º 112/2009 de 16 de Setembro (que estabelece o regime jurídico aplicável ao crime de violência doméstica, à protecção e à assistência das vítimas de violência doméstica)

*Manual Alcipe para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica* (APAV, 2010), disponível em <http://www.apav.pt/portal/pdf/ManualAlcipe.pdf> (acedido a 20 de Outubro de 2010)

*Relatório Anual da Violência Doméstica - Análise de ocorrências participadas às Forças de Segurança durante o ano de 2009*, Direcção Geral da Administração Interna, disponível em [http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/RelatorioVD2009\\_v13\\_Abril\\_2010\\_vf\(1\).pdf](http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/RelatorioVD2009_v13_Abril_2010_vf(1).pdf) (acedido a 15 de Outubro de 2010)

*Relatório Anual de Segurança Interna 2009* (RASI) disponível em [http://www.mai.gov.pt/data/documentos/Relatorios%20Seguranca%20Interna/RASI%2009%20-%20PCM%2025MAR.%20\(Versao%20defintiva\).pdf](http://www.mai.gov.pt/data/documentos/Relatorios%20Seguranca%20Interna/RASI%2009%20-%20PCM%2025MAR.%20(Versao%20defintiva).pdf) (acedido a 15 de Outubro de 2010)

## **SÍTIOS DA INTERNET VISITADOS**

[www.apav.pt](http://www.apav.pt) (consultado entre Outubro e Dezembro de 2010)

[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) (consultado entre Outubro e Dezembro de 2010)

[www.cig.gov.pt](http://www.cig.gov.pt) (consultado entre Outubro e Janeiro de 2010)

[www.dgai.mai.gov.pt](http://www.dgai.mai.gov.pt) (consultado entre Outubro e Dezembro de 2010)

[www.homeoffice.gov.uk](http://www.homeoffice.gov.uk) (consultado em Outubro de 2010)

[www.psp.pt](http://www.psp.pt) (consultado em Outubro de 2010)

[www.popcenter.org](http://www.popcenter.org) (consultado em Outubro de 2010)

[www.observatorioviolencia.org](http://www.observatorioviolencia.org) (consultado em Março de 2011)

[www.umarfeminismos.org](http://www.umarfeminismos.org) (consultado em Março de 2011)

[www.sapolice.sa.gov.au](http://www.sapolice.sa.gov.au) (consultado em Outubro de 2010)



# ANEXOS



## **ANEXO 1 – GUIÃO DE ENTREVISTA A ELEMENTOS POLICIAIS GRADUADOS DE SERVIÇO/EQUIPAS DE PROXIMIDADE E APOIO À VÍTIMA, QUE EXERCEM FUNÇÕES NA 2.ª E 6.ª ESQUADRA DA 1.ª DIVISÃO DO COMETLIS DA PSP.**

N.º da Entrevista: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Hora: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_; Função actual: \_\_\_\_; Tempo de serviço na PSP \_\_\_\_; Posto \_\_\_\_.

### Experiência profissional

1. Pode descrever-nos quais as funções que já exerceu depois de entrar na polícia?
2. Na generalidade, que tipo de funções desempenha um graduado de serviço/elemento das Epav's?

### Percepção da dimensão criminal

3. Dos crimes em geral, para si quais são os crimes mais registados pelas Forças de Segurança?
4. E dentro dos crimes cometidos contra as pessoas. Quais julga que são os crimes mais registados?
5. Face à sua visão pessoal quais são os principais crimes em que a PSP mais intervém? Porquê?
6. Considera que a prevenção do crime de violência doméstica deve ser uma das prioridades da PSP? Porquê?

### Retrato da actuação policial durante a denúncia

7. Quando se depara com situações de violência doméstica quais as principais preocupações que tem? E dificuldades que sente?
8. Sobre as inúmeras situações que já lhe passaram pelas mãos, é habitual deparar-se constantemente com casos em que uma vítima de violência doméstica já tem mais do que uma queixa por agressões sobre a mesma pessoa (ex.: marido)?





9. Quando uma vítima se desloca até à esquadra para apresentar denúncia dizendo que há dois dias atrás foi agredida a soco e a pontapé pelo seu marido e demonstra marcas evidentes dessa agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?
10. Após duas semanas da 1.<sup>a</sup> agressão quando a mesma vítima se desloca pela segunda vez à esquadra para apresentar denúncia de que há dois dias atrás foi novamente agredida a soco e a pontapé, pela mesma pessoa (ex.: marido) e demonstra marcas evidentes dessa agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?
11. Após um mês, quando a mesma vítima se desloca à esquadra pela terceira vez a queixar-se que há dois dias atrás foi novamente agredida a soco e a pontapé pela mesma pessoa (ex.: marido) e demonstra marcas evidentes da agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?
12. Então como é que se consegue prevenir que uma nova agressão venha a acontecer numa próxima semana, duas semanas, ou no próximo mês?

#### Avaliação do risco

13. Costuma fazer a avaliação do risco a vítimas de violência doméstica? Porquê?
14. Durante o recebimento da denúncia, como avalia se a vítima corre perigo de vir a ser novamente agredida?
15. Face a essa avaliação, quando verifica a existência que existe um perigo eminente da vítima vir a ser agredida como procede?
16. Em que situações considera que a vítima não corre risco de vir a ser novamente agredida?
17. O que pensa sobre a necessidade e a eficácia da avaliação do risco, na prevenção de uma segunda agressão?

#### Retrato da actuação policial pós-vitimação

18. Daquilo que conhece qual é o papel desempenhado pelas Epav's em relação ao crime de violência doméstica?



19. As EPAV's são informadas das medidas de coação aplicadas aos agressores?
20. Chega-vos informação do risco que a vítima corre, por parte do tribunal, da 7.ª EIC, associações como a APAV, ou outro qualquer meio?
21. Que tipo de intervenção/protecção policial é feita junto de uma vítima de violência doméstica enquanto decorre o processo judicial?
22. Que tipo de intervenção policial é feita junto do agressor enquanto decorrem as várias fases do processo?
23. Considera as EPAV's uma “mais-valia” para o combate ao crime de violência doméstica?
24. Na sua opinião, considera que medidas como a retirada da vítima da residência, encaminhamento da vítima e o acompanhamento dado à vítima durante o desenrolar do processo, conseguem evitar que o agressor a agrida novamente? Porquê?

#### Opinião sobre as medidas de coação urgentes aplicadas pelo tribunal

25. Dos casos de violência doméstica que já testemunhou, de que forma ou com que tipos de objectos é que as vítimas são agredidas?
26. Tem a noção de que tipos de medidas de coação urgentes são aplicadas maioritariamente relativamente ao agressor?
27. Na sua opinião considera que uma advertência feita pelo tribunal como “ Não adquirir, não usar ou entregar, de forma imediata, armas ou outros utensílios ou outros objectos” (art.º 31.º n.º 1 al. a) da Lei 112/2009), consegue evitar que o agressor volte a agredir novamente a vítima? Porquê?
28. E relativamente às medidas como “Não permanecer na residência onde o crime tenha sido cometido ou onde habite a vítima” (art.º 31.º n.º 1 al. c) da Lei 112/2009). Considera-a capaz de prevenir que o agressor volte a agredir novamente a vítima? Porquê?
29. E relativamente à advertência feita pelo tribunal de que “ Não pode contactar com a vítima, com determinadas pessoas ou frequentar certos lugares ou meios” (art.º 31.º n.º 1 al. d) da Lei 112/2009)? Porquê?

#### Considerações finais



30. Tem a percepção de quais são os principais períodos de risco para ocorrer uma nova agressão?
31. Na sua perspectiva que medidas de actuação policiais poderiam ser adoptadas para impedir que o agressor volta-se a atacar?
32. Na sua opinião porque é que acha que a vítima, depois de ter denunciado os casos às autoridades policiais/judiciais, é agredida mais uma, duas ou três vezes?
33. Comente a seguinte afirmação:

“Nos dias seguintes à agressão, um acompanhamento/supervisão policial junto do agressor, no sentido de lhe estabilizar e consciencializar do seu comportamento, contribuía pelo menos no curto prazo, para diminuir o risco de uma nova agressão.”

Quer fazer algum outro comentário que ainda não tenha feito?



## **ANEXO 2 – GUIÃO DE ENTREVISTA A ELEMENTOS POLICIAIS QUE EXERCEM FUNÇÕES NA 7.ª EIC DO COMETLIS DA PSP.**

N.º da Entrevista: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Hora: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_; Função actual: \_\_\_\_; Tempo de serviço na PSP \_\_\_\_; Posto: \_\_\_\_.

### Experiência profissional

1. Pode descrever-nos quais as funções que já exerceu depois de entrar na polícia?
2. Na generalidade, que tipo de funções desempenha?

### Percepção da dimensão criminal

3. Dos crimes em geral, para si quais são os crimes mais registados pelas Forças de Segurança?
4. E dentro dos crimes cometidos contra as pessoas. Quais julga que são os crimes mais registados?
5. Face à sua visão pessoal quais são os principais crimes em que a PSP mais intervém? Porquê?
6. Considera que a prevenção do crime de violência doméstica deve ser uma das prioridades da PSP? Porquê?

### Retrato da actuação policial durante a denúncia

7. Quando se depara com situações de violência doméstica quais as principais preocupações que tem? E dificuldades que sente?
8. Sobre as inúmeras situações que já lhe passaram pelas mãos, é habitual deparar-se constantemente com casos em que uma vítima de violência doméstica já tem mais do que uma queixa por agressões sobre a mesma pessoa (ex.: marido)?
9. Quando lhe chega um Auto de Denúncia/Notícia, dizendo que a vítima há dois dias atrás foi agredida a soco e a pontapé pelo seu marido referindo que demonstra marcas



evidentes dessa agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

10. Após duas semanas da 1.<sup>a</sup> agressão, quando lhe chega um Auto de Denuncia/Noticia, de que a vítima há dois dias atrás foi novamente agredida a soco e a pontapé, pela mesma pessoa (ex.: marido) referindo que demonstra marcas evidentes dessa agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?
11. Após um mês, quando lhe chega novamente um Auto de Denuncia/Noticia pela terceira vez de que a vítima há dois dias atrás foi novamente agredida a soco e a pontapé pela mesma pessoa (ex.: marido) referindo que demonstra marcas evidentes da agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?
12. Então, como é que se consegue prevenir que uma nova agressão venha a acontecer numa próxima semana, duas semanas, ou no próximo mês?

#### Avaliação do risco

13. Costuma fazer a avaliação do risco a vítimas de violência doméstica? Porquê?
14. Durante o recebimento da denúncia, como avalia se a vítima corre perigo de vir a ser novamente agredida?
15. Face a essa avaliação, quando verifica a existência que existe um perigo eminente da vítima vir a ser agredida como procede?
16. Em que situações considera que a vítima não corre risco de vir a ser novamente agredida?
17. O que pensa sobre a necessidade e a eficácia da avaliação do risco, na prevenção de uma segunda agressão?

#### Retrato da actuação policial pós-vitimação

18. Daquilo que conhece, qual é o papel desempenhado pelas EPAV's em relação ao crime de violência doméstica?
19. As EPAV's são informadas das medidas de coacção aplicadas aos agressores ou da avaliação do risco feita por vocês?



20. Chega-vos informação do risco que a vítima corre, por parte do tribunal, Associações como a APAV, ou outro qualquer meio?
21. Que tipo de intervenção/protecção policial é feita junto de uma vítima de violência doméstica, enquanto decorre o processo judicial?
22. Que tipo de intervenção policial é feita junto do agressor, enquanto decorrem as várias fases do processo?
23. Considera as EPAV's uma "mais-valia" para o combate ao crime de violência doméstica?
24. Na sua opinião, considera que medidas como a retirada da vítima da residência, encaminhamento da vítima e o acompanhamento dado à vítima durante o desenrolar do processo, conseguem evitar que o agressor a agrida novamente? Porquê?

Opinião sobre as medidas de coação urgentes aplicadas pelo tribunal

25. Dos casos de violência doméstica que já testemunhou, de que forma ou com que tipos de objectos é que as vítimas são agredidas?
26. Tem a noção de que tipos de medidas de coação urgentes são aplicadas maioritariamente relativamente ao agressor?
27. Na sua opinião considera que uma advertência feita pelo tribunal como " Não adquirir, não usar ou entregar, de forma imediata, armas ou outros utensílios ou outros objectos" (art.º 31.º n.º 1 al. a) da Lei 112/2009), consegue evitar que o agressor volte a agredir novamente a vítima? Porquê?
28. E relativamente às medidas como "Não permanecer na residência onde o crime tenha sido cometido ou onde habite a vítima" (art.º 31.º n.º 1 al. c) da Lei 112/2009). Considera-a capaz de prevenir que o agressor volte a agredir novamente a vítima? Porquê?
29. E relativamente à advertência feita pelo tribunal de que " Não pode contactar com a vítima, com determinadas pessoas ou frequentar certos lugares ou meios" (art.º 31.º n.º 1 al. d) da Lei 112/2009)? Porquê?



### Considerações Finais

30. Tem a percepção de quais são os principais períodos de risco para ocorrer uma nova agressão?
31. Na sua perspectiva que medidas de actuação policiais poderiam ser adoptadas para impedir que o agressor volta-se a atacar?
32. Na sua opinião porque é que acha que a vítima, depois de ter denunciado o caso às autoridades policiais/judiciais, é agredida mais uma, duas ou três vezes?
33. Comente a seguinte afirmação:

“Nos dias seguintes à agressão, um acompanhamento/supervisão policial junto do agressor, no sentido de lhe estabilizar e consciencializar do seu comportamento, contribuía pelo menos no curto prazo, para diminuir o risco de uma nova agressão.”
34. Quer fazer algum outro comentário que ainda não tenha feito?



## ANEXO 3 – ENTREVISTA 1

Data: 11 de Fevereiro de 2011

Hora: 15h 15m

Idade: 52 anos

Função actual: Graduado de Serviço

Tempo de serviço na PSP: 26 anos

Posto: Agente Principal

### Experiência profissional

1. Pode descrever-nos quais as funções que já exerceu depois de entrar na polícia?

*Eu ingressei na PSP em 1985. Apresentei-me na esquadra do Bairro Alto em Julho, onde fiz a reciclagem durante um mês. Pedi a transferência para a 2ª esquadra onde me encontro até ao momento. Exerci funções de patrulheiro até 1988/9, fiz um ano no carro patrulha, fui convidado a exercer as funções de graduado de serviço na esquadra em finais de 1989, e desempenho essa função desde essa data. Apenas tive um interregno durante um ano onde fiz um serviço de notificações.*

2. Na generalidade, que tipo de funções desempenha um graduado de serviço?

*A vida de uma esquadra passa obrigatoriamente pela função do graduado de serviço. Desde gerir os escassos recursos humanos que são disponibilizados, distribuímos os meios pelas áreas mais críticas da esquadra até ao atendimento ao cidadão, elaboração de expediente, das denúncias, auxiliar os colegas que vêm com serviço de rua na elaboração do expediente. Acresce também todo o serviço burocrático interno da esquadra.*

### Percepção da dimensão criminal

3. Dos crimes em geral, para si quais são os crimes mais registados pelas Forças de Segurança?

*Na 2ª esquadra os crimes mais registados são os crimes simples, furto simples. Na 6ª esquadra há um maior número de queixas de violência doméstica, que penso ser devido à localização geográfica da esquadra da Mouraria e da 2ª esquadra que são mais residenciais.*

4. E dentro dos crimes cometidos contra as pessoas. Quais julga que são os crimes mais registados?

*São as agressões.*





5. Face à sua visão pessoal quais são os principais crimes em que a PSP mais intervém? E porquê?

*A PSP procura mais intervir, ou deveria procurar mais intervir nos crimes de violência doméstica porque é um tipo de crime em que apesar de haver uma maior abertura por parte das pessoas para o denunciar, ainda há muitas pessoas que são passíveis desses crimes e não o denunciam por variados factores: por vergonha, por temerem perder a vida social que possuem, ou por estarem dependentes economicamente do agressor. No entanto há comparativamente ao passado mais pessoas a denunciar este tipo de crime.*

6. Considera que a prevenção do crime de violência doméstica deve ser uma das prioridades da PSP? Porquê?

*Foi respondida na questão n.º 5 pelo que avançamos para a questão seguinte.*

#### Retrato da actuação policial durante a denúncia

7. Quando se depara com situações de violência doméstica quais as principais preocupações que tem? E dificuldades que sente?

*No caso da violência doméstica ser efectuada em casa, o carro patrulha desloca-se à residência e trás a situação para a esquadra. A situação é resolvida na esquadra. A prioridade é retirar a vítima da alçada do agressor. Na esquadra é feito o respectivo expediente. É questionado à vítima se tem familiares ou pessoas de confiança que a possam acolher. Caso não possua, entra-se em contacto com as linhas de emergência 144.*

*Relativamente às dificuldades que a PSP sente para gerir este tipo de crime, é a impotência que a PSP sente na maior parte das vezes porque nunca há o flagrante delito, nunca se apanha o agressor a agredir a vítima em flagrante para que o mesmo pudesse ser detido. Caso isto acontecesse poderia começar logo nessa fase a resolver-se o problema. Assim como não há o flagrante delito, o agressor fica na sua casa, a PSP retira a vítima e tentamos dar acolhimento à vítima. No meu entender, a vítima é vítima 2 vezes, é vítima do agressor e é vítima do sistema porque devia ser criada legislação em que embora a pessoa não fosse apanhada em flagrante delito a agredir a vítima, essa legislação deveria dar algum poder à PSP para que, por exemplo, mediante a simples denúncia da vítima o indivíduo fosse detido e presente a tribunal, tal como acontece noutro tipo de crimes.*



8. Sobre as inúmeras situações que já lhe passaram pelas mãos, é habitual deparar-se constantemente com casos em que uma vítima de violência doméstica já tem mais do que uma queixa por agressões sobre a mesma pessoa (ex.: marido)?

*Sim várias vezes. Existem imensos processos com aditamentos. O agressor continua a agredir a vítima mesmo após a denúncia da agressão por parte da mesma. Considero que o sistema ou é muito moroso, ou então é impotente para resolver este problema. Considero que este crime é de extrema gravidade e não pode ser gerido como um crime de um simples furto ou mesmo como um crime semi-público, como por exemplo uma pessoa que deu por bofetada a outra, em que passam vários meses para a pessoa ser notificada a primeira vez para ir ser ouvida em sede de inquérito e para fazer as mesmas declarações que fez aqui na esquadra. Nos crimes de violência doméstica se calhar pode passar menos tempo mas penso que as pessoas esperam demasiado tempo pelas notificações para o primeiro auto de declarações.*

Essas agressões que constata são seguidas?

*Tenho alguns casos em que durante os primeiros 4/5 meses após a primeira denúncia, aconteceram agressões 3/4 vezes. Penso que estas agressões demonstram que o sistema está a falhar e que deviam ser tomadas certas medidas como por exemplo o agressor sair da residência, ou haver um acompanhamento maior junto do agressor. Tentar saber quais são as causas que levam a que o agressor agrida a vítima, por exemplo problemas alcoólicos ou problemas de droga, e tentar falar com o agressor, acompanhar o agressor, convencendo-o a tratar-se caso o agressor aceite. No caso destas dependências, o agressor acaba também por ser uma vítima. Havendo um acompanhamento simultaneamente na vítima e no agressor penso que ajudava a diminuir o problema.*

9. Quando uma vítima se desloca até à esquadra para apresentar denúncia dizendo que há dois dias atrás foi agredida a soco e a pontapé pelo seu marido e demonstra marcas evidentes dessa agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

*Os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima são fazer o respectivo auto de denúncia. A vítima é notificada para se deslocar ao instituto de medicina legal para ser submetida ao exame médico-legal, é lhe perguntado se quer continuar ou abandonar a residência e consoante a sua resposta a PSP tenta dar os passos seguintes. A partir deste ponto, o processo sai da esfera da esquadra. Existe uma secção própria para a investigação dos crimes de violência doméstica chamada DIC que é a 7ª esquadra de investigação criminal, que gere depois todo o processo.*



*Os procedimentos policiais adoptados em relação ao agressor, quando a vítima se desloca à esquadra, por norma eu opto por enviar o carro patrulha à residência para verificar se o agressor se encontra lá para tentar falar com ele para ficarmos com uma ideia de qual é o estado de espírito dele naquele momento, ou seja se ele está sob o efeito de alguma substância e se é violento. Identifica-se o indivíduo, e deixa-se o indivíduo em casa.*

10. Após duas semanas da 1.<sup>a</sup> agressão, quando a mesma vítima se desloca pela segunda vez à esquadra para apresentar denúncia de que há dois dias atrás foi novamente agredida a soco e a pontapé, pela mesma pessoa (ex.: marido) e demonstra marcas evidentes dessa agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

*Se o processo for recente, ou seja inferior a 6 meses, faz-se um aditamento em que se acrescenta tudo o que aconteceu a partir do primeiro processo e dos seguintes. Se a vítima apresentar marcas de violência física volta-se a notificar a vítima para ir ao Instituto de Medicina Legal, para ser novamente submetida a exame médico. E dá-se seguimento ao processo, deixando de estar na alçada da esquadra. Se a agressão for passado uns 6/7 meses optamos por fazer uma nova denúncia. Fazendo menção às denúncias anteriores. Em relação ao agressor uma vez que já está identificado, não se faz mais nada.*

11. Após um mês, quando a mesma vítima se desloca à esquadra pela terceira vez a queixar-se que há dois dias atrás foi novamente agredida a soco e a pontapé pela mesma pessoa (ex.: marido) e demonstra marcas evidentes da agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

*É a mesma resposta.*

12. Então como é que se consegue prevenir que uma nova agressão venha a acontecer numa próxima semana, duas semanas, ou no próximo mês?

*É difícil. Se existisse um acompanhamento maior ao agressor no sentido de se saber qual o seu problema, se é problema de álcool, droga, ou outro e tentar encaminha-lo para ver se este se quer tratar provavelmente era capaz de evitar uma nova agressão.*

*Penso que o sistema está direccionado só para a vítima e está a esquecer-se do agressor.*

*Quando a vítima vem à esquadra apresentar denúncia, porque é que não detém o indivíduo?*



*Por norma o carro patrulha desloca-se à residência, e apesar da vítima demonstrar cabalmente que acabou de ser agredida não podemos deter o agressor porque não existe o flagrante delito. Não temos poder para fazer a detenção. No entanto, o agressor na maior parte das vezes, mantém-se calmo perante a presença da polícia. Parece que não se passou nada. Presumivelmente a presença policial poderá intimidá-lo. Como ele se encontra calmo acaba por não ser conduzido à esquadra. Penso que ele deveria ser sempre conduzido à esquadra mais que não seja para sofrer alguma pressão da nossa parte, para tentarmos dialogar com o agressor e saber os motivos da agressão. Não consigo compreender como, após chegar ao local da ocorrência e me deparar com a vítima toda ensanguentada e ferida, eu não posso deter o indivíduo mediante a apresentação da queixa da vítima e apresentar o indivíduo a tribunal para que ele seja responsabilizado de imediato pelo sistema judicial pelo acto que cometeu.*

*Mas a lei não permite a detenção fora de flagrante delito?*

*A lei permite a detenção fora de flagrante delito mas em casos mais extremos, ou seja, nos casos em que o indivíduo se mostra violento mesmo na presença da polícia e dê indícios de que vai voltar a agredir a pessoa assim que os agentes deixem o local. Se o indivíduo se mantiver calmo a polícia pouco pode fazer a não ser identificá-lo e deixá-lo na sua residência.*

### Avaliação do risco

#### 13. Costuma fazer a avaliação do risco a vítimas de violência doméstica? Porquê?

*Nem sempre é feita. Só nos casos mais graves em que esse crime resulte na detenção do indivíduo, forçosamente terei que fazer a avaliação do risco. Esta avaliação é feita para justificar a intervenção da PSP para retirar o agressor da residência e para fazer a detenção.*

*Como é feita a avaliação do risco?*

*A avaliação do risco é feita mediante a situação, se o indivíduo está muito agressivo demonstra que facilmente pode ferir a vítima.*

*Mas quando a vítima vem à esquadra como é feita a avaliação do risco?*

*Essa avaliação do risco é feita por outra entidade que não eu.*

#### 14. Durante o recebimento da denúncia, como avalia se a vítima corre perigo de vir a ser novamente agredida?

*Não consigo avaliar porque não tenho contacto pessoal com o agressor para o tentar avaliar. Na denúncia apenas é ouvida uma versão.*

*Não menosprezando os crimes de violência doméstica, podem existir situações em que a suposta vítima pode não ser vítima de violência doméstica na realidade.*



15. Face a essa avaliação, quando verifica a existência que existe um perigo eminente da vítima vir a ser agredida como procede?

*Tento que a vítima saia de casa, que a linha de emergência social lhe arranje um local seguro para ela ficar até aparecer uma solução mais adequada. Pelo menos nesse dia ou nessa noite, damos seguimento à vítima para que ela fique segura. Depois serão outras instituições que pegam no processo e lhe dão seguimento.*

16. Em que situações considera que a vítima não corre risco de vir a ser novamente agredida?

*Acho que não é possível. Enquanto a vítima viver debaixo do mesmo tecto que o agressor está sempre sujeita a ser agredida.*

*A partir do momento em que a vítima sai de casa e é separada do agressor, também não consigo perceber se existe esse risco ou não. A partir do momento em que a vítima sai da esquadra perde-se o Norte da vítima e do agressor. Perco completamente o contacto com a vítima. Inclusivamente o local para onde a vítima é encaminhada pela linha 144 é secreto.*

*Por volta de 1991 eu ia aos escritórios da APAV, deixava as notificações, e no dia a seguir ia lá buscá-las assinadas, não tendo nenhum contacto com as vítimas.*

17. O que pensa sobre a necessidade e a eficácia da avaliação do risco, na prevenção de uma segunda agressão?

*A avaliação de risco na esquadra devia ser feita somente na presença da vítima e do agressor. Só assim é possível ficar mais ou menos com uma percepção da situação com que nos deparamos. Se só ouvirmos a vítima a avaliação do risco vale muito pouco.*

#### Retrato da actuação policial pós-vitimização

18. Daquilo que conhece, qual é o papel desempenhado pelas EPAV's em relação ao crime de violência doméstica?

*Tenho conhecimento que as EPAV's por norma apoiam as vítimas de violência doméstica. Se a vítima se encontrar ainda na sua residência, elas deslocam-se lá para falar com a vítima e saber o ponto de situação para posteriormente fazerem os seus relatórios. No entanto eu julgo que neste momento tanto as EPAV's como as PIPP's não estão a desempenhar a função para que foram criados, na medida em que eles são desviados para muitos outros serviços e funções que não o serviço de EPAV e PIPP. Houve também uma quebra bastante grande no número de*



*elementos destes serviços. Aqui sentimos essa redução, eram 10/12 elementos e agora são uns 6/7. A falta de efectivos a que se aproveitem esses elementos para fazerem outros serviços que não o serviço de apoio à violência doméstica para o qual tinham sido destinados.*

19. As EPAV's são informadas das medidas de coação aplicadas aos agressores?

*Desconheço, porque como as EPAV's e as PIPP's têm uma chefia própria têm uma esfera/circuito próprio na qual nós não pertencemos.*

20. Chega-vos informação do risco que a vítima corre, por parte do tribunal, da 7ª EIC, associações como a APAV, ou outro qualquer meio?

*Não.*

21. Que tipo de intervenção/protecção policial é feita junto de uma vítima de violência doméstica, enquanto decorre o processo judicial?

*Sobre essa matéria tenho poucos conhecimentos. Na esquadra apenas damos início ao processo, levantamos o auto e a partir daí perdemos o rasto. O processo passa para outras entidades. Não fazemos nenhuma protecção policial à vítima durante o processo judicial.*

*Nem pelas EPAV's?*

*Como as EPAV's têm uma chefia própria e muitas vezes não transparecem cá para fora as instruções que recebem lá dentro, eu acabo por não ter conhecimento se eles fazem acompanhamento ou não.*

22. Que tipo de intervenção policial é feita junto do agressor, enquanto decorrem as várias fases do processo?

*Não tenho conhecimento que seja feito algum acompanhamento.*

23. Considera as EPAV's uma "mais-valia" para o combate ao crime de violência doméstica?

*Se as EPAV's funcionassem na prática para o que foram criadas o papel no início, acredito que funcionariam, mas na prática acho que não funcionam.*

24. Na sua opinião, considera que medidas como a retirada da vítima da residência, encaminhamento da vítima e o acompanhamento dado à vítima durante o desenrolar do processo, conseguem evitar que o agressor a agrida novamente? Porquê?



*Não. Porque primeiro ainda falando da vítima aquando a apresentação da queixa uma coisa que não se compreende é como é que uma vítima de violência doméstica é retirada do seu ambiente familiar, da sua casa, onde foi vítima e acaba por ser vítima novamente, e o agressor fica lá. Isso é uma coisa que não se consegue compreender. Se quem prevarica é que está correcto, como parece que é este o caso, ele é que fica com a casa e a vítima que foi vítima tem que sair de casa para evitar que seja novamente agredida. Em segundo lugar, se o agressor mantiver a ideia de continuar com as agressões se nada for feito perante agressor ele irá continuar com as agressões.*

Opinião sobre as medidas de coação urgentes aplicadas pelo tribunal

25. Dos casos de violência doméstica que já testemunhou, de que forma ou com que tipos de objectos é que as vítimas são agredidas?

*Normalmente são físicas, murros e pontapés.*

26. Tem a noção de que tipos de medidas de coação urgentes são aplicadas maioritariamente relativamente ao agressor?

*Na área da 6ª esquadra, tive conhecimento de um ofício que veio para cá que era uma medida de coação que consistia na proibição de aproximação do agressor à residência. Foi a única medida de coação que tive conhecimento.*

27. Na sua opinião considera que uma advertência feita pelo tribunal como “ Não adquirir, não usar ou entregar, de forma imediata, armas ou outros utensílios ou outros objectos” (art.º 31.º n.º 1 al. a) da Lei 112/2009), consegue evitar que o agressor volte a agredir novamente a vítima? Porquê?

*Não. Se não houver um acompanhamento ao agressor, de forma a averiguar o que é que se passa com ele e tentar recuperá-lo, acho que nada pode evitar.*

28. E relativamente às medidas como “Não permanecer na residência onde o crime tenha sido cometido ou onde habite a vítima” (art.º 31.º n.º 1 al. c) da Lei 112/2009). Considera-a capaz de prevenir que o agressor volte a agredir novamente a vítima? Porquê?

*Não. Tenho o exemplo de um caso em concreto em que um indivíduo recebeu como medida de coação a proibição de aproximação à residência e no entanto o indivíduo foi identificado 2 ou 3 vezes, e o tribunal foi informado pela polícia, que ele estava à porta da residência e portanto não se conseguia evitar. A agressão*





*não se consumou apenas porque a vítima não saiu de casa, porque se a vítima tivesse saído de casa teria sido agredida.*

29. E relativamente à advertência feita pelo tribunal de que “ Não pode contactar com a vítima, com determinadas pessoas ou frequentar certos lugares ou meios” (art.º 31.º n.º 1 al. d) da Lei 112/2009)? Porquê?

*Isso é a mesma coisa.*

### Considerações finais

30. Tem a percepção de quais são os principais períodos de risco para ocorrer uma nova agressão?

*As segundas agressões, acontecem sempre logo a seguir a um término de uma relação seja de namoro ou casamento.*

31. Na sua perspectiva que medidas de actuação policiais poderiam ser adoptadas para impedir que o agressor volta-se a atacar?

*Conforme está a situação actual não está a funcionar. O agressor continua à vontade. Deverá haver um acompanhamento do agressor quer das forças policiais, quer de outras instituições privadas que tenham formação para essa função.*

32. Na sua opinião porque é que acha que a vítima, depois de ter denunciado os casos às autoridades policiais/judiciais, é agredida, mais uma, duas ou três vezes?

*O agressor julga-se o dono da vítima. A vítima ao não fazer o que ele quer o agressor repreende-a com a agressão. Só através da detenção ou do tratamento do agressor poderá ser reduzido o risco.*

33. Comente a seguinte afirmação:

*“Nos dias seguintes à agressão, um acompanhamento/supervisão policial junto do agressor, no sentido de lhe estabilizar e consciencializar do seu comportamento, contribuí pelo menos no curto prazo, diminuir o risco de uma nova agressão.”*

*Sim. Porque o agressor é uma parte esquecida. Eu considero que o agressor é um doente que sente falta de qualquer coisa, de apoio, sente-se discriminado e muitas vezes agarra-se ao álcool, ao à droga para tentar esquecer algo.*





*Se o agressor tiver um acompanhamento por parte das entidades competentes que são as instituições de apoio ou policia, provavelmente ele poderia ser recuperado evitando uma nova agressão.*

34. Quer fazer algum outro comentário que ainda não tenha feito?

*Para prevenir o crime de violência doméstica deveria haver uma maior incidência e acompanhamento na parte agressora.*

*Gostaria de falar relativamente ao atendimento da vítima de violência doméstica. Foram criadas salas nalgumas esquadras de apoio à vítima para o atendimento personalizado à vítima. Para haver um certo cuidado no tratamento da vítima, para que a vítima não se sinta intimidada na divulgação dos pormenores do crime (para não haver interferências de ninguém. O problema é que essas salas continuam sem funcionar. Já foram criadas a algum tempo mas continuam sem funcionar. Falta o essencial que é um computador para poder receber a denúncia isolada com a vítima.*

*Na 2ª esquadra temos uma sala com 2 sofás e uma secretária, mas se eu quiser estar a questionar a vítima tenho que sair da sala para ir fazer o auto no computador do graduado de serviço, o que no meu entender não tem cabimento nenhum.*



## ANEXO 4 – ENTREVISTA 2

Data: 11 de Fevereiro de 2011

Hora: 17h 00m

Idade: 42 anos

Função actual: Graduado de Serviço

Tempo de serviço na PSP: 19 anos

Posto: Agente Principal

### Experiência profissional

1. Pode descrever-nos quais as funções que já exerceu depois de entrar na polícia?

*As minhas funções desde que entrei na polícia foram sempre funções de agente de patrulha na esquadra, dentro dessas funções desempenhei patrulha apeada, chefe de tripulação de carro patrulha e actualmente desempenho as funções de graduado de serviço.*

2. Na generalidade, que tipo de funções desempenha um graduado de serviço?

*O graduado de serviço é essencialmente quem dirige a esquadra na ausência do Sr. comandante da esquadra, tem que dar as determinações que lhe são transmitidas pelo seu superior hierárquico aos elementos que andam na rua, tanto na patrulha apeada como na patrulha auto, atende o telefone e encaminha para a central rádio para gerir os meios da melhor forma para irem ao local e tomarem conta das ocorrências. O graduado de serviço faz também o atendimento ao público onde trata das mais variadas denúncias, furto, roubo, burla, extravio.*

### Percepção da dimensão criminal

3. Dos crimes em geral, para si quais são os crimes mais registados pelas Forças de Segurança?

*Baseando-me na área da minha esquadra são essencialmente os furtos.*

4. E dentro dos crimes cometidos contra as pessoas. Quais julga que são os crimes mais registados?

*Os crimes de violência doméstica têm vindo a sofrer um aumento nos últimos anos. Não digo que o crime tenha aumentado. Simplesmente penso que as pessoas estão mais sensibilizadas e tenham perdido a vergonha, o tabu e denunciem mais os crimes.*



5. Face à sua visão pessoal quais são os principais crimes em que a PSP mais intervém? Porquê?

*Eu penso que a PSP tem a função de prevenção e dissuasão de todos os crimes. Penso que os elementos da esquadra no exercício das suas funções procuram dar segurança na sua área de patrulhamento não só às pessoas como aos edifícios.*

6. Considera que a prevenção do crime de violência doméstica deve ser uma das prioridades da PSP? Porquê?

*Sim sem dúvida alguma. É um crime muito antigo. Normalmente é a figura feminina quem sofre mais com este tipo de crime que é efectuado por parte do cônjuge ou companheiro. No entanto temos casos em que a violência doméstica é efectuada ainda na fase do namoro.*

#### Retrato da actuação policial durante a denúncia

7. Quando se depara com situações de violência doméstica quais as principais preocupações que tem? E dificuldades que sente?

*A preocupação que tenho é que a vítima continue a ser agredida. A dificuldade que tenho é de que gostaria de encontrar uma solução para por um ponto final à situação e por vezes não consigo pelas mais diversas razões. Por exemplo a vítima pode não querer sair e abandonar a casa e continuar a viver no mesmo tecto que o agressor. Mesmo podendo encaminhá-la para uma instituição que a apoie, a vítima não se sente segura a 100% porque o agressor pode saber onde é que ela trabalha ou para onde é que ela foi alojada. Pode ir ter com ela, persegui-la, ameaça-la e agredi-la novamente. Portanto penso que falta uma segurança máxima para as vítimas de violência doméstica.*

8. Sobre as inúmeras situações que já lhe passaram pelas mãos, é habitual deparar-se constantemente com casos em que uma vítima de violência doméstica já tem mais do que uma queixa por agressões sobre a mesma pessoa (ex. marido)?

*Sim. Já recebi queixas de violência doméstica de vítimas que já tinham apresentado queixa anteriormente. Há também uma outra situação em que a vítima apresenta queixa pela primeira vez mas reporta um historial de agressões de meses ou anos anteriores.*

9. Quando uma vítima se desloca até à esquadra para apresentar denúncia dizendo que há dois dias atrás foi agredida a soco e a pontapé pelo seu marido e demonstra marcas



evidentes dessa agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

*Os procedimentos policiais adoptados são tentar salvaguardar a integridade física da vítima tentando-lhe mostrar que não deve continuar a viver com o agressor, que corre risco de vida e se possível encaminhá-la para uma instituição que a acolha. Em relação ao agressor, fora do flagrante delito, o único procedimento adoptado é a identificação do mesmo.*

É feito o contacto com alguma instituição?

*Sim. Normalmente socorremo-nos no número de emergência 144, não só no caso da vítima de violência doméstica como também no caso para vítimas de outras situações mas só se a vítima assim o desejar. Se a vítima não pretende apoio não vamos contactar nenhuma instituição.*

As instituições funcionam a qualquer hora do dia?

*A linha de emergência 144 funciona durante todo o dia. Embora eu não tenha tido muitos exemplos de mulheres que quiseram sair de casa no momento em que vieram apresentar a queixa, já tive pelo menos cinco ou seis situações em que essa foi a sua opção e em algumas dessas situações isso aconteceu durante a noite em que eu liguei para essa linha e eles atenderam. Eles deslocaram-se à esquadra entre duas a quatro horas após o telefonema com uma equipa de emergência social e levaram a vítima proporcionando-lhe um local para ela ficar mesmo que seja a título provisório.*

10. Após duas semanas da 1.<sup>a</sup> agressão, quando a mesma vítima se desloca pela segunda vez à esquadra para apresentar denúncia de que há dois dias atrás foi novamente agredida a soco e a pontapé, pela mesma pessoa (ex.: marido) e demonstra marcas evidentes dessa agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

*Uma vez que a primeira denúncia é recente, apenas se faz um aditamento a essa denúncia.*

11. Após um mês, quando a mesma vítima se desloca à esquadra pela terceira vez a queixar-se que há dois dias atrás foi novamente agredida a soco e a pontapé pela mesma pessoa (ex.: marido) e demonstra marcas evidentes da agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

*Faz-se um novo aditamento. Em termos policiais nada mais pode ser feito. Apenas podemos aconselhar a vítima a separar-se do agressor e a contactar a linha de emergência social 144 que a encaminharia para uma instituição ou para um local onde a vítima se sentisse minimamente segura.*



*Em relação ao agressor após a identificação, infelizmente nada mais é feito.*

12. Então como é que se consegue prevenir que uma nova agressão venha a acontecer numa próxima semana, duas semanas, ou no próximo mês?

*Não sei. A maioria dos agressores perpetua a agressão sob o efeito do álcool ou sob o efeito de estupefacientes. Há também agressores que cometem este tipo de crime porque têm sintomas depressivos. Penso que a PSP deveria fazer um acompanhamento assíduo junto do agressor. Tentar falar com ele para o desmotivar de continuar a praticar a agressão e encaminhá-lo para instituições que o pudessem ajudar a tratar-se. A presença policial é também um factor de dissuasão ao cometimento do crime. Se o agressor se sentisse observado poderia sentir-se desmotivado para voltar a agredir.*

#### Avaliação do risco

13. Costuma fazer a avaliação do risco a vítimas de violência doméstica? Porquê?

*Nem sempre faço a avaliação do risco. Costumo fazer a avaliação do risco apenas quando as vítimas relatam uma situação que é contínua e eu fico com a percepção de que a pessoa corre um risco permanente quase de vida.*

*Quando a vítima vem à esquadra como é feita a avaliação do risco?*

*Essa avaliação do risco é feita no nosso sistema informático, no SEI onde se encontram as perguntas que nós fazemos à vítima, por exemplo se é perseguida constantemente, se é vigiada constantemente, se não tem liberdade de acção, liberdade pessoal.*

14. Durante o recebimento da denúncia, como avalia se a vítima corre perigo de vir a ser novamente agredida?

*Para tentar avaliar se há um perigo permanente de uma nova agressão questiono a vítima para saber se foi a primeira vez que foi agredida ou não e tento fazer uma avaliação do agressor e do seu comportamento através da vítima, tento saber qual o comportamento do agressor se por exemplo toma estupefacientes ou bebidas alcoólicas.*

15. Face a essa avaliação, quando verifica a existência que existe um perigo eminente da vítima vir a ser agredida como procede?



*Faço a avaliação do risco para que esta possa acompanhar o expediente. É informado e aconselhado o estatuto de vítima à pessoa embora fique ao critério desta ter este estatuto ou não.*

*Na prática esta avaliação não tem nenhum efeito prático no agressor, é mais um papel que segue com o expediente.*

16. Em que situações considera que a vítima não corre risco de vir a ser novamente agredida?

*Quando a vítima se desloca à esquadra para apresentar queixa, e quando em conversa com esta é caracterizada a agressão como um caso esporádico, isolado, se o agressor foi p. ex. provocado pela vítima, perdeu as estribeiras e a agrediu, ou seja se não houver um historial de violência, de dependência de álcool ou estupefacientes ou historial de doenças psíquicas por parte do agressor, penso que a vítima não corre o risco de ser novamente agredida. No entanto esta avaliação é feita apenas com base na informação que a vítima dá.*

*Por norma, o carro patrulha não se desloca à residência para avaliar a situação se o crime tiver ocorrido no dia anterior ou dias anteriores. Apenas no caso em que a vítima se desloca à esquadra logo após ter sido agredida, referindo que o seu companheiro estava a destruir bens, é chamado o carro patrulha para acompanhar a vítima a casa e fazerem uma avaliação no terreno se ela corre risco permanente de ficar em casa ou não.*

*Quando era patrulheiro e quando era chamado à residência onde a situação tinha ocorrido, eu confrontava o agressor e tentava desmotivar que ele voltasse a agredir novamente a vítima, alertava-o para o risco que corria pelo crime que cometeu, que a violência doméstica é um crime publico e que o agressor pode ter consequências graves por perpetuar este crime.*

17. O que pensa sobre a necessidade e a eficácia da avaliação do risco, na prevenção de uma segunda agressão?

*A avaliação do risco é mais um documento que acompanha o expediente. Na prática no momento da denúncia pouco efeito tem.*

#### Retrato da actuação policial pós-vitimação

18. Daquilo que conhece, qual é o papel desempenhado pelas EPAV's em relação ao crime de violência doméstica?

*Penso que quando há conhecimento de uma situação de violência doméstica na área de jurisdição das Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima, estas deveriam*



*acompanhar a vítima, deveriam contactar pelo menos nem que fosse telefonicamente a vítima e questioná-la se voltou a ser ameaçada ou agredida, se acha que continua a correr risco de uma nova agressão. No entanto penso que isso não é feito por parte destas equipas. Porque neste momento elas estão a ser canalizadas para outros serviços.*

19. As EPAV's são informadas das medidas de coação aplicadas aos agressores?

*Julgo que não.*

20. Chega-vos informação do risco que a vítima corre, por parte do tribunal, da 7ª EIC, associações como a APAV, ou outro qualquer meio?

*Só muito raramente temos conhecimento através de informação do nosso comandante de esquadra, das medidas de coação aplicadas pelo Ministério Público que consistem p. ex. no individuo estar proibido de residir na mesma habitação que a vítima e de se aproximar desta.*

21. Que tipo de intervenção/protecção policial é feita junto de uma vítima de violência doméstica enquanto decorre o processo judicial?

*Penso que nenhuma.*

*Nem pelas EPAV's?*

*As EPAV's não estão criadas especificamente para o crime de violência doméstica, foram criadas para desempenharem um policiamento de proximidade e abrangem vários crimes.*

22. Que tipo de intervenção policial é feita junto do agressor enquanto decorrem as várias fases do processo?

*Que tenha conhecimento nenhuma.*

23. Considera as EPAV's uma “mais-valia” para o combate ao crime de violência doméstica?

*Penso que ainda não são a resposta adequada a este crime por parte da PSP. Penso que são uma mais-valia no sentido de acompanhar a vítima e fazer com que esta se sinta mais segura, mas efeitos práticos não vejo nenhuns. Penso que não previnem o crime.*



24. Na sua opinião, considera que medidas como a retirada da vítima da residência, encaminhamento da vítima e o acompanhamento dado à vítima durante o desenrolar do processo, conseguem evitar que o agressor a agreda novamente? Porquê?

*Penso que não se consegue dar segurança máxima à vítima. Porque que o agressor ao saber por exemplo onde a vítima trabalha ou onde está a morar, pode ir ter novamente com a vítima e agredi-la novamente não sendo desmotivado no seu comportamento.*

Opinião sobre as medidas de coação urgentes aplicadas pelo tribunal

25. Dos casos de violência doméstica que já testemunhou, de que forma ou com que tipos de objectos é que as vítimas são agredidas?

*As vítimas são agredidas regra geral apenas com a força física, socos e pontapés.*

26. Tem a noção de que tipos de medidas de coação urgentes são aplicadas maioritariamente relativamente ao agressor?

*A medida mais urgente que tenho conhecimento é a determinação do Ministério Público de proibir o agressor de se aproximar da vítima.*

27. Na sua opinião considera que uma advertência feita pelo tribunal como “ Não adquirir, não usar ou entregar, de forma imediata, armas ou outros utensílios ou outros objectos” (art.º 31.º n.º 1 al. a) da Lei 112/2009), consegue evitar que o agressor volte a agredir novamente a vítima? Porquê?

*Não. Porque se ele mantiver a intenção de a agredir fá-lo outra vês.*

28. E relativamente às medidas como “Não permanecer na residência onde o crime tenha sido cometido ou onde habite a vítima” (art.º 31.º n.º 1 al. c) da Lei 112/2009). Considera-a capaz de prevenir que o agressor volte a agredir novamente a vítima? Porquê?

*Não. Como já referi anteriormente, o agressor sabe quais são os passos da vítima, sabe onde ela trabalha, onde mora e pode ir novamente ao seu encontro para a voltar a agredir. Apesar de todas as medidas adoptadas, se o agressor for “teimoso” e não se sentir desmotivado o que acontece na maior parte dos casos, ele vai continuar a agredi-la.*





29. E relativamente à advertência feita pelo tribunal de que “ Não pode contactar com a vítima, com determinadas pessoas ou frequentar certos lugares ou meios” (art.º 31.º n.º 1 al. d) da Lei 112/2009)? Porquê?

*Penso que na maior parte dos casos, o agressor não respeita esta advertência. Já presenciei casos em que o agressor volta a agredir várias vezes a vítima. O agressor ao estar em liberdade sente-se impune, pode sempre que desejar deslocar-se junto da vítima e agredi-la sempre que bem entender.*

*Quando a vítima é agredida permanentemente, e mesmo depois de estar separada do agressor, é perseguida e ameaçada, penso que o Ministério Público deveria ter uma mão mais firme no agressor. Se o agressor for toxicodependente ou alcoólico, deveria obrigá-lo a permanecer numa instituição onde se pudesse tratar. Nos casos em que não padece de nenhum vício mas é um perigo para a sociedade e em particular para a vítima, o Ministério Público deveria decretar-lhe a prisão preventiva.*

*Penso que quando a vítima apresenta sinais de que foi agredida violentamente, ou quando corre o risco de voltar a ser agredida os agentes deveriam ter poder para deter o agressor mesmo fora de flagrante delito.*

#### Considerações finais

30. Tem a percepção de quais são os principais períodos de risco para ocorrer uma nova agressão?

*Quando há separações, ou quando estão envolvidas outras relações amorosas.*

31. Na sua perspectiva que medidas de actuação policiais poderiam ser adoptadas para impedir que o agressor volta-se a atacar?

*Penso que a medida da prisão preventiva era a mais eficaz. Deveria ser também efectuado o acompanhamento do agressor por parte da polícia no sentido de o desmotivar a voltar a agredir a vítima.*

32. Na sua opinião porque é que acha que a vítima, depois de ter denunciado os casos às autoridades policiais/judiciais, é agredida mais uma, duas ou três vezes?

*Penso que os processos demoram muito tempo a serem resolvidos pelo Ministério Público. Este facto desenvolve no agressor um sentimento de impunidade o que o leva a cometer o crime novamente.*

*Acha que as medidas efectuadas pelo Ministério Público estão a resultar?*

*Penso que não. Enquanto o indivíduo continuar em liberdade, consegue sempre saber do paradeiro da vítima e de voltar a agredi-la.*



33. Comente a seguinte afirmação:

“Nos dias seguintes à agressão, um acompanhamento/supervisão policial junto do agressor, no sentido de lhe estabilizar e consciencializar do seu comportamento, contribuía pelo menos no curto prazo, diminuir o risco de uma nova agressão.”

*Penso que um acompanhamento policial feito junto do agressor, através da presença policial e por exemplo chamadas telefónicas o ia dissuadir de voltar a agredir novamente a vítima. Ele iria saber e sentir que a autoridade se está a preocupar com a vítima, está a proteger a vítima e que os seus passos estão a ser vigiados.*

*Acho que era benéfico que o indivíduo fosse detido mesmo fora de flagrante delito, desde que houvesse indícios de que houve de facto uma agressão, e que fosse apresentado no dia seguinte ao Ministério Público, para que a autoridade máxima tenha conhecimento do risco que a vítima está a correr.*

*Era importantíssimo que se fizesse uma avaliação psicológica aos agressores. Na maioria dos casos eles são agressivos porque padecem de vários problemas como problemas de esquizofrenia, de álcool, drogas, depressões, esgotamentos, entre outros. Há instituições específicas para cada um destes tipos de problemas onde as pessoas se podem tratar.*

*Não afirmo que a prisão preventiva fosse a solução para todos os problemas de violência doméstica mas deveria ser obrigatório o encaminhamento do agressor para as instituições que lhe pudessem tratar do problema específico de que padece. Os agressores deveriam ser obrigados a tratar-se independentemente de se quiserem tratar ou não.*

*Essa lei existe mas é já numa fase de instrução e não de inquérito o problema é que o risco de agressão é imediato e não apenas na fase de instrução. Para além disso o agressor só se trata se quiser o que no meu entender não tem fundamento. No caso do agressor não se querer tratar deveria por exemplo ser tomada uma medida mais drástica como por exemplo encaminhá-lo para um hospital prisão.*

34. Quer fazer algum outro comentário que ainda não tenha feito?

*Penso que os processos de violência doméstica deveriam ter um seguimento mais rápido por parte do Ministério Público, o desenrolar do processo deveria ser mais célere. O acompanhamento policial deveria também ser efectuado não só na vítima mas também no agressor.*



## ANEXO 5 – ENTREVISTA 3

Data: 02 de Março de 2011

Hora: 12h 00m

Idade: 34 anos

Função actual: Elemento das Epav's

Tempo de serviço na PSP: 10 anos

Posto: Agente

### Experiência profissional

1. Pode descrever-nos quais as funções que já exerceu depois de entrar na polícia?

*Já fiz praticamente de tudo. Fiz policiamento apeado, carro de patrulha, já estive nas brigadas à civil da esquadra e actualmente estou nas equipas de apoio à vítima.*

2. Na generalidade, no contexto da violência doméstica, que tipo de funções desempenha um elemento das EPAV's?

*Faz o acompanhamento da situação o maior tempo possível. Ou somos os primeiros a tomar conhecimento da situação, ou se estivermos fora do nosso horário de serviço, normalmente o CP transmite ao nosso chefe que posteriormente nos informa. Deslocamo-nos ao local, avaliamos a situação e se for caso disso fazemos aditamentos à peça base ou um acompanhamento mais cuidado. É o procedimento adoptado fora do flagrante delito.*

### Percepção da dimensão criminal

3. Dos crimes em geral, para si quais são os crimes mais registados pelas Forças de Segurança?

*Na zona em que nos encontramos são a violência doméstica, o furto de interior de viaturas, roubos, consumo e tráfico de produto estupefaciente.*

4. E dentro dos crimes cometidos contra as pessoas. Quais julga que são os crimes mais registados?

*A violência doméstica, as ofensas à integridade física e roubos por esticções.*

5. Face à sua visão pessoal quais são os principais crimes em que a PSP mais intervém? Porquê?



*Na nossa zona existem muitos bairros carenciados, as pessoas conhecem-se umas às outras. São famílias carenciadas que não têm um desenvolvimento intelectual que lhes permita resolver as situações de outra maneira que não a violência. Recorrem muito à violência na qual a violência doméstica está incluída. Nós abrangemos 2 áreas: a Praça do Comércio e o Martim Moniz e a percepção que tenho é que quanto mais para o interior do bairro do Martim Moniz mais situações de violência doméstica são registadas. Vemos que a violência tem vindo a crescer. Nós temos directivas próprias para intervir nestas situações, no entanto há muitas situações que nos chegam a conta gotas. Tentamos ver se realmente é verdade a informação que nos chega, nuns casos confirma-se, noutros não.*

6. Considera que a prevenção do crime de violência doméstica deve ser uma das prioridades da PSP? Porquê?

*Para o serviço no qual estou incluído sim. No entanto no âmbito geral da PSP penso que não deverá haver apenas a preocupação só com esta situação. Pelo que tenho acompanhado existem situações muito complicadas. Como temos equipas próprias para acompanhar este tipo de crime acho que estas equipas devem continuar.*

#### Retrato da actuação policial durante a denúncia

7. Quando se depara com situações de violência doméstica quais as principais preocupações que tem? E dificuldades que sente?

*As nossas primeiras preocupações são saber se há feridos, se há menores envolvidos, se há armas de fogo ou algum tipo de armas envolvidas nas agressões. À parte disso há também o acompanhamento. Saber se a situação melhora e se a vítima não quiser estar em contacto com o agressor direccioná-la para instituições informando-a das diferentes alternativas. No entanto a maior parte das vezes as vítimas rejeitam este tipo de ajuda. Nós apercebemo-nos que as vítimas recusam não por não quererem ajuda mas por sentirem medo do agressor. Quando conduzimos a vítima para a esquadra, temos uma sala própria onde a vítima se sente normalmente mais à vontade, temos um maior contacto com a vítima, estamos separados fisicamente uns dos outros. Quando nos deslocamos a uma residência onde houve notícia de violência doméstica, estão lá as pessoas todas incluindo muitas vezes crianças. É-nos quase impossível naquele espaço e naquelas condições conseguirmos ouvir ambas as partes e informar a vítima das diferentes alternativas à frente de todos.*



8. Sobre as inúmeras situações que já lhe passaram pelas mãos, é habitual deparar-se constantemente com casos em que uma vítima de violência doméstica já tem mais do que uma queixa por agressões sobre a mesma pessoa (ex.: marido)?

*Sim. Normalmente a situação que tenho acompanhado nunca é a primeira, normalmente é a segunda, terceira, quarta agressão que a vítima é sujeita.*

*O que acha que poderá estar na origem dessa situação?*

*A inépcia do sistema. Todos têm conhecimento: o sistema, as pessoas, e as entidades. Há morosidade e este é um tipo de crime em que as pessoas gostam de ver logo resultados e gostam logo de ver o seu problema resolvido e infelizmente nós damos soluções a curto e médio prazo e não no imediato.*

*Nas situações em que a vítima é retirada da esfera do agressor, quanto tempo fica numa casa de acolhimento?*

*O tempo que necessita para arranjar outro local para ficar. Nós ligamos para a linha 144 para conseguir um espaço para ela ficar mas é só durante algum tempo. A vítima tem que arranjar meios próprios para se sustentar, para arranjar casa e para se afastar do agressor, no entanto como a maior parte das vítimas depende economicamente do agressor e não têm sítio para ficar volta sempre para ele. A maior parte das vítimas não tem apoios.*

*As linhas 144 funcionam sempre?*

*Algumas vezes. Há certos horários como o horário nocturno em que sentimos mais dificuldade em estabelecer contacto com certas parcerias como por exemplo o CPCJ. Situações que envolvam menores, a partir de uma certa hora são mais complicadas. Tal como o nosso serviço é de 24 horas, as instituições também o deveriam ser mas na prática vemos que não é bem assim e por essa razão temos sérias dificuldades em encaminhar as vítimas. Quando não conseguimos resolver com a CPCJ ou com outras instituições, essa situação é reportada aos oficiais que tentam resolver a situação. A título de exemplo temos a nossa comandante que tem contacto directo com alguns responsáveis dos centros de acolhimento e torna-se mais fácil resolver a situação mas nem sempre estão disponíveis.*

9. Quando uma vítima se desloca até à esquadra para apresentar denúncia dizendo que há duas horas/dois dias atrás foi agredida a soco e a pontapé pelo seu marido e demonstra marcas evidentes dessa agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

*Elaboramos o auto de denúncia de violência doméstica. Se a vítima necessitar de tratamento hospitalar, encaminhamos a pessoa para o hospital. Na participação mencionamos que a vítima teve cuidados hospitalares e depois encaminhamos para o instituto de medicina legal onde vai confirmar as agressões de que foi vítima. A partir daí semanalmente acompanhamos ou contactamos via telefone (temos um*



*telefone de serviço para estes casos disponibilizado pela junta de freguesia), ou se for o caso de uma situação bem grave acompanhamos presencialmente a situação. Em relação ao agressor não fazemos qualquer acompanhamento, não temos nenhuma apreciação deste nem temos directivas para o fazer.*

10. Após duas semanas da 1.<sup>a</sup> agressão, quando a mesma vítima se desloca pela segunda vez à esquadra para apresentar denúncia de que há dois dias atrás foi novamente agredida a soco e a pontapé, pela mesma pessoa (ex.: marido) e demonstra marcas evidentes dessa agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

*Se o elemento policial tem conhecimento que já existe previamente um auto de denúncia feito, no meu entender e na minha experiência normalmente costumo fazer um aditamento à “peça base”. Refere-se que a pessoa foi novamente agredida para que o tribunal tenha conhecimento que a vítima é vítima de agressões reiteradas e não uma situação esporádica. Caso o elemento policial não tenha esse conhecimento, faz-se uma nova denúncia de violência doméstica. Em relação ao agressor não se faz praticamente nada. Ouvimos uma parte, e se for o caso ouvimos depois a outra e tudo o que nos disser será incluído mas a pessoa agredida terá sempre o estatuto de vítima e o agressor o estatuto de denunciado.*

11. Após um mês, quando a mesma vítima se desloca à esquadra pela terceira vez a queixar-se que há dois dias atrás foi novamente agredida a soco e a pontapé pela mesma pessoa (ex.: marido) e demonstra marcas evidentes da agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

*Cada vez que a vítima é agredida nós aconselhamo-la a ir ao hospital para que a situação fique devidamente documentada. Normalmente fazemos sempre a mesma coisa. Se a situação se agravar e chegar ao ponto de vermos que a pessoa está mesmo em risco de vida, aí teremos que tomar providências para retirar a vítima da zona onde está inserida. Normalmente e na generalidade, a polícia vai ao local, ouve e faz aditamentos e isto se já tiver conhecimento da situação. Nós sentimos dificuldades porque por exemplo, eu tenho conhecimento de uma violência doméstica mas depois eu vou-me embora, depois das oito chamam outra vez a intervenção policial e vão lá os colegas. Se a vítima ou o agressor não disserem que já lá estiveram polícias anteriormente eles vão encarar aquilo como uma primeira denúncia e então vão fazer um auto de denúncia por violência doméstica o que eu acho que é incorrecto porque ao fazer aditamentos vai tudo para o mesmo processo e o tribunal ao analisar vai ter a noção de que a violência está a ser continuada. Se fizermos processos separados de violência doméstica estes vão*



*andar todos espalhados e depois o agressor vai ser sempre julgado por cada NUIPC.*

12. Então, como é que se consegue prevenir que uma nova agressão venha a acontecer numa próxima semana, duas semanas, ou no próximo mês?

*Tentar encaminhar e dar exemplos à vítima de que tem outro tipo de alternativas e que tem outro tipo de vida pela frente. Mas nunca se consegue prevenir que uma nova agressão aconteça. Isso são coisas que vão da cabeça do agressor e da situação. Só tomamos conhecimento naquele espaço de tempo em que nos deslocamos ao local. Nós não sabemos o que é que se passou anteriormente que levasse o agressor a agredir a vítima ou o que é que despoletou essa agressão. Normalmente não temos uma percepção do estado do agressor. Há situações em que só após o acompanhamento de 1 ou 2 semanas é que nos apercebemos do que é que se passou na realidade e normalmente só após esse tempo temos a noção de que não é bem como nos contaram inicialmente e o que escrevemos no auto de denúncia e nesses casos vamos fazer aditamentos consoante os dados de que vamos tendo conhecimentos.*

*Não conseguimos prevenir porque não sabemos o estado psicológico e emocional do agressor.*

*Já tivemos casos em que o agressor não podia estar a determinados metros da vítima. Se forem pessoas que tenham um certo tipo de cultura e intelecto acabam por acatar a medida mas nos bairros onde nós exercemos a nossa profissão, existem pessoas normalmente sem estudos, com pouco nível social, e só percebem as coisas à base da porrada e então o que o tribunal decreta para eles é um simples papel que têm na mão e pouco interessa. Tudo depende da situação e das pessoas. Se o agressor tiver motivado sem dúvida que agride a vítima.*

### Avaliação do risco

13. Costuma fazer a avaliação do risco a vítimas de violência doméstica? Porquê?

*Costumo fazer a algumas. Quando a situação é mesmo grave fazemos.*

*Constatamos se há ou não menores envolvidos, se os menores já foram agredidos, se a prática é reiterada, são uma série de pressupostos que tentamos averiguar.*

14. Durante o recebimento da denúncia, como avalia se a vítima corre perigo de vir a ser novamente agredida?

*Não se consegue ver porque normalmente quando estamos em contacto com as pessoas, estas estão sempre alteradas porque foram vítimas de agressão, as*





*peessoas nunca estão no seu estado emocional normal. Fazemos a avaliação do risco consoante aquilo que a vítima nos diz porque real percepção daquilo que se passou não temos. Normalmente quando chegamos ao local está tudo a discutir um para cada lado. É aquilo que constatamos no momento e aquilo que nos é informado. A avaliação do risco é feita com base naquilo que a vítima diz.*

15. Face a essa avaliação, quando verifica a existência que existe um perigo eminente da vítima vir a ser agredida como procede?

*Aconselhamos a vítima a nesse dia não estar junto do agressor, não permanecer em casa, ir para casa de familiares ou então tentamos encaminhar para o 144 mas normalmente as pessoas quando têm familiares recusam sempre a ajuda do 144 porque sentem-se muito melhor num espaço onde tenham uma pessoa de família a apoiá-la do que numa pensão onde não conhecem ninguém e onde esteja gente duvidosa. As pessoas preferem sempre ir para casa de familiares. Encaminhamos as pessoas e aconselhamos principalmente nessa noite e após a agressão para eles manterem a cabeça fria tanto de um lado como do outro, pensarem mais friamente sobre aquilo que se passou.*

*Quando verificamos que é uma prática reiterada, aconselhamos a vítima a tentar dar outro caminho à sua vida. Há situações em que temos a percepção de que por muito que nós possamos fazer a situação vai continuar.*

16. Em que situações considera que a vítima não corre risco de vir a ser novamente agredida?

*É um pouco difícil perceber porque nós não sabemos o estado emocional do agressor, são só as pequenas coisas que vamos apanhando naquele momento. É muito difícil de nós sabermos.*

17. O que pensa sobre a necessidade e a eficácia da avaliação do risco, na prevenção de uma segunda agressão?

*Pela experiência que eu tenho e por aquilo que tenho seguido, a avaliação até agora não deu em nada. É um papel. Quando alguém tem poder para tomar uma atitude e as pessoas são confrontadas com essa atitude por exemplo a ordem do tribunal, aí as pessoas começam a cair nelas e a perceber que isto deixou de ser a antiga violência doméstica em que entre marido e mulher ninguém mete a colher. Aos poucos e lentamente as coisas vão surgindo e há casos em que estas medidas deram resultados mas é difícil.*





### Retrato da actuação policial pós-vitimação

18. Daquilo que conhece, qual é o papel desempenhado pelas Epav's em relação ao crime de violência doméstica?

*Fazer o maior acompanhamento possível. Mas estamos um pouco limitados porque nos deslocamos a pé. Eu falo pela minha área que é bastante abrangente e são imensos os casos de violência doméstica que eu tenho para acompanhar. Assim, quer o espaço quer o tempo é reduzido para acompanhar todos os casos. Então nós rastreamos, vemos quais são os mais graves e que nos merecem mais atenção, normalmente envolvem menores que são situações que nos preocupam muito. Muitos menores presenciam as agressões e muitos deles até são vítimas colaterais da agressão. Não conseguimos acompanhar todos, mas semanalmente acompanhamos os mais complicados.*

E como é que sabe quais são os mais complicados?

*Na nossa primeira intervenção temos que ter a percepção se aquilo é uma situação passageira ou não, se é reiterada ou não, se é espontânea ou esporádica. Se for uma coisa que já vem de há muito tempo, merece-nos um maior cuidado, assim como também o tipo de violência exercida.*

19. As EPAV's são informadas das medidas de coação aplicadas aos agressores?

*Não tenho conhecimento de nada. Não conheço o estado do processo. Participamos, fazemos o acompanhamento da vítima, mas tudo o que se passa a partir daí não nos é dado conhecimento.*

20. Chega-vos informação do risco que a vítima corre, por parte do tribunal, da 7ª EIC, associações como a APAV, ou outro qualquer meio?

*Não.*

21. Que tipo de intervenção/protecção policial é feita junto de uma vítima de violência doméstica enquanto decorre o processo judicial?

*Os casos esporádicos nós deixamos de acompanhar pura e simplesmente. Tudo depende se somos contactados pela vítima ou não e se esta quer um acompanhamento ou não. É conforme a situação e a avaliação que nós fazemos. Se virmos que a situação é grave e merece a nossa atenção, a gente acompanha, se for preciso duas ou três semanas e durante um mês. A partir do momento em que constatamos que as coisas já estão melhores, que não tem havido agressão e que a nossa presença tem sido a suficiente para minimizar as agressões, deixamos de*



*acompanhar e passamos em vez de semanalmente a fazer acompanhamento mensal.*

22. Que tipo de intervenção policial é feita junto do agressor enquanto decorrem as várias fases do processo?

*Não é feito nada.*

23. Considera as EPAV's uma "mais-valia" para o combate ao crime de violência doméstica?

*Considero. Ajuda a que o agressor veja que a vítima já está a ser acompanhada e que há sempre alguém perto para ajudá-la. Tenho reparado nisso. E contribui também para o sentimento de segurança da vítima.*

*Quando a vítima volta a ser agredida uma outra vez o que pensa ser a opinião desta relativamente às EPAV's?*

*Acha que aquilo que nós fazemos é um bocado insuficiente. Mas nós tentamos explicar à pessoa que estamos um bocado limitados, que o nosso trabalho está feito e que agora ultrapassa-nos e quem de direito terá que prestar o auxílio necessário a ela.*

*E ao nível da detenção fora do flagrante delito?*

*Nunca fiz e dificilmente o irei fazer. São situações muito complicadas. Temos receio quando é fora do flagrante delito porque hoje está tudo bem, e depois amanhã é a nós que nos pedem contas.*

*Têm medo de ser punidos por uma detenção ilegal?*

*Obvio.*

24. Na sua opinião, considera que medidas como a retirada da vítima da residência, encaminhamento da vítima e o acompanhamento dado à vítima durante o desenrolar do processo, conseguem evitar que o agressor a agrida novamente? Porquê?

*Não, porque se ele tiver intenção de voltar a agredir ele vai agredi-la com certeza. Eles não se sentem culpabilizados por aquilo que fazem e como se sentem impunes reiteram nas agressões. Pensam há desta vez não me aconteceu nada. Nós somos chamados novamente ao local, não se constata nada, estão só a discutir, mas antes de termos chegado já ele lhe tinha batido e ele sabe que à partida não vai ser detido e nada lhe acontece. E portanto sentem-se impunes e reiteram.*



Opinião sobre as medidas de coação urgentes aplicadas pelo tribunal

25. Dos casos de violência doméstica que já testemunhou, de que forma ou com que tipos de objectos é que as vítimas são agredidas?

*A soco, a pontapé, bofetadas, paus. Já tive situações que envolviam armas brancas mas armas de fogo não. Já tomei conhecimento que havia armas de fogo mas que não estiveram envolvidas nas agressões nem na situação de violência doméstica.*

26. Tem a noção de que tipos de medidas de coação urgentes são aplicadas maioritariamente relativamente ao agressor?

*Conhecimento não tenho. Penso que sejam nenhuma. As pessoas baseiam-se muito naquilo que vêem e na acção que é logo desenvolvida. A vítima é agredida mas depois logo no momento não vê resultados sente que a gente foi lá e só tomámos conta da ocorrência que normalmente é o que se passa, tomamos conta da ocorrência e pouco ou nada se pode fazer além do encaminhamento da vítima. Agora contra o agressor pouco ou nada a gente pode fazer, ou pouco ou nada se faz.*

27. Na sua opinião considera que uma advertência feita pelo tribunal como “ Não adquirir, não usar ou entregar, de forma imediata, armas ou outros utensílios ou outros objectos” (art.º 31.º n.º 1 al. a) da Lei 112/2009), consegue evitar que o agressor volte a agredir novamente a vítima? Porquê?

*Não. Se ele tiver intenção de o fazer ele volta a fazer com certeza. E mesmo que lhe entregue aquilo que o tribunal estipulou ele tem maneiras de voltar a arranjar outras formas de voltar a fazer o mesmo.*

*Porquê?*

*Ou porque se sente motivado, ou porque alguma coisa o despoletou ou por nada. Nada lhes acontece. Sentem-se impunes, e continuam até sentirem que isto não é uma brincadeira e que alguma coisa há-de ser feita e quando sentirem que isso é feito aí é que eles vão cair na realidade.*

28. E relativamente às medidas como “Não permanecer na residência onde o crime tenha sido cometido ou onde habite a vítima” (art.º 31.º n.º 1 al. c) da Lei 112/2009). Considera-a capaz de prevenir que o agressor volte a agredir novamente a vítima? Porquê?

*Não porque normalmente a vítima depende economicamente do agressor e então é um bocado difícil as vítimas ou o agressor saírem de onde o tribunal estipula. Vão*



*para onde? O que é que lhes é fornecido? É temporário e depois de ser temporário têm de ser eles a suportar os encargos e normalmente as vítimas dependem economicamente do agressor.*

29. E relativamente à advertência feita pelo tribunal de que “ Não pode contactar com a vítima, com determinadas pessoas ou frequentar certos lugares ou meios” (art.º 31.º n.º 1 al. D) da Lei 112/2009)? Porquê?

*Também não porque já tivemos situações dessas, limite de metros entre o agressor e a vítima e já tive situações e denúncias de que ele volta a desrespeitar a ordem que lhe é imposta pelo tribunal.*

*E depois o que é que é feito?*

*É feito um aditamento e dá-se conhecimento ao tribunal de que foi desrespeitada a ordem.*

*E em relação a ele?*

*Nós pouco ou nada podemos fazer em relação a ele. Se alguém tiver que tomar providências será o tribunal por desrespeito à ordem dada por ele.*

#### Considerações finais

30. Tem a percepção de quais são os principais períodos de risco para ocorrer uma nova agressão?

*A noção que tenho é que as vítimas são agredidas depois da queixa.*

*Tem algum exemplo?*

*Exemplo não tenho. Nós somos chamados 2 e 3 vezes logo a seguir por exemplo ao auto de denúncia, alguém vem à esquadra queixar-se que foi agredida. À posteriori ou eu contacto a pessoa e ela me informa novamente que foi novamente agredida ou então são as próprias vítimas a quem nós fornecemos o nosso contacto directo, que nos contactam e nos dizem que a situação tem-se mantido e nós depois vamos lá se tiver lá o agressor tentamos chamar o agressor à razão e explicar que a situação não se coaduna nem é para persistir. Se o agressor não estiver, contactamos só com a vítima e tudo aquilo que ela nos disser é feito um aditamento e anexado à queixa base.*

31. Na sua perspectiva que medidas de actuação policiais poderiam ser adoptadas para impedir que o agressor volta-se a atacar?

*Uma atitude mais firme perante o agressor, que ele visse que isto não é só papel. Que ele próprio sentisse ou que houvesse alguma coisa que se ele reitera-se nas agressões à vítima que nós como órgão de polícia criminal, naquele momento, o*



*pudéssemos deter, ser presente a tribunal e logo no momento lhe fosse imposta uma medida de coação que ele sentisse na pele que aquilo que ele estava a fazer tem consequências que é aquilo que não se passa. Eles normalmente reiteram porque sabem que não têm consequências no imediato, isto se as vierem a ter. Acho que deveria haver mais acompanhamento ao agressor, encaminhá-lo. Assim como há acompanhamento à vítima também o devia haver para o agressor. Desencorajá-lo para que em situações futuras ele não reitere nas agressões. Fazelo ver que há outras maneiras de resolver as situações sem ser na base da agressão e da violência.*

32. Na sua opinião porque é que acha que a vítima, depois de ter denunciado os casos às autoridades policiais/judiciais, é agredida mais uma, duas ou três vezes?

*Depende de vários factores. Cada caso é um caso, nuns casos existem carências económicas, noutros carências sociais, noutros são por causa dos filhos, há uma série de factores que leva o agressor voltar a agredir. Pode haver também por parte da vítima uma resposta a uma boca do agressor e o agressor não está para responder verbalmente e responde com chapadas, socos e pontapés.*

33. Comente a seguinte afirmação:

*“Nos dias seguintes à agressão, um acompanhamento/supervisão policial junto do agressor, no sentido de lhe estabilizar e consciencializar do seu comportamento, contribuía pelo menos no curto prazo, diminuir o risco de uma nova agressão.”*

*Sim, acho que sim. Actualmente, em matéria de violência doméstica, penso que há muita preocupação com a vítima e pouca com o agressor. E acho que uma coisa leva à outra porque nós ao estarmos a acompanhar a vítima estamos a esquecer-nos do agressor e agora eu ponho uma pergunta: e o que é que levou o agressor a agredir a vítima? Normalmente nós só ouvimos um lado, normalmente ouvimos o lado da vítima que é aquela que permanece no local. O agressor normalmente nunca está, ou foge. Acho que deveria ser acompanhado da mesma maneira e ser desencorajado para que no imediato e em futuras situações as agressões cessassem.*

34. Quer fazer algum outro comentário que ainda não tenha feito?

*Não. Está tudo dito.*



## ANEXO 6 – ENTREVISTA 4

Data: 02 de Março de 2011

Hora: 14h 00m

Idade: 33 anos

Função actual: Elemento das Epav's

Tempo de serviço na PSP: 9 anos

Posto: Agente

### Experiência profissional

1. Pode descrever-nos quais as funções que já exerceu depois de entrar na polícia?

*Quase tudo. Carro patrulha, arvorado de carro patrulha, graduado de serviço, programa apoio 65 idosos em segurança e equipas de proximidade e apoio à vítima que faz parte do programa integrado de policiamento de proximidade e que é o que estou neste momento a desempenhar.*

2. Na generalidade, que tipo de funções desempenha um elemento das EPAV's?

*O nosso serviço está direccionado para grupos alvo da pequena criminalidade, nomeadamente idosos, crianças, comerciantes e para o acompanhamento de vítimas de violência doméstica.*

*Como é que vocês sinalizam essa situação e como fazem esse acompanhamento?*

*Sempre que há uma denúncia de violência doméstica em cada esquadra, o elemento que está distrito a essa área da junta de freguesia desloca-se ao local, fala com a vítima de violência doméstica, verifica se essa situação terminou ou se ainda está a decorrer, se o agressor está com ela ou não, se há novos dados para serem informados ao tribunal. É esse o nosso objectivo junto das vítimas de violência doméstica.*

### Percepção da dimensão criminal

3. Dos crimes em geral, para si quais são os crimes mais registados pelas Forças de Segurança?

*Na nossa área são os furtos no interior de transportes públicos, alguns roubos, poucos, furtos no interior de estabelecimentos comerciais e queixas de violência doméstica.*

4. E dentro dos crimes cometidos contra as pessoas. Quais julga que são os crimes mais registados?



*Temos que dividir a nossa área. Nós estamos na área a 2ª e da 6ª esquadra. Na área da 2ª esquadra como é uma zona extremamente comercial as denúncias são basicamente de furtos. A área da 6ª esquadra que é a área onde agora estou, é uma zona habitacional e aí deparamo-nos com os crimes de violência doméstica e furtos.*

5. Face à sua visão pessoal quais são os principais crimes em que a PSP mais intervém? Porquê?

*A polícia tem que ter uma abordagem abrangente da realidade, não se pode estar a direccionar o policiamento só para um tipo de crime, tem que se direccionar para todos os crimes. Embora haja crimes que estão “mais na moda” e que são mais preponderantes como por exemplo furto nos transportes públicos, violência doméstica. Há uma vaga nacional contra esses crimes de violência doméstica e a polícia tem também de ir nesse caminho e tentar dentro das suas possibilidades diminuir a reincidência dessas situações.*

6. Considera que a prevenção do crime de violência doméstica deve ser uma das prioridades da PSP? Porquê?

*Todos têm que ser uma prioridade. A violência doméstica tem que ser uma prioridade porque é um dos crimes mais cometidos em Portugal e a violência doméstica é muito abrangente. Antigamente havia aquela ideia de que era entre marido e mulher mas não é só entre marido e mulher, é com os filhos menores ou não que vivem lá em casa, é com outros familiares com os pais, com os avós, com primos. Violência doméstica é um crime amplo não é só como antigamente se dizia que era entre marido e mulher e mais nada.*

*Então acha que é um crime violento?*

*Penso que a estatística diz que é o primeiro ou o segundo crime onde morrem mais pessoas.*

*Então considera que deve ser uma das prioridades da intervenção?*

*Sim.*

#### Retrato da actuação policial durante a denúncia

7. Quando se depara com situações de violência doméstica quais as principais preocupações que tem? E dificuldades que sente?

*Preocupações são tentar encaminhar da melhor forma a vítima para as instituições que as apoiam através da linha 144 ou através de outras instituições como a Santa*





*Casa, Juntas de freguesia, APAV, tentar encaminhar a situação da vítima. Tentar relatar da melhor forma o que aconteceu para o tribunal tomar as medidas que achar necessárias.*

*As dificuldades com que nos deparamos são a morosidade da resolução dos problemas por parte do tribunal. Por vezes demora meses ou anos até que o tribunal decreta uma medida contra o agressor, e as vítimas andam constantemente a fazer denúncias sempre contra o mesmo indivíduo.*

8. Sobre as inúmeras situações que já lhe passaram pelas mãos, é habitual deparar-se constantemente com casos em que uma vítima de violência doméstica já tem mais do que uma queixa por agressões sobre a mesma pessoa (ex.: marido)?

*Normalmente é continuada por parte do mesmo agressor. No entanto muitas vezes a vítima separa-se do agressor, volta a constituir família com outro indivíduo e volta a ser agredida por esse outro indivíduo. Portanto é continuada pelo primeiro e normalmente quando refazem a vida com outra pessoa são agredidas pelos novos companheiros.*

Mas contra a mesma pessoa é habitual isso ocorrer?

*É habitual. Algumas vítimas são várias vezes agredidas no espaço de um ou dois anos pelo mesmo agressor.*

9. Quando uma vítima se desloca até à esquadra para apresentar denúncia dizendo que há dois dias atrás foi agredida a soco e a pontapé pelo seu marido e demonstra marcas evidentes dessa agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

*Relativamente à vítima é elaborado o auto de denúncia por violência doméstica, é notificada para o INML efectuar perícia médica, é informado o tribunal da situação. É efectuada a avaliação do risco para o tribunal e são contactadas as entidades que prestam apoio nestas matérias como a APAV e a linha 144.*

*As Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima quando têm disponibilidade passam na residência e falam com a vítima. Essa situação não tem vindo a acontecer por falta de elementos das equipas e pelo facto das equipas que existem serem canalizadas para outros serviços o que faz com que seja quase impossível fazer o acompanhamento à vítima.*

*Relativamente ao agressor não é feito nenhum acompanhamento, é só identificado.*

10. Após duas semanas da 1.<sup>a</sup> agressão, quando a mesma vítima se desloca pela segunda vez à esquadra para apresentar denúncia de que há dois dias atrás foi novamente agredida a soco e a pontapé, pela mesma pessoa (ex.: marido) e demonstra marcas





evidentes dessa agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

*É novamente registada essa agressão, é feito o aditamento ao auto de denúncia por violência doméstica, é novamente informado o tribunal que a vítima voltou a ser agredida e caso haja sinais evidentes é novamente notificada para ir ao INML para perícia.*

*Em relação ao agressor, este fica impávido e sereno até que o tribunal decrete uma medida capaz de resolver a situação.*

Acha que essas medidas são capazes?

*Essas medidas passadas 2 ou 3 anos provavelmente já não são capazes. Se houvesse a aplicação de imediato das medidas que estão consagradas na lei como a proibição de contacto com a vítima, de ter que abandonar a residência onde reside, se calhar a situação não se voltava a repetir.*

11. Após um mês, quando a mesma vítima se desloca à esquadra pela terceira vez a queixar-se que há dois dias atrás foi novamente agredida a soco e a pontapé pela mesma pessoa (ex.: marido) e demonstra marcas evidentes da agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

*O procedimento da polícia é sempre o mesmo, informa o tribunal da situação, caso haja novas provas de que a vítima tenha sido agredida, que haja marcas notifica-se a vítima para ir ao INML e mais nada. A posição da polícia resume-se a isso.*

*Relativamente ao agressor quem determina alguma medida é o tribunal, a polícia não determina nenhuma medida contra o agressor.*

12. Então como é que se consegue prevenir que uma nova agressão venha a acontecer numa próxima semana, duas semanas, ou no próximo mês?

*Através da aplicação das medidas previstas na lei. Agora se essas medidas demoram muito tempo a serem mandadas do tribunal a vítima continua a ser agredida. A solução é uma maior rapidez na aplicação das medidas por parte do tribunal de forma a resolver este problema.*

Acha que o processo é moroso?

*Eu penso que sim. Penso que tudo na justiça demora o seu tempo. E há crimes em que os processos deveriam ser muito mais rápidos porque senão a vítima continua neste caso a ser agredida.*

### Avaliação do risco

13. Costuma fazer a avaliação do risco a vítimas de violência doméstica? Porquê?



*Faz-se sempre a avaliação do risco. Relativamente a uma vítima que se desloca à esquadra, a avaliação do risco é feita consoante as respostas, a explicação e as marcas que a vítima apresenta.*

*A avaliação do risco é feita para informar o tribunal para que este possa aplicar uma medida caso seja necessário como por exemplo a proibição de permanência da habitação ou a proibição de estar com a lesada.*

14. Durante o recebimento da denúncia, como avalia se a vítima corre perigo de vir a ser novamente agredida?

*É mediante aquilo que a vítima diz. Ela pode dizer logo se a agressão é continuada, se já aconteceu mais vezes ou se é a primeira vez, é sempre consoante o que a vítima nos diz.*

15. Face a essa avaliação, quando verifica a existência que existe um perigo eminente da vítima vir a ser agredida como procede?

*Na avaliação do risco é informar o tribunal de que existe o perigo da vítima vir a ser novamente agredida.*

*E ao nível da detenção do agressor fora do flagrante delito?*

*Fora do flagrante delito é muito difícil de deter um agressor, tem que haver fundadas suspeitas que ele vai tentar matar a vítima e isso raramente acontece. Raramente acontecem detenções fora do flagrante delito.*

*Consegue avaliar isso?*

*Isso é muito difícil. É uma interpretação subjectiva. Nós não contactamos com o agressor. Não sabemos se o agressor é uma pessoa muito violenta ou não. Conseguimos verificar através do nosso sistema se ele já teve outras situações análogas mas não sabemos se ele é capaz de matar ou efectuar ofensas muito graves à integridade física da vítima.*

16. Em que situações considera que a vítima não corre risco de vir a ser novamente agredida?

*Não sabemos. Isso é sempre consoante aquilo que a vítima nos diz. Nós não contactamos com o agressor, não sabemos quais são as suas motivações, não sabemos o que é que o leva a agredir a vítima, e portanto isso é subjectivo.*

*Mas a vítima informa-os do porquê da agressão.*

*Sim mas nós só ouvimos uma parte. Se a vítima se desloca à esquadra nós só ouvimos uma parte nunca vamos ouvir a outra, fora do flagrante delito é sempre assim. Só dentro do flagrante delito é que vamos e contactamos com os dois.*



17. O que pensa sobre a necessidade e a eficácia da avaliação do risco, na prevenção de uma segunda agressão?

*Deve-se fazer sempre a avaliação do risco. Se houve-se uma resposta rápida por parte do tribunal essa avaliação do risco teria efeito. Mas como não há, é impossível saber.*

Fazem essa avaliação porque está instituído?

*Sim. O que está determinado é fazer a avaliação do risco. O polícia que está encarregue de receber a denúncia, mediante o que a vítima diz faz-se uma avaliação do risco mas se não há contacto com o agressor, se não sabemos quais são as suas motivações, se não sabemos outros dados que se podiam recolher por exemplo de moradores ali perto, de familiares, é impossível a fazer uma correcta avaliação do risco. Preenchemos o formulário com base naquilo que a vítima nos diz mais nada. Depois o expediente segue para tribunal.*

#### Retrato da actuação policial pós-vitimação

18. Daquilo que conhece, qual é o papel desempenhado pelas EPAV's em relação ao crime de violência doméstica?

*As Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima não estão a conseguir funcionar na forma como estão instituídas porque os elementos estão constantemente a ser deslocados para operações e para outros serviços e portanto raramente podem efectuar o acompanhamento destas situações. Logo ao início por exemplo quando foi criada na área desta esquadra, havia elementos em número suficiente e fazia-se o acompanhamento, deslocávamo-nos a casa da vítima, contactávamos com ela e com o agressor caso ele lá estivesse nas situações em que a vítima e o agressor ficam juntos. Há situações em que a vítima é acolhida noutras residências. Quando a vítima está separada do agressor as equipas só contactam a vítima.*

19. As Epav's são informadas das medidas de coação aplicadas aos agressores?

*Não são. Quando nós temos conhecimento é por parte da vítima que nos diz que o agressor foi por exemplo proibido de permanecer junta dela. Normalmente é sempre assim.*

20. Chega-vos informação do risco que a vítima corre, por parte do tribunal, da 7ª EIC, associações como a APAV, ou outro qualquer meio?



*Não, não chega.*

21. Que tipo de intervenção/protecção policial é feita junto de uma vítima de violência doméstica, enquanto decorre o processo judicial?

*Acompanhamento da situação, tentar encaminhar a vítima, caso seja necessário, para outras instituições para que possa ter ajuda.*

Que tipo de ajuda é dada à vítima?

*Apoio psicológico, às vezes as vítimas estão desempregadas, informá-las dos seus direitos, tentar ir à Segurança Social. A Santa Casa pode também ajudar com refeições e outras situações. Contactar a EIC para verificar como se encontra o processo, se está ou não encaminhado.*

22. Que tipo de intervenção policial é feita junto do agressor, enquanto decorrem as várias fases do processo?

*Junto do agressor não há nenhuma. A única situação que pode haver é se ele estiver lá em casa nós contactamos com ele isto se eles ainda estiverem juntos. Se não estiverem ele anda à vontade.*

23. Considera as EPAV's uma "mais-valia" para o combate ao crime de violência doméstica?

*Poderiam ser se estivessem a efectuar o serviço conforme estava delineado. Conforme estão não porque não fazem esse serviço praticamente.*

Porque acha que poderiam ser uma mais-valia?

*Porque poderiam fazer o acompanhamento da vítima, poderiam recolher informações, podiam contactar com o agressor caso estivesse a viver junto da vítima. Prevenir que tal situação volte a acontecer.*

*No entanto se houvesse uma alteração à lei que nos permitisse efectuar outro tipo de abordagem junto do agressor era importante.*

24. Na sua opinião, considera que medidas como a retirada da vítima da residência, encaminhamento da vítima e o acompanhamento dado à vítima durante o desenrolar do processo, conseguem evitar que o agressor a agrida novamente? Porquê?

*Em muitas situações sim, se ele não souber aonde é que a vítima está a morar. Se souber, a vítima continua a ser agredida. Ele pode sair lá de casa mas vai atrás dela, encontra-a num sítio qualquer, numa farmácia, num centro comercial, e injuria-a e tenta agredi-la.*



Considera que a medida da retirada da vítima do alcance do agressor não é suficiente para evitar uma nova agressão?

*Não é suficiente. Devia de haver medidas para proteger e acompanhar a vítima como também devia de haver medidas para acompanhar o agressor de forma a dissuadi-lo de continuar a ter aquelas atitudes.*

*Se a lei fosse mais dura permitia informá-lo de que se continuasse com aquela actuação haviam medidas mais severas para por termo aquela situação. Como não existem o agressor continua impávido e sereno até que haja uma decisão por parte do tribunal.*

#### Opinião sobre as medidas de coação urgentes aplicadas pelo tribunal

25. Dos casos de violência doméstica que já testemunhou, de que forma ou com que tipos de objectos é que as vítimas são agredidas?

*Normalmente com armas brancas, com a força física a soco e a pontapé, e nalguns casos com armas de fogo nomeadamente em zonas mais rurais em que os agressores têm armas de fogo para caça também muitas delas são agredidas com essas armas.*

*E aqui nesta zona?*

*Nesta zona é mais com armas brancas e com a força física ou com algum objecto que esteja à mão como uma cadeira, um prato, um copo.*

26. Tem a noção de que tipos de medidas de coação urgentes são aplicadas maioritariamente relativamente ao agressor?

*Proibição de permanência na habitação, de contacto com a vítima, de afastamento, normalmente são essas. E em último caso são detidos, mas isso são uma minoria.*

27. Na sua opinião considera que uma advertência feita pelo tribunal como “ Não adquirir, não usar ou entregar, de forma imediata, armas ou outros utensílios ou outros objectos” (art.º 31.º n.º 1 al. a) da Lei 112/2009), consegue evitar que o agressor volte a agredir novamente a vítima? Porquê?

*Não. Penso que a advertência não resolve este tipo de situações.*

*Porquê?*

*Porque o agressor continua a ter acesso a esses objectos ou a essas armas e está motivado para isso e pode voltar a fazê-lo.*

*Mesmo que seja apreendida uma arma ele pode arranjar outra. A polícia não anda atrás dele e ele faz o que quer.*



28. E relativamente às medidas como “Não permanecer na residência onde o crime tenha sido cometido ou onde habite a vítima” (art.º 31.º n.º 1 al. c) da Lei 112/2009). Considera-a capaz de prevenir que o agressor volte a agredir novamente a vítima? Porquê?

*Não. A vítima tanto pode ser agredida física ou psicologicamente na residência ou fora da residência. Pode ser pelo telefone se for psicológico, na via pública onde o agressor encontre a vítima. Portanto o facto de estar a viver debaixo do mesmo tecto pode potenciar a situação mas não implica que a vítima não seja novamente agredida fora da residência.*

E normalmente é aplicada o não permanecer na residência ou é aplicado o retirar a vítima da residência?

*Eu penso que retirar a vítima da residência não se está a aplicar muito. É mais fácil retirar a vítima do que retirar o agressor da residência*

29. E relativamente à advertência feita pelo tribunal de que “ Não pode contactar com a vítima, com determinadas pessoas ou frequentar certos lugares ou meios” (art.º 31.º n.º 1 al. D) da Lei 112/2009)? Porquê?

*Não. Porque isso bate sempre na mesma tecla, a polícia não anda atrás do agressor, a polícia tem por objectivo, conforme está na lei, proteger a vítima. Mas não há nada contra o agressor, enquanto não haja uma decisão do tribunal, o agressor continua a andar livremente e não é contactado pela polícia.*

#### Considerações finais

30. Tem a percepção de quais são os principais períodos de risco para ocorrer uma nova agressão?

*Quando o agressor tem conhecimento que a vítima o denunciou. O agressor normalmente nessas situações fica fora de si, fica muito mais violento, as vítimas sentem-se muito mais perseguidas. Era aí nesta altura que a polícia havia de fazer pedagogia e prevenção junto do agressor, ou seja desmotivá-lo dessas situações porque depois de apresentada a denúncia o agressor torna-se mais violento e pode vir a cometer algum acto deslucado e agredir e ferir gravemente a vítima.*

31. Na sua perspectiva que medidas de actuação policiais poderiam ser adoptadas para impedir que o agressor volta-se a atacar?

*A polícia devia tanto proteger a vítima como desmotivar o agressor. Devia estar direccionado para os dois lados e não só para proteger a vítima porque não se*



*pode estar sempre com a vítima. Deveria ser feito um policiamento proactivo junto do agressor, tentar desmotivá-lo a não cometer outro acto desses. Informá-lo do que pode acontecer se ele continuar e havia de haver maneira de puni-lo de imediato caso ele continuasse com as intenções de voltar a agredir as vítimas.*

32. Na sua opinião porque é que acha que a vítima, depois de ter denunciado os casos às autoridades policiais/judiciais, é agredida mais uma, duas ou três vezes?

*É agredida porque não há sanção nenhuma para o agressor de imediato. Demora muito tempo para haver uma medida.*

*Mas as medidas não são urgentes?*

*As medidas são urgentes mas demoram muito, continuam a demorar muito. E é muito com base naquilo que a vítima nos diz.*

*Também poderá ser porque ela volta novamente para o agressor?*

*Volta novamente. Vivem debaixo do mesmo tecto, há dependência económica e isso torna muito mais fácil a vítima voltar a ser agredida.*

33. Comente a seguinte afirmação:

*“Nos dias seguintes à agressão, um acompanhamento/supervisão policial junto do agressor, no sentido de lhe estabilizar e consciencializar do seu comportamento, contribuía pelo menos no curto prazo, diminuir o risco de uma nova agressão.”*

*Sim. E eu até tenho experiência nessa situação. Em muitas situações em que nós fazíamos o acompanhamento à vítima e a vítima vivia com o agressor, a nossa ida ao local desmotivava o agressor. Ele não gostava de ver lá a polícia, sentia-se incomodado. E depois em contacto com a vítima ela informava-nos que ele estava muito mais calmo, que não gostava de ver lá a polícia e que se sentia pressionado a não voltar a agredir.*

*Nos casos em que não há nada o agressor continua impávido e sereno como se não houvesse nenhuma punição e que podia continuar a agredir a vítima.*

*E acha que esse acompanhamento junto dele, quando separados, conseguia estabilizá-lo?*

*Em muitas situações penso que é uma mais-valia e que ia diminuir as situações de uma nova agressão.*

34. Quer fazer algum outro comentário que ainda não tenha feito?

*A prevenção destas situações devia ser efectuada para os dois lados, tanto para a vítima como para o agressor. O tribunal devia ser mais rápido e era importante*



*pôr as EPAV's a onde existam a funcionar. Para ser só pelo nome não vale a pena. Dizer que tem equipas e apoio à vítima e depois elas não existem.*

*É essa a realidade constatada?*

*É a realidade constatada, pelo menos aqui e noutras divisões. Pelo menos na área de Lisboa o que se constata é isso.*

*Mas fala isso porque ouve outros colegas seus?*

*Para outros colegas meus a situação é idêntica. Os elementos estão no Programa mas são desviados para outras funções porque não há elementos e assim é tapar uma coisa e destapar outra.*





## ANEXO 7 – ENTREVISTA 5

Data: 17 de Fevereiro de 2011

Hora: 18h 00m

Idade: 46 anos

Função actual: Comandante adjunto da 7ª EIC da DIC do COMETLIS

Tempo de serviço na PSP: 23 anos

Posto: Chefe

### Experiência profissional

1. Pode descrever-nos quais as funções que já exerceu depois de entrar na polícia?

*As funções que desempenho na DIC na 7ª esquadra de investigação criminal são as de 2º Comandante da esquadra. Além das funções de adjunto de esquadra sou coordenador de uma brigada composta por seis agentes que tratam do crime de violência doméstica.*

2. Na generalidade, que tipo de funções desempenha?

*As minhas funções de adjunto são dar todo o apoio ao comandante de esquadra no serviço geral da esquadra e dar também apoio às outras brigadas e na ausência do comandante de esquadra assumo o comando da esquadra. Tenho portanto uma ideia da esquadra no seu todo.*

*Como coordenador tenho uma brigada composta por vários agentes destinada ao crime de violência doméstica, onde dou todo o apoio quer na investigação processual, quer no encaminhamento da investigação.*

### Percepção da dimensão criminal

3. Dos crimes em geral, para si quais são os crimes mais registados pelas Forças de Segurança?

*No geral não tenho a percepção porque há vários tipos de crimes com os quais não trabalho directamente. Os crimes com os quais trabalho são os crimes contras as pessoas, violência doméstica, ofensas à integridade física e ameaças.*

4. E dentro dos crimes cometidos contra as pessoas. Quais julga que são os crimes mais registados?

*Penso que é o crime de ofensas no geral.*



5. Face à sua visão pessoal quais são os principais crimes em que a PSP mais intervém? Porquê?

*Penso que a PSP intervém em todos os tipos de crime no geral, não existe um critério de escolha. No entanto, dependendo da gravidade da situação, há crimes sensíveis como é o caso da violência doméstica, e ofensas à integridade física em que existe uma prioridade em tentar dar resposta o mais rápido possível, ou seja em tempo útil. Há no entanto outros tipos de crimes como os furtos que também têm uma intervenção rápida.*

6. Considera que a prevenção do crime de violência doméstica deve ser uma das prioridades da PSP? Porquê?

*Considero que todos os crimes cometidos contra pessoas devem ter prioridade. No entanto o crime de violência doméstica merece prioridade porque é um crime familiar que tem vindo a aumentar. Envolve muitas vezes menores e portanto é muito delicado. É um tipo de crime difícil de investigar devido ao facto de normalmente se passar dentro de quatro paredes.*

#### Retrato da actuação policial durante a denúncia

7. Quando se depara com situações de violência doméstica quais as principais preocupações que tem? E dificuldades que sente?

*A principal preocupação que existe logo no princípio da investigação é a vítima. Esta é contactada de imediato para se saber como está a situação naquele momento. A partir daí tentamos dar todo o apoio à vítima dentro das nossas possibilidades, por exemplo relativamente aos filhos, fazer o seu encaminhamento e fazemos uma investigação para saber tudo o que se passa à volta dessa situação. A prioridade é a vítima, mas também nos preocupa saber o tipo de agressor com que lidamos para saber que tipo de medida devemos tomar em tempo útil.*

*Como consegue avaliar o tipo de agressor?*

*Durante a denúncia feita pela vítima e também pelo contacto com os vizinhos tentamos saber o historial de violência do agressor.*

8. Sobre as inúmeras situações que já lhe passaram pelas mãos, é habitual deparar-se constantemente com casos em que uma vítima de violência doméstica já tem mais do que uma queixa por agressões sobre a mesma pessoa (ex.: marido)?

*Sim já recebi inúmeras queixas da mesma vítima sobre o mesmo agressor. Penso que isto ocorre devido à morosidade da justiça e por falta de provas. É um crime*



*que se proporciona muitas vezes porque a vítima continua a viver sob o mesmo tecto que o agressor. São os magistrados que tomam as decisões das medidas a adoptar e durante este tempo ocorrem muitas vezes novas agressões.*

9. Quando lhe chega um Auto de Denúncia/Notícia, dizendo que a vítima há dois dias atrás foi agredida a soco e a pontapé pelo seu marido referindo que demonstra marcas evidentes dessa agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

*Existe um primeiro contacto com a vítima na esquadra quando esta se desloca para vir fazer a denúncia. Posteriormente no caso de ter marcas evidentes de agressão segue para receber tratamento médico o qual fica registado no processo. Quando chega aqui o processo, nós verificamos o tipo de agressões que foram cometidas e contactamos as vítimas. Por vezes tentamos ir aos locais onde ocorreram as agressões para fazer um registo fotográfico por exemplo aos menores para ficar tudo mencionado no processo. As vítimas são submetidas ao instituto de medicina legal para fazer os respectivos exames.*

*Relativamente aos agressores compete-nos retirar todas as provas para o processo, fazer a investigação, contactar o agressor para fazer um breve interrogatório e elaboramos o relatório e enviamos a apreciação para o tribunal. Não se toma nenhuma decisão, nenhuma medida em relação ao agressor.*

10. Após duas semanas da 1.<sup>a</sup> agressão, quando lhe chega um Auto de Denúncia/Notícia, de que a vítima há dois dias atrás foi novamente agredida a soco e a pontapé, pela mesma pessoa (ex.: marido) referindo que demonstra marcas evidentes dessa agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

*Nesse caso já temos o processo na nossa posse. Tentamos fazer uma ligação ao processo anterior. Vamos também para o terreno ver qual é a gravidade da situação. Contactamos novamente a vítima para tentar apurar os factos. Contactamos o procurador para alertar para esta situação, sendo este o responsável por tomar as medidas que achar convenientes.*

*Que tipo de indícios conseguem recolher quando vão ao terreno?*

*A recolha de indícios é muito difícil. É um crime que se passa dentro de casa.*

*Os indícios que conseguimos recolher baseiam-se em inquéritos a vizinhos e a familiares. Por vezes a vítima refere que é ameaçada com arma de fogo e neste caso antes de ir ouvir o agressor propomos a emissão de mandados de busca. Temos procedido a buscas e apreendido muitas armas.*



11. Após um mês, quando lhe chega novamente um Auto de Denuncia/Noticia pela terceira vez de que a vítima há dois dias atrás foi novamente agredida a soco e a pontapé pela mesma pessoa (ex.: marido) referindo que demonstra marcas evidentes da agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

*Voltamos a inquirir sobre os novos factos e enviamos novamente a apreciação para o Ministério Público. As decisões tomadas pelo Ministério Público não nos são comunicadas. Nos casos mais graves, há por vezes situações em que é necessário aplicar medidas ao arguido, são emitidos mandados de detenção para este ser presente ao Juiz para o primeiro interrogatório. As medidas normalmente tomadas são o afastamento e a proibição de contactos. Muito raramente são tomadas as medidas de prisão domiciliária ou prisão preventiva.*

12. Então como é que se consegue prevenir que uma nova agressão venha a acontecer numa próxima semana, duas semanas, ou no próximo mês?

*É difícil a actuação da polícia nesse campo. Para evitar que isso aconteça existem equipas na rua que fazem esse tipo de trabalho que são as EPAV's. Mas não existe transferência de informação com essas equipas, só ocasionalmente.*

### Avaliação do risco

13. Costuma fazer a avaliação do risco a vítimas de violência doméstica? Porquê?

*Sim. É feita a avaliação do risco a todas as vítimas que nos chegam. Perante a nova lei e perante as situações nós temos que a fazer. É uma maior segurança para a vítima. É um direito que lhe assiste.*

Como é feita a avaliação do risco?

*A avaliação consiste no preenchimento de um formulário.*

E depois disso?

*Consoante aquilo que percebemos, com aquilo que a vítima nos diz relativamente às situações que se têm vindo a passar. Focamo-nos essencialmente em lhe perguntar se o indivíduo consome drogas ou álcool constantemente, se é constantemente agressivo ou se essa violência tem sido a aumentar gradualmente, se existem crianças pelo meio. Que tipos de ameaças existem. Se são de morte, se detêm armas.*

14. Durante o recebimento da denúncia, como avalia se a vítima corre perigo de vir a ser novamente agredida?



*Após a avaliação do risco e da recolha de todos os dados, e das provas existentes no processo, juntamente com um relatório elaborado por nós onde expressamos a nossa opinião enviamos o processo para o magistrado que depois tomará uma decisão nesse sentido.*

15. Face a essa avaliação, quando verifica a existência que existe um perigo eminente da vítima vir a ser agredida como procede?

*Após a nossa investigação e após os contactos com os intervenientes no terreno, conseguimos apurar que se a vítima corre ou não risco e se a intervenção deverá ser urgente.*

16. Em que situações considera que a vítima não corre risco de vir a ser novamente agredida?

*Há situações de violência doméstica que são pontuais. Aquando a investigação verifica-se que não há um passado de violência, não há informação de alguém que diga que aquele episódio é frequente. Nestes casos é comum a vítima desistir do processo pedindo a sua suspensão.*

*Acha que a multiplicação de leis a favor da vítima poderá proporcionar um aumento da simulação do crime?*

*Sim. Por vezes constato que em muitos casos quem é a vítima é o suposto agressor. Nestes crimes nem sempre há agressão, pode haver apenas injúrias. Existem casos de separações em que são levantadas denúncias falsas apenas para na luta pela custódia dos filhos haver esse ponto a favor.*

17. O que pensa sobre a necessidade e a eficácia da avaliação do risco, na prevenção de uma nova agressão?

*Penso que é eficaz.*

#### Retrato da actuação policial pós-vitimação

18. Daquilo que conhece, qual é o papel desempenhado pelas EPAV's em relação ao crime de violência doméstica?

*Eu não estou muito a par do serviço deles do acompanhamento que fazem do processo. A ideia que eu tenho é a de que eles fazem o acompanhamento mas desconheço o procedimento.*



19. As EPAV's são informadas das medidas de coação aplicadas aos agressores ou da avaliação do risco feita por vocês?

*Nós não temos conhecimento da maioria das medidas de coação aplicadas pelo tribunal. E quando nos chega alguma informação, ela não é transmitida às EPAV's.*

20. Chega-vos informação do risco que a vítima corre, por parte do tribunal, associações como a APAV, ou outro qualquer meio?

*Quando o tribunal tem conhecimento de informações de outras instituições que não nós, enviam-nos essas informações para irmos investigar para confirmar se a situação é real ou não.*

21. Que tipo de intervenção/protecção policial é feita junto de uma vítima de violência doméstica, enquanto decorre o processo judicial?

*No geral não há um acompanhamento permanente à vítima. Apenas fornecemos os nossos contactos à vítima. Tentamos que o processo da nossa parte seja resolvido o mais rapidamente possível para chegar ao tribunal.*

22. Que tipo de intervenção policial é feita junto do agressor, enquanto decorrem as várias fases do processo?

*Que eu conheça nenhuma, mas acho que era possível e ajudava bastante pelo menos sentia-se de certa forma intimidado, e consciencializado de que o que fez é incorrecto.*

23. Considera as EPAV's uma "mais-valia" para o combate ao crime de violência doméstica?

*Sim. São mais um meio para tentar combater este tipo de crime e dar segurança às vítimas. No entanto em termos de prevenção do crime penso que não o conseguem fazer.*

24. Na sua opinião, considera que medidas como a retirada da vítima da residência, encaminhamento da vítima e o acompanhamento dado à vítima durante o desenrolar do processo, conseguem evitar que o agressor a agrida novamente? Porquê?

*Sim. A retirada da vítima da alçada do agressor é um factor decisivo para evitar novas agressões. São feitos um conjunto de procedimentos para que o agressor*



*perca o rasto da vítima. No entanto é a vítima que tem que sair de casa o que penso também não ser muito justo para a vítima que passa a ser vítima 2 vezes.*

Opinião sobre as medidas de coação urgentes aplicadas pelo tribunal

25. Dos casos de violência doméstica que já testemunhou, de que forma ou com que tipos de objectos é que as vítimas são agredidas?

*Normalmente são agressões físicas sem qualquer recurso a armas. Há muitas ameaças de uso de armas mas normalmente não são usadas nas agressões. No entanto devido às denúncias das vítimas têm sido feitas muitas apreensões de armas que se encontram na posse dos agressores.*

26. Tem a noção de que tipos de medidas de coação urgentes são aplicadas maioritariamente relativamente ao agressor?

*As medidas de que tenho conhecimento são o afastamento e a proibição do contacto com a vítima e em casos mais gravosos a prisão preventiva, mas estes são casos raros.*

27. Na sua opinião considera que uma advertência feita pelo tribunal como “ Não adquirir, não usar ou entregar, de forma imediata, armas ou outros utensílios ou outros objectos” (art.º 31.º n.º 1 al. a) da Lei 112/2009), consegue evitar que o agressor volte a agredir novamente a vítima? Porquê?

*Sim porque o agressor quando as armas lhe são retiradas e quando sente que está a ser controlado retrai-se no seu comportamento.*

28. E relativamente às medidas como “Não permanecer na residência onde o crime tenha sido cometido ou onde habite a vítima” (art.º 31.º n.º 1 al. c) da Lei 112/2009). Considera-a capaz de prevenir que o agressor volte a agredir novamente a vítima? Porquê?

*Penso que é eficaz.*

29. E relativamente à advertência feita pelo tribunal de que “ Não pode contactar com a vítima, com determinadas pessoas ou frequentar certos lugares ou meios” (art.º 31.º n.º 1 al. d) da Lei 112/2009)? Porquê?

*Sim. A maioria dos agressores quando recebe esta advertência, evita o contacto com as vítimas. Por vezes alegam que querem ver os filhos e rompem essas*





*medidas mas não tenho conhecimento de que após a recepção desta advertência tenham voltado a agredir a vítima.*

Então e porque existem queixas por mais do que uma agressão?

*Talvez porque na primeira agressão não se conseguiram provas suficientes que pudessem prever que poderia haver uma segunda agressão. A situação poderia não ter sido muito grave.*

*No entanto, penso que em muitos casos as denúncias posteriores podem não evidenciar situações muito graves. Existe um conflito entre o casal e muitas vezes por qualquer coisa as pessoas apresentam queixa. Não é pelo número de queixas que se classificam os casos de graves ou menos graves.*

### Considerações finais

30. Tem a percepção de quais são os principais períodos de risco para ocorrer uma nova agressão?

*A noção que tenho é que normalmente há uma reacção agressiva da parte do agressor quando este tem conhecimento que há uma queixa sobre ele. É nesse sentido que nós tentamos contactar a vítima para que o agressor se desloque à esquadra sem saber o motivo para depois tentarmos fazer o nosso papel para que o agressor ao sair daqui não vá provocar mais problemas.*

31. Na sua perspectiva que medidas de actuação policiais poderiam ser adoptadas para impedir que o agressor volta-se a atacar?

*O crime de violência doméstica envolve muitas situações, mas penso que deveria haver um maior acompanhamento quer da vítima quer do agressor. Os agressores são muitas vezes dependentes do álcool, da droga, não têm trabalho, têm problemas psíquicos, e precisam de ajuda. Esta realidade é transmitida nos autos mas não há esse acompanhamento, raramente há esse apoio à parte agressora. Penso que a maior parte dos problemas de reincidência seriam resolvidos se os agressores fossem acompanhados. A polícia tal como tem equipas de acompanhamento das vítimas também deveria ter equipas de acompanhamento dos agressores. Tenho experiência que apenas o conselho não chega. As pessoas saem daqui e até podem demonstrar disponibilidade em tratar-se mas na prática voltam a cair no mesmo, as dependências do álcool, da droga ou outros problemas requerem um acompanhamento contínuo quer por parte da polícia quer por parte das instituições competentes.*

32. Na sua opinião porque é que acha que a vítima, depois de ter denunciado os casos às autoridades policiais/judiciais, é agredida mais uma, duas ou três vezes?





*Um dos motivos poderá ser o facto do agressor saber que a vítima foi fazer queixa de si e reage fica motivado a voltar a agredir. Outro motivo poderá ser o próprio conflito entre o casal onde não passa pela queixa a resolução do problema. Terá que ser resolvido através de um encaminhamento quer da vítima quer do agressor mediante a situação.*

33. Comente a seguinte afirmação:

“Nos dias seguintes à agressão, um acompanhamento/supervisão policial junto do agressor, no sentido de lhe estabilizar e consciencializar do seu comportamento, contribuía pelo menos no curto prazo, diminuir o risco de uma nova agressão.”

*Concordo com essa afirmação. Após a denúncia se, além da preocupação de proteger as vitima, houver a preocupação de analisar a situação da parte agressora no sentido de verificar e apoiar nas suas dificuldades, iria com certeza diminuir a revitimação. Existe um certo esquecimento da parte agressora, dos seus problemas e das causas que o levaram a proceder à agressão. Podem ter problemas de várias ordens que poderão ser resolvidos com tratamentos ou serem encaminhados para determinadas instituições.*

*Penso que a maioria dos crimes de violência doméstica passa não só pela punição do agressor, como também pelo apoio ao agressor. Só assim a polícia conseguia prevenir o crime. Se a policia tiver um controlo na parte agressora consegue prevenir mais eficazmente o crime. Chego a esta conclusão devido à vasta experiencia que possuo pela análise de milhares de inquéritos relativos a este tipo de crime.*

34. Quer fazer algum outro comentário que ainda não tenha feito?

*Penso que já referi tudo.*



## ANEXO 8 – ENTREVISTA 6

Data: 23 de Fevereiro de 2011

Hora: 18h 30m

Idade: 44 anos

Função actual: Coordenadora da 1ª BIC da 7ª EIC

Tempo de serviço na PSP: 23 anos

Posto: Chefe

### Experiência profissional

1. Pode descrever-nos quais as funções que já exerceu depois de entrar na polícia?

*Entrei para a PSP em 1987 como agente, 4 anos depois concorri a chefe e sou chefe desde essa altura. Estive na banca e em 2002 propus a isenção por turnos onde me propuseram vir para a antiga secção de inquéritos onde permaneço actualmente. Depois foi formada a DIC. Eu estou na 7ª EIC onde são tratados os crimes contra as pessoas onde o crime de violência doméstica se encontra incluído. Desde que foi formada a vertente de violência doméstica que tenho elementos meus a trabalhar na violência doméstica.*

2. Na generalidade, que tipo de funções desempenha?

*Sou coordenadora. Tenho 5 agentes a meu cargo, 3 dos quais na vertente de violência doméstica e maus tratos a crianças e idosos. São 2 agentes do sexo feminino e 1 do sexo masculino.*

### Percepção da dimensão criminal

3. Dos crimes em geral, para si quais são os crimes mais registados pelas Forças de Segurança?

*Penso que os crimes mais registados sejam os crimes contra as pessoas e os furtos e danos.*

4. E dentro dos crimes cometidos contra as pessoas. Quais julga que são os crimes mais registados?

*Penso que são as injúrias, agressões e a violência doméstica.*

5. Face à sua visão pessoal quais são os principais crimes em que a PSP mais intervém? Porquê?



*Provavelmente intervém mais nos crimes contra o património. Relativamente ao crime de violência doméstica só se sabe que é violência doméstica quando acontece e portanto não se pode prevenir um crime quando não se sabe que vai acontecer.*

6. Considera que a prevenção do crime de violência doméstica deve ser uma das prioridades da PSP? Porquê?

*Quando recebo denúncias deste tipo de crime, deparo-me com duas situações: a primeira é quando são crimes de violência doméstica verdadeiros, a segunda é quando por diversos motivos a suposta vítima quer incriminar o suposto agressor. Esta situação acontece porque as pessoas querem resolver determinadas situações como por exemplo a partilha de bens ou a guarda dos filhos e como sabem que a violência doméstica é crime usam a denúncia como forma de resolver esses problemas. Há também denúncias falsas por motivos de vingança. Normalmente são mulheres que se querem vingar do namorado ou ex-namorado.*

*A maior parte das denúncias são relativas a verdadeiras situações mas também existe uma pequena percentagem de simulações. Só quando os processos chegam aqui há fase da investigação é que nós temos a real percepção do que se passa. A partir do momento em que detectamos que a denúncia diz respeito a uma situação efectiva de crime de violência doméstica, a PSP vocaciona a investigação para se findar a situação da agressão e preservar a integridade física e psíquica das principais vítimas que em grande parte das situações são crianças.*

#### Retrato da actuação policial durante a denúncia

7. Quando se depara com situações de violência doméstica quais as principais preocupações que tem? E dificuldades que sente?

*No nosso núcleo de investigação, a nossa primeira preocupação é saber se a suposta vítima é realmente vítima. Depois, caso seja uma situação de violência doméstica, saber se existem crianças ou pessoas idosas em perigo. Tentamos por a vítima a salvo o que significa em alguns casos pedir a medida de afastamento do agressor.*

*As dificuldades que temos em intervir nas vítimas são muitas vezes a coação que elas sofrem da parte do agressor. Por exemplo, existem ameaças por parte deste para que a vítima não faça queixa ou a retire. Existem muitos casos em que as vítimas desistem da queixa mas uns dias mais tarde tornam novamente a efectuar nova queixa.*



*Apesar do crime ser um crime público, se for a primeira vez e se a vítima quer desistir e por exemplo engravida novamente e se junta ao agressor, o magistrado do DIAP faz uma suspensão provisória do processo e o individuo não é castigado. No entanto mais tarde deparamo-nos com novas queixas.*

8. Sobre as inúmeras situações que já lhe passaram pelas mãos, é habitual deparar-se constantemente com casos em que uma vítima de violência doméstica já tem mais do que uma queixa por agressões sobre a mesma pessoa (ex.: marido)?

*Infelizmente é habitual deparamo-nos com esta situação. Penso que em grande parte resulta da inoperacionalidade da própria vítima, ou seja o medo que ela sente e a coação a que está sujeita da parte do agressor. A morosidade dos procedimentos dos tribunais é também um factor que contribui para esta situação. Recebemos telefonemas em que as vítimas dizem que foram a tribunal, que lhes foi indicado para aguardar mas entretanto que continuam a viver em casa com o agressor e queixam-se porque nada está a ser feito e continuam sob risco. As vítimas continuam a ser perseguidas, ameaçadas e agredidas em casa e sentem-se impotentes. Pensam para que é que vou fazer queixa se já fiz 2 ou 3 denúncias e não adiantou de nada. Ficam também desacreditadas na própria polícia, porque quando se deslocam à esquadra para apresentar nova denúncia nada altera. O medo das vítimas faz com que a própria polícia se sinta impotente.*

9. Quando lhe chega um Auto de Denúncia/Notícia, dizendo que a vítima há dois dias atrás foi agredida a soco e a pontapé pelo seu marido referindo que demonstra marcas evidentes dessa agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

*Procuramos angariar provas. Por exemplo se na queixa inicial não constar a reportagem fotográfica, fazemos essa reportagem enquanto as marcas são visíveis. Questionamos a vítima se já foi ao hospital ou não. Até ao momento não tivemos nenhuma situação em que a vítima não tivesse ido previamente ao hospital e quisesse ir na altura da investigação.*

*Fazemos também o inquérito de vizinhança, mas neste caso deparamo-nos com outra dificuldade que é o facto de as pessoas terem medo das represálias, não se quererem meter em apuros, e dizem que não sabem nada. Mesmo na situação de menores em risco este inquérito não surte o efeito que gostaríamos porque as pessoas têm medo de falar. Os agressores regra geral são muito violentos mesmo com os vizinhos.*

*Os procedimentos adoptados em relação ao agressor na fase de inquérito são convocá-lo para prestar declarações. Como ele é constituído arguido pode falar ou não sobre os factos, regra geral nunca fala. Se o agente que lida com ele observa*



*que existe o risco de ele continuar a praticar o crime ou se a vítima se queixa desse risco, é requerida imediatamente ao tribunal a medida de afastamento do agressor.*

10. Após duas semanas da 1.<sup>a</sup> agressão, quando lhe chega um Auto de Denuncia/Noticia, de que a vítima há dois dias atrás foi novamente agredida a soco e a pontapé, pela mesma pessoa (ex.: marido) referindo que demonstra marcas evidentes dessa agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

*Em fase de inquérito a vítima desloca-se novamente cá e presta as mesmas declarações e é feita novamente a reportagem fotográfica. No relatório final do inquérito é transmitido com mais ênfase que realmente a pessoa precisa de protecção e precisa que o agressor saia da companhia da vítima.*

*Em relação ao agressor, ele é novamente convocado para vir aqui, presta ou não declarações e não se faz muito mais do que isso.*

11. Após um mês, quando lhe chega novamente um Auto de Denuncia/Noticia pela terceira vez de que a vítima há dois dias atrás foi novamente agredida a soco e a pontapé pela mesma pessoa (ex.: marido) referindo que demonstra marcas evidentes da agressão, quais são os procedimentos policiais adoptados em relação à vítima? E em relação ao agressor?

*Na nossa fase de inquérito repetimos sempre o mesmo processo independentemente do número de denúncias efectuadas. As pessoas deslocam-se cá tantas vezes quantas as necessárias. Embora façamos o nosso relatório, depende sempre do Sr. Magistrado impor ou não a medida de afastamento da vítima.*

12. Então como é que se consegue prevenir que uma nova agressão venha a acontecer numa próxima semana, duas semanas, ou no próximo mês?

*No meu ponto de vista não se consegue.*

*É feito algum acompanhamento às vítimas ou aos agressores?*

*Por parte dos investigadores não é feito nenhum acompanhamento. Por parte das esquadras também não tenho conhecimento de que seja feito algum acompanhamento ou prestada qualquer segurança. Apesar de os investigadores terem vontade em fazer um maior acompanhamento às vítimas não o conseguem realizar. Isto porque são apenas 3 elementos e cada um possui em média 50 a 60 processos de violência doméstica. Actualmente eles encontram-se a fazer notificações para daqui a 1 ou 2 meses o que não é de toda a situação ideal. O processo de violência doméstica precisa de uma intervenção imediata. O tempo de resposta actual é o tempo possível face ao número de elementos que tenho disponíveis e ao número de processos existentes. Presentemente os meus agentes*



*ouvem cerca de 10 pessoas por dia. Até ao momento de ser ouvido, o agressor anda à solta e com “autorização” para continuar o crime. Até lá não existe uma percepção sobre a intenção do agressor em perpetuar o crime.*

*Quando um processo é recebido aqui com o prazo de 90 dias, o agressor só será contactado quando vierem as testemunhas e o queixoso, sendo o arguido o último a vir que por norma é sempre 1 ou 2 meses após a entrada do processo.*

*Relativamente às vítimas quando o processo chega, regra geral efectua-se um telefonema para a vítima, informa-se que temos em nossa posse a sua queixa e tentamos saber como é que ela está. Isto permite-nos numa primeira abordagem saber o quão grave é a situação.*

### Avaliação do risco

13. Costuma fazer a avaliação do risco a vítimas de violência doméstica? Porquê?

*Se a avaliação do risco não tiver sido feita na esquadra é efectuada aqui. O objectivo será avaliar a veracidade da situação, se realmente a pessoa está em risco ou não e que medidas se podem tomar para salvaguardar a vítima.*

*É a vítima que nos diz que tipo de medidas é que pretende que sejam aplicadas ao agressor, por exemplo se quer o afastamento, se quer que ele seja chamado à atenção ou se quer ser inserida numa casa de acolhimento.*

14. Durante o recebimento da denúncia, como avalia se a vítima corre perigo de vir a ser novamente agredida?

*Numa primeira abordagem os agentes telefonam à vítima para saber se a situação da queixa que foi efectuada à 2 ou 3 dias atrás se encontra resolvida ou não. Depois só na altura da sua inquirição.*

*Com a carga processual que os agentes têm não se consegue avaliar se a vítima corre perigo de vida no momento.*

15. Face a essa avaliação, quando verifica a existência que existe um perigo eminente da vítima vir a ser agredida como procede?

*Se houver uma situação por exemplo da vítima telefonar a pedir ajuda e a dizer que está a ser agredida novamente, nós temos sempre uma equipa de exterior que se desloca ao local. Regra geral tentamos que o agente que detém o processo da vítima vá com esta equipa. O que acontece a maioria das vezes quando chegamos ao local é que o agressor não se encontra lá, ou então é-nos dito que já está tudo resolvido. A lei 112 prevê que o indivíduo possa ser detido fora do flagrante delito desde que exista o risco da continuidade da actividade criminosa, no entanto a*



*maioria das vezes o indivíduo não está em casa ou então simula que está tudo bem existindo uma calma aparente que não nos dá para perceber o que realmente se passa. Isto faz com que nunca consigamos deter fora de flagrante delito. No entanto se houver uma detenção a ser feita será pela esquadra porque são estes que efectuem a primeira abordagem.*

16. Em que situações considera que a vítima não corre risco de vir a ser novamente agredida?

*Quando a própria vítima nos vem dizer que agiram de cabeça quente e que já está tudo bem o risco pode não estar presente. No entanto não consigo prever que a pessoa corre ou não risco de vir a ser novamente agredida. Não tenho contacto com o agressor porque é sempre o último em sede de inquérito a vir responder ao processo. Segundo as normas que temos que cumprir, só vamos constituir o indivíduo arguido se todas as provas levarem a isso, ou seja se a vítima e as testemunhas vierem prestar declarações em como têm motivo para crer que o indivíduo seja constituído arguido. Caso não existam condições para ele ser constituído arguido ele não o será. É apenas ouvido como testemunha o que poderá ser uma mais-valia, porque enquanto arguido ele não fala e enquanto testemunha ele é obrigado a falar.*

17. O que pensa sobre a necessidade e a eficácia da avaliação do risco, na prevenção de uma segunda agressão?

*É sempre importante. No entanto temos que distinguir a avaliação que é feita pelos investigadores e a avaliação que é feita por parte dos agentes quando acodem à ocorrência que vêm a situação ainda a quente. Quando nos chega o processo já muitos dias passaram, muita coisa aconteceu, e portanto a avaliação que é feita pelos investigadores não surte o efeito que nós gostaríamos. A avaliação do risco só é feita aqui quando na esquadra não estão vocacionados para a fazer.*

#### Retrato da actuação policial pós-vitimação

18. Daquilo que conhece, qual é o papel desempenhado pelas EPAV's em relação ao crime de violência doméstica?

*Não tenho conhecimento do que é feito pelas equipas de esquadra.*

19. As EPAV's são informadas das medidas de coação aplicadas aos agressores ou da avaliação que é feita por vocês?





*Nós aqui passamos a informação do estado ou do risco a vítima corre às Epav's. A pedido das pessoas ou por nossa iniciativa são consultadas as casas de abrigo, a segurança social e a santa casa da misericórdia. No entanto não existe troca de informação com as esquadras.*

20. Chega-vos informação do risco que a vítima corre, por parte do tribunal, associações como a APAV, ou outro qualquer meio?

*Tudo depende do tipo de processo. Se formos nós a perguntar, como é sigiloso é complicado. Há situações em que a APAV não nos dá informação da morada da vítima.*

21. Que tipo de intervenção/protecção policial é feita junto de uma vítima de violência doméstica, enquanto decorre o processo judicial?

*Nos damos protecção policial à vítima se ela nos pedir. Como já referi, os agentes com a carga policial que têm, apesar de terem vontade em acompanhar a vítima até ao fim, não o conseguem fazer.*

22. Que tipo de intervenção policial é feita junto do agressor, enquanto decorrem as várias fases do processo?

*O agressor vem à sede de inquérito, responde às questões que lhe são colocadas e pouco mais se faz.*

23. Considera as EPAV's uma "mais-valia" para o combate ao crime de violência doméstica?

*Claro que sim. As EPAV's têm outro sistema de apoio à vítima que nós aqui não temos, quer seja o tempo que têm para despender com o processo, quer a nível de espaço, quer a nível de entidades que trabalhem com a segurança social.*

24. Na sua opinião, considera que medidas como a retirada da vítima da residência, encaminhamento da vítima e o acompanhamento dado à vítima durante o desenrolar do processo, conseguem evitar que o agressor a agrida novamente? Porquê?

*Não. A não ser que a vítima vá para longe para um sítio que ninguém conheça. Tirando essa situação, se a vítima continuar ali nas redondezas, ou se alguma testemunha ou algum amigo disser ao agressor onde é que a vítima se encontra, ele volta ainda com mais vontade de agredir. O agressor pode até não saber onde é*





*que ela está a viver, no entanto sabe o local onde trabalha, o seu círculo de amigos e familiares e portanto de uma maneira ou outra ele se quiser consegue encontrá-la.*

Opinião sobre as medidas de coação urgentes aplicadas pelo tribunal

25. Dos casos de violência doméstica que já testemunhou, de que forma ou com que tipos de objectos é que as vítimas são agredidas?

*Maioritariamente as vítimas são agredidas a soco e a pontapés.*

26. Tem a noção de que tipos de medidas de coação urgentes são aplicadas maioritariamente relativamente ao agressor?

*Temos algumas informações. Quando existe um caso de maior proximidade entre o agente e o magistrado o agente tenta sempre saber. Quando conseguimos convencer o magistrado de que a vítima corre verdadeiramente perigo, conseguimos que seja aplicada a medida de coacção de afastamento da residência. No entanto esta medida não é aplicada com muita frequência.*

27. Na sua opinião considera que uma advertência feita pelo tribunal como “ Não adquirir, não usar ou entregar, de forma imediata, armas ou outros utensílios ou outros objectos” (art.º 31.º n.º 1 al. a) da Lei 112/2009), consegue evitar que o agressor volte a agredir novamente a vítima? Porquê?

*Não. Se o agressor quiser agredir ele volta novamente a fazê-lo. Esta medida tem que ser aplicada, há agressores que entendem e interiorizam que não podem prevaricar outra vez. No entanto há agressores que não se sentem intimidados com esta medida.*

28. E relativamente às medidas como “Não permanecer na residência onde o crime tenha sido cometido ou onde habite a vítima” (art.º 31.º n.º 1 al. c) da Lei 112/2009). Considera-a capaz de prevenir que o agressor volte a agredir novamente a vítima? Porquê?

*Não. O agressor sabe onde é que é a casa. Desloca-se lá e entra muitas vezes forçosamente na residência porque estão lá os seus filhos.*



29. E relativamente à advertência feita pelo tribunal de que “Não pode contactar com a vítima, com determinadas pessoas ou frequentar certos lugares ou meios” (art.º 31.º n.º 1 al. d) da Lei 112/2009)? Porquê?

*Essa advertência não consegue prevenir uma nova agressão. Se o agressor quiser ele contacta novamente a vítima. São como as ameaças por telemóvel ou por telefone. O agressor pode até não contactar pessoalmente mas arranja sempre uma maneira de insultar e ameaçar a vítima.*

*Apesar de existir a lei 112, quando estamos perante um crime que depende da vontade da pessoa, essa vontade sobrepõe-se muitas vezes à lei. Se o agressor quer agredir ele agride, independentemente da lei que estiver em vigor e se a vítima quiser perdoar e aceitar o agressor e sujeitar-se a essa situação ela sujeita-se. Penso que esta lei não vai proibir as pessoas de continuar a fazer o que elas querem, a não ser que fisicamente as pessoas sejam colocadas em sítios opostos em que uma não saiba da outra, ou então a prisão preventiva.*

*A prisão domiciliária no caso de o agressor viver na mesma casa que a vítima, em vez de desmotivar a agressão, pelo contrário penso que iria agravar a situação.*

*Colocar o agressor e a vítima em locais, ou cidades diferentes leva a que haja uma dupla vitimação. A vítima deixa o trabalho, os amigos e os familiares e tem que iniciar uma nova vida longe de todos o que é muito complicado.*

### Considerações finais

30. Tem a percepção de quais são os principais períodos de risco para ocorrer uma nova agressão?

*Depois do agressor agredir a primeira vez. Quando ocorrem situações que despoletam a agressividade do agressor. Por exemplo quando o agressor sabe que a vítima se queixou e que mais pessoas sabem do que se passa dentro de casa. A chegada de novos processos, novas queixas, mostra-nos isso. Muitas vezes as vítimas vêm apresentar queixa mas pedem para que não seja dito ao marido ou ao namorado que foram elas que apresentaram queixa. O medo impera.*

31. Na sua perspectiva que medidas de actuação policiais poderiam ser adoptadas para impedir que o agressor volta-se a atacar?

*Arranjar maneira de tentar perceber o que é que se passa com o agressor, porque é que ele agride a vítima. Existem factores sociais que “justificam” essa violência doméstica e é necessário perceber quais são. Assim como é feito um*



*acompanhamento junta da vítima, deveria haver uma intervenção policial junto do agressor. É importante aconselhá-lo e demonstrar que aquele não é o melhor caminho e que há outras formas de resolver os problemas. Consciencializar e advertir o agressor de que poderá sofrer consequências se continuar com as agressões seria uma mais-valia. Mas nós aqui não temos tempo para isso. Penso que deveria haver nas esquadras equipas de proximidade e apoio à vítima e equipas de proximidade e apoio ao agressor.*

32. Na sua opinião porque é que acha que a vítima, depois de ter denunciado os casos às autoridades policiais/judiciais, é agredida, mais uma duas ou três vezes?

Não foi colocada.

33. Comente a seguinte afirmação:

*“Nos dias seguintes à agressão, um acompanhamento/supervisão policial junto do agressor, no sentido de lhe estabilizar e consciencializar do seu comportamento, contribuía pelo menos no curto prazo, diminuir o risco de uma nova agressão.”*

*Pelo menos numa primeira fase penso que seria importante tentar saber o motivo da agressão, tentar que o agressor se justifique. Deveria haver um encaminhamento do agressor para instituições de apoio, para psicólogos e mesmo para a segurança social. A maioria das vezes, os agressores são pessoas que não trabalham, alcoólicos, e as suas atitudes são motivadas por essas causas. É necessário saber a causa e depois tentar intervir na resolução do problema.*

E isso é feito pela polícia?

*Aqui não. Tenho a percepção de que lá fora também não é feito.*

*Existe uma ideia pré concebida de que o agressor é o mau e que por ser mau tem que ser julgado enquanto a vítima é a coitadinha. No entanto nem sempre é assim. Muitas vezes a vítima também provoca o agressor e como estamos a falar de pessoas estas agem de maneiras diferentes quando são provocadas. Cada caso é um caso. Mas penso que a intervenção ao nível do agressor seria uma mais-valia.*

34. Quer fazer algum outro comentário que ainda não tenha feito?

*Penso que já referimos tudo.*

*No entanto quero evidenciar que temos pena de não podermos acompanhar mais as vítimas quando vemos que são situações reiteradas e de não fazermos também um acompanhamento ao agressor.*



*Houve uma situação em Novembro ou Dezembro do ano passado, em que a comandante de esquadra viu uma queixa que apontava para que fosse um crime de violência doméstica grave. Pediu a delegação de competências ao DIAP para que nós imediatamente com a queixa começássemos a investigar. Foi destacado um agente e ele nesse mesmo dia telefonou para a vítima. Esta referiu que apenas fez a queixa para se vingar do namorado e que não existia qualquer violência. Nestes casos corre-se o risco de estar a vitimizar o suposto agressor. Aquele processo foi dado como normal, seguiu os trâmites normais quer a vítima quer o agressor vieram cá prestar declarações. Não tenho o feedback do que depois se passou a seguir.*

*A percepção de ambos os lados ajudaria a resolver este problema, no entanto a lei diz que nós só podemos constituir o agressor arguido quando haja bases para o fazer ou seja, só após os depoimentos da vítima e das testemunhas. O arguido é sempre o último a vir ao processo.*